

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Madames, *mademoiselles*, melindrosas: “feminino” e  
modernidade na revista *Fon-Fon* (1907-1914)**

FABIANA FRANCISCA MACENA

BRASÍLIA  
2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Madames, *mademoiselles*, melindrosas: “feminino” e  
modernidade na revista *Fon-Fon* (1907-1914)**

FABIANA FRANCISCA MACENA

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História – Área de  
Concentração: História Social, Linha de  
Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder  
– da Universidade de Brasília para a  
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diva do Couto Gontijo Muniz

BRASÍLIA  
2010

**Madames, *mademoiselles*, melindrosas: “feminino” e  
modernidade na revista *Fon-Fon* (1907-1914)**

**30/04/2010**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diva do Couto Gontijo Muniz – PPGHIS/UnB  
(orientadora)**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marilda Aparecida Ionta – UFV**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Susane Rodrigues de Oliveira – HIS/UnB**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vanessa Maria Brasil – PPGHIS/UnB  
(Suplente)**

## **RESUMO**

Essa dissertação tem como objeto de estudo a construção da modernidade e do feminino na cidade do Rio de Janeiro no contexto da *Belle Époque* (1907-1914) nas páginas da revista *Fon-Fon*, publicação do início do século XX, reconhecida como semanário sintonizado com os novos tempos da modernidade carioca. Nosso objetivo foi o de investigar como se construiu a modernidade e o feminino na análise das imagens, representações e significações veiculadas pela *Fon-Fon*. Procuramos evidenciar os modos como os autores de diversas seções da revista representaram e significaram a modernização e o feminino, como eles fizeram sua leitura e, ao mesmo tempo, como ensinaram o/a leitor/a a ler/interpretar tais construtos. A pesquisa de seus textos revelou-nos que, além da modernidade, o periódico operou também na construção discursiva do gênero naquela sociedade em processo de modernização.

**Palavras-chave:** *Fon-Fon*, feminino, modernidade, gênero.

## **ABSTRACT**

This research aimed to analyze how the modernity and the feminine were built in the context of *Belle Époque* (1907-1914), in the city of Rio de Janeiro, according to *Fon-Fon* which was a weekly magazine, published in the beginning of the 20<sup>th</sup> century and recognized as a way to be updated on the Carioca's society. Our intention was to investigate how the modernity and the feminine was built through the analysis of images, representations and meanings broadcasted by *Fon-Fon*. We tryed to show the way that the authors, from differents sections of the magazine, represented the modernization and the feminine, how they did their readings and, at the same time, how they taught the readers to read and interpret those concepts. The results highlight that, besides the modernity, the magazine also worked in the discursive construction of gender in that society which was passing through a modernization process.

**Key-words:** *Fon-Fon*, feminine, modernity, gender

*O historiador descobre que o prazer de seu ofício não está no encontro com a verdade derradeira, mas na sua procura, e que a finalidade de seu saber não é encontrar as versões definitivas sobre os fatos, mas desmontar aquelas versões tidas como verdadeiras, tornando outras possíveis, libertando as palavras e as coisas que nos chegam do passado de seu aprisionamento museológico, permitindo que outros sentidos se produzam, que outras leituras se façam.*

**Durval Muniz de Albuquerque Jr.**

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de dois anos de intenso trabalho e muita dedicação, contei com o apoio de muitas pessoas, direta ou indiretamente envolvidas com minha dissertação e que sem as quais não teria concluído essa etapa. Por essa razão, gostaria de agradecer a cada uma delas, não apenas por mera formalidade acadêmica, mas por reconhecer que foram essenciais nesse período de minha vida.

À minha família, pelo amor incondicional e pelo apoio constante. Às minhas irmãs, Flávia e Fernanda, que foram sempre grandes colaboradoras. Ao Bruno, novo sopro de alegria e esperança em minha vida. À meus pais, Alaina e Maurício que, apesar do pouco estudo, sempre me incentivaram a ir adiante nessa árdua busca pelo conhecimento. Embora muitas vezes não compreendessem o que fazia, eram os primeiros a me estimular e a torcer pelo meu sucesso. À minha mãe também sou grata pelo exemplo de vida, pela pessoa forte, batalhadora e incansável que é. Ela me ensinou a ser feminista, mesmo sem saber...

À minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Diva do Couto Gontijo Muniz, que acreditou neste trabalho e acolheu com muito carinho essa mineira perdida na UnB. Muito mais do que orientadora nessa etapa acadêmica, foi um exemplo de pessoa e profissional, com sua paixão pelo ofício de professora/historiadora e será sempre uma referência em minha vida. Ter sua orientação e poder acompanhar suas aulas foi um privilégio. Devo a ela muito mais que os conselhos, críticas e sugestões para essa dissertação. Ela foi uma inspiração para que eu pudesse alçar outros vãos na vida e no pensamento.

Ao professor Jonas Marçal de Queiroz, meu orientador no trabalho final da graduação e aos professores Marilda Ionta e Fábio Faria Mendes que participaram da banca de avaliação da monografia. Suas críticas e sugestões me permitiram a elaboração e amadurecimento do projeto do mestrado e contribuíram para muitas das reflexões desenvolvidas nessa pesquisa. À Marilda também devo agradecer pela gentileza em aceitar o convite para minha banca de defesa de dissertação.

Às professoras Susane Rodrigues Oliveira e Albene Mírian Ferreira Menezes que participaram da defesa do projeto de dissertação e que com suas críticas e sugestões me convidaram a lançar novos olhares sob meu objeto de pesquisa.

Aos colegas do mestrado, Jônatas, Gabriel e Ada, pelos momentos tão profícuos de discussão e de alegrias vivenciadas nesse período. À Ada devo agradecer também o

auxílio na minha iniciação nos Estudos Feministas e na Análise de Discurso, além da paciência com os meus muitos desabafos e dúvidas. Além da ajuda, ganhei uma grande amiga. Também às “meninas” da turma de “Literatura e Gênero”, disciplina ministrada pela professora Cristina Stevens. O período em que nos reunimos para discutir e trocar idéias foi de extrema importância para a consolidação e amadurecimento das reflexões acerca dos Estudos Feministas e de meu trabalho.

À Lívia, amiga querida dos tempos de graduação, que de modo muito gentil, traduziu parte dos textos da revista em francês. Seu apoio, mais uma vez, foi fundamental e, sem ele, meu terceiro capítulo não seria possível.

Por fim, mas não menos importante, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa que me foi concedida desde o início do mestrado, que possibilitou a realização desta pesquisa.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>CAPÍTULO 1 – Revista <i>Fon-Fon</i>: “semanario alegre, politico, critico e esfusiante”</b> .....	15
1.1 A reforma urbana no/do Rio de Janeiro.....	15
1.2 Além do modernismo paulista.....	21
1.3 A imprensa carioca no início do século XX .....	25
1.4 “A família de <i>Fon-Fon</i> ”.....	30
1.5 <i>Fon-Fon</i> : um periódico “leve e ágil”, como os tempos modernos .....	37
1.6 “O Rio civilisa-se” .....	44
1.7 A modernidade da <i>Fon-Fon</i> .....	48
<b>CAPÍTULO 2 – Da “natureza feminina”: “volúvel” e “vaidosa”</b> .....	58
2.1 Sobre mulheres, “feminino” e modernidade .....	59
2.2 No lar ou na calçada, no público e no privado .....	65
2.3 “Mulher moderna”? .....	73
2.4 A complexa “arte de prender maridos” .....	81
2.5 A ameaça dos feminismos: a moda das saias-calção .....	90
<b>CAPÍTULO 3 – “Caderneta mundana de uma parisiense”: paradoxos da subjetividade feminina</b> .....	98
3.1 “A fabricação de si” .....	98
3.2 Em busca da autoria feminina .....	104
3.3 Senhoras do espaço doméstico.....	108
3.3 “A opressiva neurastenia” .....	111
3.4 “A mulher é rastro da moda” .....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	121
<b>FONTE E BIBLIOGRAFIA</b> .....	123



## INTRODUÇÃO

*a História deve ser uma atividade que busca destronar ídolos e deuses, que visa a inquietar o pensamento e o poder, que se destina a nos libertar do peso do passado, de sua repetição mecânica e a-crítica. Ela deve arruinar a familiaridade com as coisas de antanho, dessacralizar e desnaturalizar o que nos chega do passado como valores universais e eternos.*<sup>1</sup>

Como postula Durval M. de Albuquerque Jr., o/a historiador/a tem o dever, incontornável, de “destronar ídolos e deuses”, de modo a tornar a História, um discurso produzido sobre o passado, não um fardo a pesar sobre nós, mas para orientar com liberdade quanto ao futuro que queremos. Nesse sentido, nosso ofício exige o exercício permanente de desconstrução, de “dessacralizar e desnaturalizar o que nos chega do passado como valores universais e eternos”. Fazer a crítica, questionar certezas, inverter evidências, de modo a desestabilizar verdades cristalizadas, abrindo caminho para o múltiplo, o diferente e o diverso, para novas possibilidades de leitura do social e de escrita da história. Solidário as formulações de Michel Foucault, o autor defende que devemos aprender com aquele que a história não deve estar a serviço da naturalização de valores, da pura e simples repetição, da homogeneização do que é plural, mas “da perturbação do mesmo, da unidade, da identidade e da semelhança”.<sup>2</sup>

Sintonizadas com esse modo de pensar a história, procuramos, ao longo deste trabalho, desestabilizar algumas certezas, com o esforço empreendido no sentido de evidenciar a pluralidade e as especificidades da experiência de modernização na cidade do Rio de Janeiro no contexto da *Belle Époque*. Para tal, priorizamos a análise da revista *Fon-Fon*, publicação carioca do início do século XX. Nosso objetivo foi o de investigar como se construiu a modernidade e o feminino na análise das imagens, representações e significações veiculadas pela *Fon-Fon*. A referência ao feminino não se deu, é claro, desarticulada da dimensão do gênero que igualmente informa o ordenamento da sociedade carioca da *Belle Époque*. Apenas priorizamos essa face da partilha binária, justamente o focado pela revista em seu investimento discursivo em torno da construção dos modelos de mulher e de comportamentos femininos modernos. E tal

---

<sup>1</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p.185.

<sup>2</sup> Idem. *Ibidem*.

ênfase não ocorreu por acaso. Afinal, no imaginário da época, as mulheres permaneceram representadas a partir das imagens de fragilidade e periculosidade que exigiam cuidado, zelo e vigilância constantes por parte do pátrio poder.

A revista foi priorizada como *corpus* empírico da pesquisa pela sua reconhecida posição de semanário sintonizado com os novos tempos da modernidade carioca. A pesquisa de seus textos revelou-nos que, além da modernidade, o periódico operou também na construção discursiva do gênero naquela sociedade em processo de modernização. Isso exigiu-nos o esforço de investigar e analisar as duas construções, atentando para suas especificidades, procurando, porém, escapar das imagens e significações cristalizadas na memória social acerca delas.

Dois questionamentos principais orientaram nossa leitura da experiência de modernização na sociedade carioca dos primeiros anos da República: como se deu a representação da modernidade e do feminino na revista *Fon-Fon*? Ou seja, quais idéias, valores, papéis, imagens e significações informaram as representações de modernidade e, nessas, a do gênero feminino, veiculadas pela *Fon-Fon*, durante o período denominado como *Belle Époque* (1907-1914)? Assim, procuramos evidenciar os modos como os autores de diversas seções da revista representaram e significaram a modernização e o feminino, como eles fizeram sua leitura e, ao mesmo tempo, como ensinaram o/a leitor/a a ler/interpretar tais construtos, pois, afinal, esta é também a função pedagógica da imprensa.

Por meio de nossa análise, buscamos desnaturalizar algumas construções historiográficas. Uma delas, a da Semana de Arte Moderna de 1922 e sua centralidade para a compreensão da modernidade nacional, encobrindo outras maneiras de se pensar e viver a modernidade, inclusive anteriores à década de 1920. Com efeito, a historiografia relativa ao período denominado como “República Velha” (1889-1930), conferiu à Semana de Arte Moderna de 1922, movimento visto como exclusivo de São Paulo, uma posição central para o entendimento da modernidade brasileira. Sob tal perspectiva, a interpretação ainda predominante de que a produção literária da *belle époque* seria uma literatura superficial, reforçando a tese consagrada pela historiografia da hegemonia e importância do modernismo paulista.

Além disso, observa-se na historiografia das mulheres, trabalhos que enfocam as ações disciplinadoras e os mecanismos de vigilância e controle exercidos sobre os comportamentos femininos durante as primeiras décadas do século XX. Fica evidente nas análises a preocupação com a normalização da conduta das mulheres naquele

contexto em que se expande sua circulação pelo espaço público em função não apenas do ingresso no mundo do trabalho, mas, também, do lazer e do consumo, com a ampliação dos espaços de sociabilidades entre os sexos, operada pela modernização da cidade e dos costumes, com seus modos e modas.

Entretanto, boa parte dessas interpretações não rompe com um dos suportes do ordenamento social: a divisão binária e desigual do gênero. Tais trabalhos tomam como “dados” a partilha binária do mundo em masculino e feminino, a divisão sexual dos papéis, corpos e comportamentos sociais, sem problematizá-lo como construção histórica.<sup>3</sup> São análises que reafirmam a fixidez do gênero, ignorando sua historicidade, considerando o gênero como algo natural, como propriedade dos corpos. Como adverte Joan Scott:

Os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.<sup>4</sup>

No uso do gênero, trata-se de investigar, como definiu Joan Scott, “as relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (...) e as relações de poder” estabelecidas a partir desta distinção.<sup>5</sup> Enfim, evidenciar que estas distinções são construções datadas, que possuem sua historicidade. Nesse sentido, é importante pensar tal categoria de análise deslocando a ênfase da oposição entre homens e mulheres, ou seja, a dicotomia ou polaridade entre masculino e feminino. Pelo contrário, Scott evidencia que o termo serve “como meio de falar de relações sociais”, das relações de

---

<sup>3</sup> Há uma extensa produção bibliográfica relativa às ações disciplinadoras e ao controle exercido sobre os comportamentos femininos durante as primeiras décadas do século XX pelos mais diferentes saberes/poderes. Abstemo-nos, aqui, de elencar toda essa produção, visto não ser nosso objetivo proceder a um levantamento exaustivo das publicações existentes. Sobre o assunto ver: BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999; CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000; FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; além de alguns trabalhos publicados em PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

<sup>4</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990. p.15.

<sup>5</sup> Idem. Ibidem. p.07.

poder entre os indivíduos.<sup>6</sup> Essa advertência evitaria o uso do gênero como sinônimo de mulheres ou por oposição ao sexo, perspectivas presentes em muitos trabalhos.

Como ressaltado por Judith Butler, não se trata de pensar sexo e gênero como opostos e nem como corpos *a priori*, naturais, mas pensá-los também como construções discursivas, culturais. Deste modo, partilhando das reflexões desta autora,

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*.<sup>7</sup>

Sob tal perspectiva, é possível questionar não somente os papéis sociais, a hierarquia pautada na distinção masculino/feminino, mas a própria construção dos corpos em masculino/feminino, de modo binário, ou seja, “a importância dada ao sexo, ao aparelho genital, na positividade e divisão da sociedade é ela mesma uma criação histórica e social”.<sup>8</sup> Como se vê, Butler propõe pensar o gênero e o sexo não como termos opostos, mas como inscrições sociais indissociáveis, como efeitos discursivos, evidenciando como “certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do ‘real’ e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem sucedida”.<sup>9</sup>

É para esta dimensão crítica e historicamente localizada que nos chama a atenção Diva Muniz, ao destacar o uso equivocado que fazem muitos historiadores e historiadoras da categoria gênero. De acordo com a autora, a mesma é utilizada em muitas análises como sinônimo de mulheres, por oposição a sexo ou, então, é identificada, preconceituosamente, por muitos historiadores e historiadoras como “algo menor”, “perfumaria”, “coisas de mulheres”; enfim, uma perspectiva de menor valor no discurso historiográfico, um suplemento à história. Segundo a autora,

---

<sup>6</sup> Idem. *Ibidem*. p.13.

<sup>7</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.25.

<sup>8</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. *História: Questões e Debates*, Curitiba: Editora da UFPR. n.34, 2001. p.17-18.

<sup>9</sup> BUTLER, Judith. *Op.cit.* p.58.

Esse modo descritivo, simplificado e limitado do uso do gênero acabou por reafirmar a partilha binária e desigual que sua proposta tinha em mira desconstruir. Família, maternidade, maternagem, natalidade, infância, privacidade, sociabilidade, saúde, corpo, sexualidade, bruxaria, curandeirismo, magistério, assistencialismo, trabalho familiar, desejo, etc., foram alguns dos recortes abrigados por aqueles estudos, demarcados pela significação de vida privada e despolitizada.<sup>10</sup>

Desta maneira, a categoria gênero perde “sua força subversiva e desestabilizadora”<sup>11</sup>, pois reforça o regime de verdade existente, ou seja, a dicotomia entre sexo e gênero, entre natural e cultural, entre masculino e feminino – opostos e irreduzíveis. Uso que reafirma e “aprisiona todos e tudo nas tramas da lógica binária e seus desdobramentos, ignorando as multiplicidades, diversidades e especificidades das experiências configuradoras dos sujeitos históricos”.<sup>12</sup> Sendo assim, incorre-se no que a historiadora chama de a “história da mesmice”, na qual tais relações sociais não são problematizadas, mas pensadas como naturais. Como a autora salienta:

Uma história da mesmice, porque não problematiza, não interroga as evidências forjadas nos registros históricos – as tais fontes –, e se limita à descrição inquestionável dos papéis sociais sexuais, da imutável distinção entre as esferas pública e privada, da fixidez das identidades sociais e sexuais, dentre outras.<sup>13</sup>

Na leitura do feminino produzida pela *Fon-Fon* procuramos desfamiliarizar, desnaturalizar a dimensão fixa, natural e biológica, conferida pela historiografia ao gênero. Procuramos evidenciar a dimensão histórica da partilha binária e desigual entre masculino e feminino.

Mas como empreender tal análise, sem cair nas armadilhas do binarismo e da naturalização do sistema sexo/gênero? Um possível caminho pode ser vislumbrado na proposta de Teresa de Lauretis. Ao construir o conceito de “tecnologia de gênero”, a autora, a partir de um diálogo com a obra de Michel Foucault, evidencia que

pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia social”; desta forma, propor-se ia que também o gênero, como representação e

<sup>10</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e *O segredo de Brokeback Mountain*: uma história de aprisionamentos. In: STEVENS, Cristina Maria & SWAIN, Tânia Navarro (orgs.). *A construção dos corpos*: perspectivas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p.124.

<sup>11</sup> Idem. Ibidem. p.123.

<sup>12</sup> Idem. Ibidem. p.126.

<sup>13</sup> Idem. Ibidem. p.125.

auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana. Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política”.<sup>14</sup>

Com isso, Lauretis salienta a construção de sujeitos gendrados “por meio de códigos lingüísticos e representações culturais”.<sup>15</sup> A partir dessas considerações, podemos pensar a imprensa, e nesse caso específico, a *Fon-Fon* como “tecnologia de gênero”, uma vez que a revista, ao construir e veicular representações de gênero, produz efeitos de gênero. Como tecnologia social, ela opera produzindo/reproduzindo gênero, ao atribuir “significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade”.<sup>16</sup> Ela produz, enfim, o efeito de feminino/masculino em corpos, comportamentos e relações sociais. Deste modo, trata-se de compreender as técnicas discursivas e não discursivas que possibilitaram produzir/reproduzir o gênero, ou seja, os efeitos de sentido que são produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, como bem salienta Teresa de Lauretis.

Para trilhar esse caminho, tornou-se indispensável a noção de representações sociais. Utilizamos tal conceito tal como pensado e defendido por Denise Jodelet, como “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.<sup>17</sup> Elas configuram a construção social da realidade. Na mesma direção, portanto, da reflexão de Serge Moscovici, para quem

Representando-se uma coisa ou uma noção, não produzimos unicamente nossas próprias idéias imagens: criamos e transmitimos um produto progressivamente elaborado em inúmeros lugares, segundo regras variadas.<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloísa B. De (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p.208.

<sup>15</sup> Idem. Ibidem. p.208.

<sup>16</sup> Idem. Ibidem. p.212.

<sup>17</sup> JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.22.

<sup>18</sup> MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 63.

Na análise das representações de modernidade e do gênero veiculadas pela *Fon-Fon*, a compreensão de que não se trata de “uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta”.<sup>19</sup> Uma versão elaborada por indivíduos/grupos, em situações de espaço e tempo específicas, interpelados social e culturalmente, com seu sistema de valores, imagens, idéias, papéis e significações. São, enfim, construtos históricos.

Nesse sentido, defendemos que o projeto de instauração da modernidade na sociedade carioca, segundo a leitura da *Fon-Fon*, não está desarticulado da produção do gênero, dos efeitos de feminino/masculino em corpos, comportamentos e relações sociais. Por meio dessa estratégia discursiva, construiu-se um determinado entendimento, uma orientação, um esquema de interpretação e significação do que seria a modernidade e o feminino.

Na organização da dissertação, optamos por uma estrutura em três capítulos. No primeiro, discutimos a reforma urbana modernizada do Rio de Janeiro executada por Pereira Passos e a constituição da revista, bem como o grupo por ela responsável e as significações que estes indivíduos atribuíram à modernidade, ressaltando como este entendimento estava interligado a uma outra representação: a do “feminino”.

No segundo, procuramos ressaltar as significações que foram conferidas ao feminino pelos colaboradores da *Fon-Fon*. Trata-se de compreender os mecanismos que possibilitam reproduzir e naturalizar a construção do gênero, ou seja, os efeitos de sentido que são produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, como bem salienta Teresa de Laurettis. No caso da revista *Fon-Fon*, a ênfase nas possibilidades e perigos da vida moderna ressaltava, particularmente, as tensões e ambigüidades entre o que era considerado moderno e tradicional no que concernia à conduta feminina, modos e modas das mulheres modernas.

Por fim, no terceiro capítulo, por meio da análise da coluna “Carnet Mondain d’une Parisienne”, procuramos mostrar os paradoxos que permeavam o processo de construção da subjetividade feminina naquele contexto modernizador. Enfocamos a seção de autoria de Mme. Laurence Bloch, a “parisiense”, com a preocupação de investigar não a autenticidade e identidade da autoria, mas o processo de subjetivação, como se construiu um modo de existência feminina. Nessas crônicas, perpassam uma série de ambigüidades da “parisiense”, quanto ao que significava ser mulher moderna e

---

<sup>19</sup> ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n.17, novembro de 2002. p.134.

ao comportamento feminino civilizado. Ao mesmo tempo, a autora procura construir sua subjetividade, criando um espaço de liberdade, na tentativa de expressar-se a seu modo e salientar as mulheres como sujeitos de espaços e lugares de fala.



## CAPÍTULO I

### **REVISTA FON-FON: “SEMANARIO ALEGRE, POLITICO, CRITICO E ESFUSIANTE”**

*Noticiario avariado, telegraphia sem arame, chronica epidêmica.  
Tiragem: 100.000 kilometros, por ora.  
Collaboração de graça, isto é, de Espirito.<sup>20</sup>*

Com o advento da República e a confirmação do Rio de Janeiro como capital da federação, diferentes atores políticos ganharam visibilidade pública nas críticas feitas à estrutura física da cidade que, de acordo com eles, não era condizente com “os novos tempos” e com a posição de vitrine do país que lhe era atribuída, o que tornava urgente a necessidade de reformas. Desde logo, como ressalta Nicolau Sevcenko, “ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos”. Assim, o cais do porto, as ruas do centro da cidade e as áreas pantanosas deveriam ser reconfigurados e as epidemias, constantes neste período, precisavam ser extirpadas,<sup>21</sup> de modo a tornar aquela cidade um espaço moderno, condizente com sua nova posição e com os tempos modernos do regime republicano recém-instaurado.

Ainda de acordo com aquele autor, somente após a gestão do presidente Campos Salles, quando o novo regime ganhou maior estabilidade e com as finanças controladas, é que as obras há muito solicitadas tornaram-se possíveis.<sup>22</sup> Assim, em 1904, já sob o governo do presidente Rodrigues Alves, foi inaugurada a Avenida Central, marco das obras de remodelação do Rio de Janeiro pelo prefeito e engenheiro Pereira Passos.

#### 1.1 – A REFORMA URBANA NO/DO RIO DE JANEIRO

Como Sevcenko destaca, a “transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca” seguiu padrões “profundamente identificado[s] com a vida

---

<sup>20</sup> *Fon-Fon*. Anno I, n. 01, 13 de abril de 1907.

<sup>21</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. p.28.

<sup>22</sup> *Ibidem*. p.30.

parisiense”.<sup>23</sup> Na leitura do autor, as amplas avenidas, praças e jardins da capital reformada remetiam ao traçado urbano de Paris, imprimido pela reforma feita em 1875 pelo Barão de Haussmann.

A avaliação de Sevcenko é compartilhada por Jeffrey Needell, que afirma que a gestão de Campos Sales ofereceu as condições financeiras e políticas necessárias para tais transformações.<sup>24</sup> Além disso, o autor também ressalta a grande influência de Haussmann e da reforma de Paris na execução do projeto “melhorador” do Rio de Janeiro. Para ele, “os princípios que haviam orientado as Grandes Obras parisienses foram adaptados ao Rio”.<sup>25</sup>

Needell destaca que a *belle époque* carioca se estende de 1898 a 1914, ou seja, da eleição do presidente Campos Sales à Primeira Guerra Mundial. Trata-se, para aquele, do momento de maior influência das culturas européias sobre o país e sobre outras nações da América Latina, sem fazer, porém, qualquer referência à historicidade dessa influência européia que não surgiu no século XX, remonta ao período da colonização lusa. O autor ressalta, em sua análise, o papel da “cultura de origem européia na estrutura social do Brasil” e sua influência sobre a elite carioca, influência que ele denomina neocolonialismo.<sup>26</sup>

Trata-se de leitura que reafirma a tradicional interpretação historiográfica que identifica a reforma urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro durante os primeiros anos do século XX como imitação pura e simples do “modelo parisiense”.<sup>27</sup> Para Needell e outros autores,<sup>28</sup> o engenheiro e prefeito Pereira Passos teria seguido os padrões da reforma urbana executada em Paris pelo barão de Haussmann, como

---

<sup>23</sup> Idem. Ibidem. p.30.

<sup>24</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.54.

<sup>25</sup> Idem. Ibidem. p.57.

<sup>26</sup> Idem. Ibidem. p.11. Em nota, Jeffrey Needell esclarece sua compreensão de neocolonialismo: “Por neocolonialismo entendo a combinação de independência política formal com dependência econômica e política informal que caracterizou a América Latina depois da década de 1820 e floresceu na década de 1880 (...)”. Idem. Ibidem. p.285.

<sup>27</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o “modelo francês” ver: ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina. Cultura, política e identidade*. Brasília: Editora UnB, 2005.

<sup>28</sup> Além de contemporâneos como Brito Broca, defendem a idéia de uma “cópia” do modelo francês autores como CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999; BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; para citar alguns.

argumentado por contemporâneos, como o jornalista carioca Brito Broca. Para este último,

o Prefeito Pereira Passos vai tornar-se o Barão de Haussmann do Rio de Janeiro, modernizando a velha cidade colonial de ruas estreitas e tortuosas. Com uma diferença: Haussmann remodelou Paris, tendo em vista objetivos político-militares, dando aos bulevares um traçado estratégico, a fim de evitar as barricadas das revoluções liberais de 1830 e 48; enquanto o plano de Pereira Passos se orientava pelos fins exclusivamente progressistas de emprestar ao Rio uma fisionomia parisiense, um aspecto de cidade européia.<sup>29</sup>

Tal reforma é vista por muitos historiadores como projeto de caráter autoritário e excludente, pois tinha em vista “aburguesar o espaço urbano em detrimento das camadas populares”.<sup>30</sup> Todavia, como destaca André Nunes Azevedo, focar apenas essa perspectiva da reforma é uma leitura reducionista porque incapaz de discernir

os distintos projetos de reforma urbana que se operaram no Rio de Janeiro da época, sob referências diferentes. Perceberam-nos como um bloco monolítico no cumprimento do intuito de excluir as camadas populares do centro da cidade, em uma verdadeira trama urdida pela burguesia brasileira e orquestrada pelo prefeito Pereira Passos.<sup>31</sup>

Assim, o autor identifica nas obras de melhoramento do Rio de Janeiro dois projetos de reforma: o primeiro, conduzido pelo governo federal e projetado por Lauro Muller, tinha como foco a modernização do porto, “concebida como a obra de maior relevância”;<sup>32</sup> o segundo, destinado a reformular a estrutura viária da cidade, a cargo da prefeitura da capital e de seu prefeito, o engenheiro Pereira Passos, escolhido pelo presidente Rodrigues Alves. O referido autor ressalta que, apesar de terem sido executados durante a gestão de Pereira Passos, tais projetos possuíam diferenças significativas quanto à visão urbanística, que incluem outras concepções além daquelas do prefeito. Em outras palavras: enquanto que as reformas do porto, operadas por meio

---

<sup>29</sup> BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004. p.35. José Brito Broca, além de jornalista, foi crítico literário no Brasil no século XX. Nasceu em Guaratinguetá, Estado de São Paulo, em 06 de outubro de 1903 e morreu no Rio de Janeiro em 1961. A primeira edição do livro em questão data de 1956.

<sup>30</sup> AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago. 2003. p.40. O autor destaca os trabalhos de Jaime Larry Benchimol, Lia de Aquino Carvalho, Maurício de Abreu, Niemeyer Lamarão e Oswaldo Porto Rocha como significativos desta interpretação que salienta o autoritarismo da reforma urbana do Rio de Janeiro no início do século.

<sup>31</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>32</sup> Idem. *Ibidem*. p.42.

de intervenção federal, foram concebidas “por um funcionalismo econômico”<sup>33</sup>, as novas ruas e avenidas foram executadas dentro da perspectiva organicista de Pereira Passos, ou seja, o espaço urbano percebido em sua totalidade, em uma tentativa de integrar as diversas regiões da cidade. Segundo André Nunes de Azevedo,

A reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos buscou articular diversas regiões da cidade com o centro urbano do Rio de Janeiro, algo fundamental em seu projeto de integração conservadora, no qual o centro urbano da cidade aparecia como centro modelar da civilização, lugar da sua exemplaridade para os habitantes das demais regiões da urbe.<sup>34</sup>

O autor salienta, no projeto, o esforço de concepção, organização e integração do espaço urbano aliado ao projeto civilizador de seus habitantes. A integração entre a região central e os bairros do subúrbio poderia, dentro dessa visão, promover a urbanidade, ao possibilitar a integração urbana e “elevantar espiritualmente” as camadas populares. Na leitura de André Azevedo:

Longe de empreender uma intervenção urbana com o fim de isolar as camadas populares do centro da cidade, o organicismo da reforma urbana de Pereira Passos pensou em aproximar e atrair o operariado ao centro do Rio de Janeiro, a fim de que este, inserto em uma ética burguesa na utilização do espaço público, disseminasse a urbanidade desejada pelo prefeito para além dos limites do centro urbano. Assim, podemos afirmar que Pereira Passos pensou em um projeto de integração urbana, um projeto de integração conservadora.<sup>35</sup>

Nesse sentido, tratava-se de um projeto que envolvia não somente as classes pobres, mas todo o corpo social. Tal perspectiva de leitura instiga-nos a pensar o funcionamento do dispositivo do poder disciplinar nesse esforço ordenador da cidade, tal como pensado por Michel Foucault. Se, tal como defende este autor, a disciplina “é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos

---

<sup>33</sup> O autor, ao definir a noção de funcionalismo econômico afirma que: “O seu objetivo maior [da intervenção federal] era a distribuição das mercadorias do porto para o comércio e as indústrias da região central e dos bairros localizados na direção oeste e norte do Rio de Janeiro. Tal objetivo constituía a tradução de uma visão mecanicista de cidade, na qual a organização viária da urbe deve dar-se em uma relação de parte com parte, por uma razão funcionalista. De acordo com tal perspectiva, a ordenação viária opera-se de maneira causal, isolando a solução de uma demanda urbana da cidade enquanto um todo. Assim, a parte pode ganhar uma relevância maior que o todo integrado da urbe, alcançando ela mesma importância superior ao conjunto urbano, uma vez que ocuparia uma função primordial na cidade, como foi o caso da obra do porto no contexto da reforma urbana federal”. Ibidem. p.54.

<sup>34</sup> Idem. Ibidem. p.69.

<sup>35</sup> Idem. Ibidem. p.71.

corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório”,<sup>36</sup> a organização do espaço é prática que inclui maior vigilância e controle sobre os indivíduos; é técnica que assegura o funcionamento do poder disciplinar sobre corpos e mentes, sobre o comportamento social, sobre as relações sociais. É um conjunto de regras, técnicas e de práticas cujo efeito é a normalização das condutas no cotidiano social da cidade.

Como afirma Foucault, a disciplina é uma tecnologia política, uma técnica do exercício de poder “que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII”.<sup>37</sup> Trata-se, continuando com o autor, de uma nova maneira de “gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-los ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los”.<sup>38</sup> Nesse sentido, para Foucault, as principais estratégias para exercer este controle operam de modo simples: a concepção analítica do espaço e a distribuição dos indivíduos nele, para melhor discipliná-los, para produzir uma economia de corpos úteis, de “corpos dóceis”, de “corpos dominados”. Na acepção de Foucault, corpo dócil como aquele que “pode se submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.”<sup>39</sup>

Na operacionalização desse poder disciplinar, o filósofo destaca o “princípio da localização imediata ou do *quadriculamento*”, ou seja, cada indivíduo em seu lugar, o que implica

estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.<sup>40</sup>

Sob tal lógica do poder disciplinar, lugares são definidos para satisfazer “não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil”.<sup>41</sup> São referências esclarecedoras para a leitura do projeto urbanizador do Rio de Janeiro naquele momento. Não há como não perceber a cidade do Rio de Janeiro

<sup>36</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. p.106.

<sup>37</sup> Idem. Ibidem. p.105.

<sup>38</sup> Idem. Ibidem. p.105

<sup>39</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 36ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p.132.

<sup>40</sup> Idem. Ibidem. p.138.

<sup>41</sup> Idem. Ibidem. p.139.

após a reforma de Pereira Passos, em que novos bairros foram criados, moradores foram deslocados de suas regiões de origem para bairros afastados do centro, sem atentar para aquele poder, para suas regras, técnicas e controles estabelecidos no sentido de se “criar um espaço útil” ao projeto modernizador e burguês. Segundo Margareth Rago, a política sanitaria de purificação das cidades naquele contexto integra esse projeto disciplinador, haja vista que

a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa um espaço da felicidade confortável, afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares. Mas também a partir da demarcação precisa de espaços de circulação dos diferentes grupos sociais.<sup>42</sup>

A abertura das ruas e avenidas largas, a instalação de iluminação a gás, criação de novos bairros, etc., possibilitaram e demarcaram os espaços de trânsito dos indivíduos e grupos sociais. Veja-se o caso da Avenida Central, que logo se tornou o símbolo das reformas do Rio de Janeiro. Tal espaço também não pode deixar de ser pensado como o espaço panóptico, de vigilância, de que nos fala Foucault: local em que cada indivíduo analisa o outro e é por ele analisado; local de encontro, mas também de análise, esquadramento, controle, um exercício permanente de vigilância e auto-vigilância, no qual repousa o poder disciplinar. Nas palavras do filósofo:

uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre o seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. As pedras podem tornar dócil e conhecível. O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair – começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.164.

<sup>43</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Op.cit. p.166.

Sob tal ótica entendemos o projeto reformista e disciplinador operado na sociedade carioca, na passagem do século XIX para o XX, ou seja, com o advento do regime republicano. Observa-se a preocupação com o ordenamento social, com a organicidade do espaço urbano, com a modernização das estruturas urbanas, com os “melhoramentos” das cidades sob a ordem republicana. Trata-se de preocupação que não se restringe ao Rio de Janeiro, embora tenha sido caso exemplar, por sua posição de sede da capital da República e maior centro político, econômico e cultural daquele período.

Se o projeto executado durante a *belle époque* expressa o propósito progressista de emprestar ao Rio uma fisionomia moderna, com o traçado e embelezamento de suas ruas, praças e edifícios, tendo como referência a reforma efetuada em Paris pelo Barão de Haussmann, entendemos que esta preocupação vai além. Ela se dirige, sobremaneira, à normatização, classificação, controle, disciplinarização e normalização dos comportamentos sociais. O projeto urbanístico de remodelação da cidade inclui o de civilização, de homogeneização das condutas sociais, segundo o *ethos* burguês, moderno e civilizado da época que tem na Europa a referência. A organização analítica do espaço urbano integra esse esforço.

## 1.2 – ALÉM DO MODERNISMO PAULISTA

Na produção historiográfica sobre a *belle époque*, identificamos, além da tese que defende a reforma urbana do Rio de Janeiro como mera imitação do modelo parisiense, também a de autores que analisam a produção intelectual dos literatos da capital, nesse mesmo período, como uma cópia ou reprodução de padrões e modelos europeus (leia-se, mais uma vez, francês). Assim, por exemplo, Jeffrey Needell trata a produção do período como apropriações da cultura européia pela elite carioca, reduzida, portanto, a uma simples adaptação; ou seja, uma espécie de cópia ou idéias fora do lugar, que foram consumidas sem o mínimo de crítica e de realismo, de ajuste às necessidades do momento, dos indivíduos em questão e às especificidades da sociedade carioca. Tais afirmações se tornam mais claras se observamos o que o autor diz a respeito da produção literária da *belle époque*:

O período intermediário, contudo, mais relevante para esta discussão, tem sido geralmente negligenciado. Herdeiros do modernismo, leitores e críticos recentes normalmente aceitam a condenação modernista do *fin-de-siècle* brasileiro como um período afetado e superficial, apesar de alguns registrarem, ocasionalmente, sua importância antecipatória. O maior estudioso de [sic] período, Brito Broca (1903-1961), observou uma característica muito pertinente: o estilo da vida e da produção literária da época era, com frequência, mais importante do que a própria literatura. O mundanismo, traduzido no modo de vida europeizado, na moda e enfatizado nos textos, saturou o mundo literário e dominou a literatura.<sup>44</sup>

Apesar de considerar relevante a literatura produzida no período, Needell a considera menor e mundana. Desta forma, ele compartilha da interpretação de que a produção literária da *belle époque* seria uma literatura superficial, porque mundana. Compartilha também a tese da hegemonia e importância do modernismo paulista consagrada pelo discurso historiográfico tradicional. Com efeito, a historiografia relativa ao período denominado como “República Velha” (1889-1930), conferiu à Semana de Arte Moderna de 1922, movimento visto como exclusivo de São Paulo, uma posição central para o entendimento do modernismo brasileiro do período.

O modernismo paulista foi sacralizado pela historiografia e como marco do pensamento moderno brasileiro, sendo identificado como referência para o resto do país e como fator de ruptura na história nacional. Esta afirmação se torna mais clara quando observamos que outros períodos são identificados como “pré” ou “pós” este acontecimento, o que evidencia a força da construção e significação desse movimento como marco, como fato histórico. As demais possibilidades para se pensar a modernidade no país foram excluídas e/ou escamoteadas nesse discurso homogeneizador, segundo o qual o modernismo paulista foi elevado à posição de referente, de “verdade histórica”. Verdade, aqui entendida dentro de uma perspectiva foucaultiana, como um saber que não está desvinculado do poder, considerando-se que

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> NEEDELL, Jeffrey. Op.cit. p.215.

<sup>45</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Op.cit. p.12.



Agindo como um censor, o “regime de verdade” estabelece limites, delimita o certo e o errado, o que está ou não na ordem do discurso, regula, enfim, o que pode ser dito e o que deve ser afirmado como verdadeiro. Como ressalta Keith Jenkins, os argumentos de Foucault são aplicáveis a qualquer discurso, inclusive o historiográfico, pois:

a “verdade” e as expressões similares são expedientes para iniciar, regular e findar interpretações. A verdade age como um censor: estabelecendo limites. Sabemos que tais verdades não passam de “ficções úteis” que estão no discurso graças ao poder (alguém precisa pô-las e mantê-las ali) e que o poder usa o termo “verdade” para exercer controle; daí o regime da verdade. A verdade evita a desordem, e é esse medo da desordem (dos desordeiros), ou para nos expressarmos de maneira positiva, é esse medo da liberdade (o medo de dar liberdade a quem não a tem), o que vincula funcionalmente a verdade aos interesses materiais.<sup>46</sup>

Nesse sentido, a versão historiográfica que se estabeleceu como “verdade” foi a produzida pelos “vencedores”: uma leitura construída pelos modernistas paulistas, “que freqüentemente se apresentaram como arautos da modernidade brasileira” e que conferiu centralidade ao movimento de 1922.<sup>47</sup> Sob tal lógica, podemos afirmar, acompanhando as reflexões de Manoel Luiz Salgado Guimarães, que o silêncio relativo a certos grupos e interpretações tem “significados políticos”, pois delimita quais as memórias que podem e devem ser preservadas, além de atribuir os possíveis usos e sentidos para a narrativa histórica. Assim, como o autor nos adverte, nessa relação entre memória e história, “é preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória”.<sup>48</sup>

Esse exercício de dessacralização demanda atenção aos “sinais de modernidade” que ocorriam não apenas em São Paulo, mas em várias regiões e cidades do Brasil desde o início do século.<sup>49</sup> Deve-se romper com a prática de se pensar o modernismo e as reflexões sobre a modernidade como unicamente questões de estética, como discutidas naquele cenário e momento, como nos ensina Mônica Velloso. Para essa autora, deve-se pensar o modernismo a partir de outro prisma, “como um processo e movimento

<sup>46</sup> JENKINS, Keith. *A história repensada*. Trad. de Mario Vilela, 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.59.

<sup>47</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.358.

<sup>48</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v.6, dezembro de 2000. p.20.

<sup>49</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. Op.cit. p.353.

contínuo que vai desencadear vários outros movimentos no espaço e no tempo”, ressaltando a complexidade e a pluralidade de significações e sentidos conferidos à modernidade nas mais diferentes regiões do país.<sup>50</sup>

No esforço em rever esse tipo de discurso, de “verdade histórica”, alguns trabalhos foram cruciais para dessacralizar a centralidade da Semana de Arte Moderna e seu caráter de ruptura. A partir de diferentes perspectivas, os trabalhos de Flora Sussekind, Nicolau Sevcenko e Eduardo Jardim de Moraes, para citar alguns autores<sup>51</sup>, contribuíram para desmistificar a pretensa originalidade do modernismo paulista e evidenciar seu diálogo com outras tradições que remetem, muitas vezes, ao século XIX. Outros autores, como Mônica Pimenta Velloso,<sup>52</sup> salientaram as especificidades de outros modos de pensar o “ser moderno”, outras abordagens sobre a modernidade, entre elas, as das revistas ilustradas.

Tais publicações nos possibilitam entender outros modos de significação da modernidade que fogem ao modelo de São Paulo, entendendo, como sublinha Mônica Pimenta Velloso, que é preciso “relativizar a importância do modernismo paulista, atentando para outras expressões do moderno presentes na dinâmica cultural brasileira”.<sup>53</sup> Ainda de acordo com aquela autora, essas revistas

mostram precisamente as ambigüidades que marcaram a instauração do nosso moderno. Mas apresentam-se como instrumentos de modernidade ao propiciar o acerto de contas com esse tumulto de sensações do dia-a-dia, reforçando a atualização e a renovação da linguagem.<sup>54</sup>

Mônica Velloso ressalta que tais publicações produzem “retratos do Brasil”, ou seja, “inspirados diretamente no cotidiano e nas práticas urbanas, esses retratos mostram-se, particularmente, capazes de expressar as ambigüidades da nacionalidade e do moderno”.<sup>55</sup> Interessa-nos em perceber, na presente pesquisa, que feminilidade/modernidade/civilidade veiculam as revistas ilustradas como regime de verdade.

---

<sup>50</sup> Idem. Ibidem. p.353.

<sup>51</sup> SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999; MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

<sup>52</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional*. Op.cit.

<sup>53</sup> Idem. Ibidem. p.358.

<sup>54</sup> Idem. Ibidem. p.367.

<sup>55</sup> Idem. Ibidem. p.369.

Com tal propósito, priorizamos a análise da revista *Fon-Fon*, semanário que se auto-intitulava *alegre, político, crítico e esfusiante* publicado no Rio de Janeiro a partir de 1907, por entendermos que ela nos possibilita perceber e apreender algumas práticas e representações produtoras/reprodutoras da modernidade carioca daquele período e, nessa, a de feminilidade e do feminino. Interessa-nos investigar quais imagens/valores/papéis e significações constitutivas de tais representações sociais e do imaginário social que as preside. Imaginário social, concebido como esquema de interpretação e significação, tal como definido por Baczkko, como construção social por meio do qual

uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns, constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim, é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu lugar, a sua identidade e a sua razão de ser.<sup>56</sup>

Como ressalta Baczkko, o imaginário social é eminentemente político, no sentido de que “é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”.<sup>57</sup> Não por acaso, é objeto e local de disputas, tensões e conflitos entre os mais diferentes grupos sociais, em busca de hegemonia na definição de seu regime de verdade. Entendemos que o material veiculado pela revista *Fon-Fon* nos possibilita acessar as constantes disputas, as imagens e valores, as reelaborações e ressignificações em torno da vida moderna e dos papéis de gênero, expressando os conflitos e tensões em torno dessas definições.

### 1.3 – A IMPRENSA CARIOCA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Em meio à reconfiguração dos hábitos, costumes e espaços, engendrada a partir dos novos padrões de “vida moderna” nos primeiros anos do século XX, é visível o papel desempenhado pela imprensa. Ela se modificou, acompanhando as mudanças

<sup>56</sup> BACZCKO, Bronislaw. A imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p.309.

<sup>57</sup> Idem. *Ibidem*. p.310.

ocasionadas pelas novas tecnologias e pelos novos gostos de seu público leitor e também atuou modificando comportamentos e leituras do mundo. Como afirma Tânia Regina de Luca, a imprensa ocupou uma posição privilegiada naquele contexto da chegada do século XX que

parecia anunciar mais que uma simples mudança no calendário, tratava-se de adentrar um novo tempo, que deixava para trás o passado monárquico e escravista. (...). Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marca distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração.<sup>58</sup>

Tal posição é também destacada por Nelson W. Sodré ao destacar que a história da imprensa no Brasil   a história do desenvolvimento da sociedade capitalista. Na leitura evolucionista que faz da história e da imprensa, pois identifica seu início com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e seu desenvolvimento e ápice no início do século XX, quando se torna uma “grande empresa”, com equipamentos gráficos cada vez mais adequados às necessidades de tal atividade, o autor ressalta as rela es estreitas entre aquela e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.<sup>59</sup> Para ele, as mudanças ocorridas no século XX afetaram não somente os processos gráficos, mas, sobretudo, a rela o deste meio de comunica o com o público leitor da sociedade capitalista. Assim, para Sodré, a imprensa tem sido, desde então,

governada, em suas opera es, pelas regras gerais da ordem capitalista, particularmente em suas técnicas de produ o e de circula o – tudo conduz   uniformidade, pela universaliza o de valores  ticos e culturais, como pela padroniza o do comportamento.<sup>60</sup>

Para Sodré, a história da imprensa inscreve-se na história do capitalismo, está presa   sua lógica,   regida pelas suas regras. Assim ao invés de caminhar para a autonomia de idéias e a es, para a crítica política e social, ela enveredou, com a expansão do capitalismo, para a despolitiza o e aliena o. Dito de outro modo: ao se transformar em empresa, os diversos órgãos da imprensa deixaram de ser combativos e críticos para se “adequar” ao sistema capitalista, em que impera a ideologia, o lucro, os

<sup>58</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2004. p.137.

<sup>59</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.275.

<sup>60</sup> Idem. *Ibidem*. p.01-02.

negócios vantajosos. O autor lamenta a passagem de um “tempo áureo”, de uma imprensa autônoma, conduzida por intelectuais boêmios, engajados e comprometidos socialmente. Em suas palavras:

O que fizera desaparecer a boemia, entretanto, não fora a obra de Pereira Passos, mas a generalização de relações capitalistas com as quais ela era incompatível; é essa mesma causa que começa a exigir alterações na imprensa. Tais alterações serão introduzidas lentamente, mas acentuam-se sempre: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos.<sup>61</sup>

Sob tal perspectiva, as publicações do início do século XX iniciam o referido processo de “alienação”, de superficialidade, sendo as revistas ilustradas o exemplo máximo. Chamadas também de revistas mundanas, estes periódicos procuravam envolver um público leitor cada vez maior e mais heterogêneo. Conforme Tânia Regina de Luca, as chamadas “revistas mundanas” são publicações identificadas como de

leitura fácil e agradável, diagramação que reservava amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda e regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura para crianças, tais publicações forneciam um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades.<sup>62</sup>

Para Sodré, o problema destas publicações seria, justamente, a superficialidade e a variedade de temas. Na tentativa de interpelar os mais diferentes leitores, as revistas “mundanas” não se atinham, como defende o autor, ao que este considera como fundamental: a crítica política. Entretanto, deve-se ressaltar que tal posicionamento evidencia, nessa leitura ideologizada, uma noção restrita do que seja política, daí minimizar a importância das revistas ilustradas do período em questão. Se entendermos crítica política na acepção dada por ele, que envolve denúncias e questionamentos ao/do poder do Estado e das classes nele representadas, as revistas mundanas pareceriam despolitizadas, uma vez que abordam temas “menores”, “antes tratados como

<sup>61</sup> Idem. Ibidem. p.296.

<sup>62</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. Op.cit. p.121.

secundários”, como afirma aquele autor. Mas, se nos aproximamos do pensamento de Michel Foucault, para o qual o poder não está no Estado, não ocupa um lugar específico, mas que é algo que funciona, que atravessa o tecido social, horizontal e verticalmente, que ocorre por meio de relações, que não apenas reprime, mas sobretudo cria, podemos perceber aquelas revistas como complexas tecnologias políticas. Não a política institucionalizada, em que o poder seria sinônimo de Estado, mas uma política que ocorre no dia-a-dia, em todas as relações sociais, em suas hierarquizações, resistências, dominações. A maneira como o poder ocorre concretamente, “com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas”.<sup>63</sup>

Como bem nos lembra Roberto Machado, ao fazer a leitura de Foucault, trata-se de uma concepção de poder em que a proposta não inclui

minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade. O que se pretendia [nas análises de Foucault] era se insurgir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único do poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação (...).<sup>64</sup>

Seguindo estas indicações, não há como considerar as revistas ilustradas como “mundanas” e “despolitizadas”, mas artefato cultural atravessado pela política, pelas relações de saber e poder. Elas atuam como poderosas tecnologias políticas produtoras dos efeitos homogeneizador, normatizador e disciplinador de comportamentos e relações sociais. Como tal, são instrumentos privilegiados para a análise das mudanças e permanências nas relações da sociedade carioca do período. Com efeito, com suas técnicas e recursos midiáticos, a imprensa integra o poder disciplinar. Como ressalta Foucault,

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, das técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Op.cit. p.06.

<sup>64</sup> MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Op.cit. p.XIII.

<sup>65</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Op.cit. p.203.

A criação de novas seções pelas revistas, como aquelas dedicadas ao público feminino, ou as especializadas em esportes, assuntos policiais, lazer ou crítica literária, traduz os cuidados em conquistar um público leitor em crescimento e cada vez mais diversificado,<sup>66</sup> incluindo as mulheres, a outra metade da sociedade carioca até então pouco considerada pelo discurso da imprensa. Os jornais, que até então eram quase inteiramente literários, sofreram alterações no modo de serem apresentados aos leitores, criando as condições, já nas primeiras décadas do século XX, para o surgimento de um número cada vez maior de revistas ilustradas, nas quais iriam se abrigar boa parte dos literatos que também trabalhavam naquele tipo de mídia impressa.

Segundo Brito Broca, estas revistas devem ser distinguidas entre as “essencialmente literárias” e aquelas que se dedicavam a assuntos diversos, ou o que poderia ser chamado de “revistas mundanas”, mas que ainda concediam espaço para a literatura. Segundo ele, este tipo de publicação já existia no final do século XIX.<sup>67</sup> Contudo, é no início do século XX que aquelas ganharam maior visibilidade, articulando caricatura, reportagem e fotografia, sendo uma das suas precursoras a *Revista da Semana*, criada em 1901.

Após essa data, várias publicações são lançadas, destacando-se em “oferecer, em primeira mão, as últimas novidades em matéria de modas femininas e infantis”, de acordo com a referência em moda e elegância no período: Paris.<sup>68</sup> É visível nessa reorientação o propósito em formar/configurar um público feminino, em criar necessidades, em ampliar o consumo de artigos destinados às mulheres, com a oferta de temas/assuntos considerados próprios desse sexo: moda, etiqueta, maternagem, fofocas, conselhos médicos, produtos, enfim, uma leitura considerada própria do feminino, fácil e agradável. Não há como deixar de reconhecer que os jornais e revistas, em sua função pedagógica, ensinam a interpretar as imagens e representações sociais da modernidade e de gênero, orientadoras de comportamentos distintos segundo o sexo, ao reafirmar a lógica da partilha binária, da divisão do mundo em masculino/feminino e a significação do masculino como superior ao feminino.

Ainda de acordo com Brito Broca, este tipo de publicação fazia do mundanismo e “também da nota humorística, dos *potins*, intercalados entre duas fotografias de

---

<sup>66</sup> LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p.35.

<sup>67</sup> BROCA, Brito. Op.cit. p.297-298.

<sup>68</sup> Idem. Ibidem. p.298.

casamento ou piquenique, um de seus principais instrumentos de sucesso”.<sup>69</sup> Sendo assim, estes periódicos eram produtos refinados, feitos para agradar, divertir seus leitores e “revelar a moda do dia, as regras do bom gosto e bem viver”; ou seja, tudo aquilo que estivesse em consonância com o que se entendia por civilizado e moderno, com o que se passava nas principais capitais do ocidente europeu.<sup>70</sup> Como nos lembra Mônica Pimenta Veloso, tais revistas "realizam esse movimento decodificador de culturas, atraindo, com as suas tiradas de humor e picardia, tanto os leitores das classes médias como os das camadas populares, letrados e iletrados".<sup>71</sup>

Para Tânia Regina de Luca, as revistas ilustradas que surgiram no início do século XX informavam aos seus leitores “em geral pertencente aos extratos médios da sociedade” tudo o que elas consideravam necessário para que o leitor/leitadora “pudesse se familiarizar com os padrões de elegância das classes abastadas”.<sup>72</sup> Podemos pensar as revistas ilustradas como tecnologias políticas, como aparelhos de produção e divulgação desses novos tempos, com seus padrões de conduta; como criadoras e modeladoras das maneiras de se pensar, agir e de significar.

Jornais e revistas, vistos, portanto, como tecnologias, cuja função pedagógica é a de ensinar a interpretar as imagens e representações sociais, dentre elas, as que se referem ao urbano, ao moderno, à modernidade e aos papéis de gênero. Tais publicações funcionariam como complexas tecnologias sociais do gênero, tal como proposto por Teresa de Lauretis, como “técnicas e estratégias discursivas por meio das quais o gênero é construído”, técnicas que constroem distinções segundo o sexo/gênero, e que, no caso destas revistas, reafirmam a lógica da partilha binária, da divisão do ser humano em um incontornável masculino e feminino.<sup>73</sup> É preciso perceber, como defendemos, que estas publicações funcionaram como tecnologias sociais de gênero, produtoras dos efeitos de feminino e masculino em corpos, comportamentos e relações sociais.

#### 1.4 – A “FAMÍLIA DE FON-FON”

---

<sup>69</sup> Idem. Ibidem. p.302.

<sup>70</sup> LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil*. Op.cit. p.58.

<sup>71</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. As modernas sensibilidades brasileiras. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Em línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1500.html>

<sup>72</sup> LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil*. Op.cit. p.58.

<sup>73</sup> LAURETIS, Teresa de. Op.cit. p.240.



A revista *Fon-Fon*, periódico semanal carioca, circulou de 13 de abril de 1907 até agosto de 1958 aos sábados e encarregava-se de informar aos leitores brasileiros tudo que era a última moda em Paris, além de registrar a “vida mundana” da sociedade carioca em notas sociais e charges.<sup>74</sup>

Para Nelson Werneck Sodré, a revista era apolítica, pois centrada em espelhar “o esnobismo carioca”, não obstante suas críticas à cultura, por meio de caricaturas e charges, com a veiculação de “flagrantes e tipos do *set* da cidade, com muita fotografia e muita ilustração”.<sup>75</sup> A *Fon-Fon*, em seus primeiros anos, foi identificada por muitos autores como “órgão da última fase do simbolismo” no Brasil.<sup>76</sup> Nessa mesma direção reflete Ângela de Castro Gomes, ao afirmar que o simbolismo, no Brasil, foi:

uma nova reação romântica [que] combatia os cientificismos e clamava pela liberdade do espírito. Esses novos românticos eram os simbolistas que, diferentemente dos primeiros cujo combate alcançou todos os valores racionalistas do setecentos, ficaram mais restritos a uma reação estética, não menos questionadora, mas muito menos impactante socialmente.<sup>77</sup>

Segundo Brito Broca, tal corrente literária procurou reabilitar a poesia e a posição do poeta, além de ter sido mais expressiva no que trouxe ao terreno da vida literária e ao quantitativo de seus adeptos.<sup>78</sup> Além disso, o autor enfatiza que o traço predominante da revista era o mundanismo, pois

embora [a revista *Fon-Fon*] tivesse agrupado algumas figuras principais da última fase do movimento [simbolista] e exercido muita influência, possuía, no entanto, feição mundana e popular que não condizia estritamente com a aristocracia literária das publicações essencialmente simbolistas.<sup>79</sup>

O autor chama a atenção, enfim, para essa característica que ele define como importante da revista. Esta, desde sua criação, não se limitou às rodas simbolistas, mas procurou ampliar seu público leitor. Apesar do espaço concedido à literatura, o periódico possuía colunas diversificadas, na tentativa de agradar a um número cada vez

<sup>74</sup> ZANON, Maria Cecília. *Fon-Fon!* - Um registro da vida mundana do Rio de Janeiro na *belle époque*. *Patrimônio e Memória*. UNESP-FCLAs-CEDAP, v.1, n.2. 2005. p.03.

<sup>75</sup> SODRÉ, Nelson W. Op.cit. p.301.

<sup>76</sup> Idem. Ibidem.

<sup>77</sup> GOMES, Ângela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de *Festa*. *Luso-Brazilian Review*. Madison/EUA: University of Wisconsin Press, 41:1, p.80-106, 2004. p.84.

<sup>78</sup> BROCA, Brito. Op.cit. p.181-182.

<sup>79</sup> Idem. Ibidem. p.306-307.

maior de leitores e leitoras. Portanto, contrariamente ao que avaliam Ângela de Castro Gomes e Nelson W. Sodré, a revista tinha, sim, um forte apelo popular.

Unidos em torno de ambições mais ou menos literárias, diversos intelectuais cariocas, definidos, segundo Ângela de Castro Gomes “como os que viviam e teciam suas *redes de sociabilidade* na cidade do Rio de Janeiro e não apenas como os que nasceram na cidade”,<sup>80</sup> participaram da revista como colaboradores. Estes eram de muitas e diferentes regiões do país, o que revela a *Fon-Fon* como “polo de atração para intelectuais (...), particularmente se tinham simpatias boêmias e simbolistas”.<sup>81</sup>

Para a referida autora, a revista funcionou como um *lugar de sociabilidade*, uma vez que era por meio desta publicação que muitos intelectuais “se organizariam, mais ou menos formalmente, para construir e divulgar suas propostas” e foi aí que muitos deles foram apresentados à sociedade.<sup>82</sup> Assim, foi em torno da *Fon-Fon* que diferentes autores com suas idéias, valores e comportamentos divulgaram e deram base para a formação identitária de um grupo específico de intelectuais: os que compartilhavam o projeto comum de associar literatura, humor, variedades e utilidade pública, enfim, de produzir um “semanário alegre, político, crítico e efusivo”, capaz de agradar a gregos e troianos, a homens e mulheres.

Notam-se os laços que os uniam, que os enredavam no sentimento comum de pertencimento a um lugar, a um *espaço*: a revista *Fon-Fon*. Sendo assim, apesar de heterogêneo no que concernia a opiniões por vezes diversas e antagônicas, a diferentes lugares de origem e perspectivas literária e estética, o grupo se identificava como uma *confraria*, como uma família, como ele mesmo se auto-identificava. Podemos observar este tipo de identificação em passagens como a seguinte, em que os leitores são informados sobre a entrada de Bastos Tigre na “família”:

A graça leve, a ironia delicada e fina, de Bastos Tigre, deram-lhe um lugar saliente entre os nosso humoristas.

Pois bem, *Fon-Fon* tem agora a ventura de contar Bastos Tigre no numero de seus redactores; em outras palavras, *D. Xiquete*, faz agora parte da família de *Fon-Fon*.<sup>83</sup>

<sup>80</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op.cit. p.81.

<sup>81</sup> Idem. Ibidem. p.86.

<sup>82</sup> Idem. Ibidem. p.81.

<sup>83</sup> BASTOS Tigre. *Fon-Fon*. Anno III, n.21, 22 de maio de 1909.

A saída de um membro da “família” também era objeto de informe da revista, como foi o caso do falecimento de Gonzaga Duque, um dos fundadores da revista:

Foram inequívocas e inúmeras as provas de sentimento e magoa prestadas à Gonzaga Duque, o nosso meigo e amado companheiro, cujo desaparecimento tão fundo vacuo abriu nos nossos corações. (...)

Gonzaga Duque, a tua definitiva partida, não é, apenas, para os que de mais perto prendiam a ti pelas algemas suaves e voluntárias do bem querer e da admiração, a perda de um affim pelo espirito, é também, mais do que isso, uma angustia intensa, como se fôra um ente estremecido da própria família que se nos tivesse fugido, um irmão, um mesmo sangue...<sup>84</sup>

A utilização de tais construções realimenta a imagem de “confraria”, de laços fraternais, familiares entre os integrantes de tal revista. Como destacado pelo cronista, era mais que “affim pelo espirito”, pura afinidade intelectual. O grupo constrói para si e sobre si uma imagem de fraternidade, de família que se mantém unida e coesa, estabelecida sobre fortes laços afetivos. O sentido dado nessa idéia de família amalgama o grupo, cujos integrantes se reconhecem com intelectuais, identificam seus pares e se percebem como grupo coeso e solidário.

Esse sentimento de pertencimento, esse reconhecimento como integrantes de um grupo, como praticantes de um ofício/arte comum, remete-nos a reflexão de Michel de Certeau sobre o princípio de agrupamento. Para ele, o *nós* desempenha na produção historiográfica “a encenação de um contrato social ‘entre nós’. É um sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso. Um ‘nós’ se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor”.<sup>85</sup>

No caso da revista *Fon-Fon*, a noção de princípio de agrupamento mostra-se fecunda, uma vez que os pseudônimos são recorrentes no periódico. Apesar da identificação de alguns nomes de autores dos artigos/matérias da revista, estes casos são raros. Na maioria das vezes, os nomes que aparecem na revista, como colaboradores regulares, são pseudônimos. Em alguns casos, um único pseudônimo era utilizado por diferentes pessoas ligadas a *Fon-Fon*, em uma mesma coluna. Portanto, apesar de escreverem sob a forma de pseudônimos, o ato de não assinar o próprio nome indica a existência de um *nós*. No caso da revista *Fon-Fon*, o ato de não assinar ou fazê-lo por

<sup>84</sup> GONZAGA Duque. *Fon-Fon*. Anno V, n.11, 18 de março de 1911.

<sup>85</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p.71.

meio de pseudônimos, escondendo a identidade civil destes indivíduos, pode ser entendido como o contrato social a que se refere Certeau. Tal como na comunidade de historiadores, há um “nós”, com indivíduos que se identificam como modernos, simbolistas, boêmios, críticos, literários, humoristas e “fon-fonistas”.

Segundo Eni Orlandi, o autor, dentro dessa perspectiva, é o princípio de agrupamento do discurso; passa da “multiplicidade de representações possíveis para a organização dessa dispersão num todo coerente, apresentando-se como autor,<sup>86</sup> ponto fulcral de onde se estabelece a coerência e unidade tanto ao sujeito quanto ao texto, uma vez que ambos são fragmentos, dispersão, incompletude, contradição. Como nos ensina aquela autora, dialogando com Michel Foucault, “o autor é então considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência”.<sup>87</sup> Princípio de agrupamento porque, ao constituir o texto, dando ao discurso coerência, unidade, o sujeito se constitui autor (função-autor) e, ao mesmo tempo, normatiza, regula a dispersão do discurso e do sujeito. Estabelece-se como princípio, como origem do discurso. Em outras palavras, pela criação de um “eu”, de uma identidade que confere coesão, o discurso e o sujeito – contradição, incompletude, descontinuidade – tornam-se não contradição, completude, unidade. Logo, texto e autor. Todavia, como a mesma autora salienta, trata-se de uma completude e coerência imaginária ou, de um efeito discursivo. Deste modo, “(...) um texto pode até não ter um autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele”.<sup>88</sup>

Sob tal lógica, não se pode pensar na total autonomia do sujeito sobre o que ele escreve, como se houvesse um único sentido oculto do texto a ser decifrado, que demandaria do historiador acesso aos “atos mentais” do indivíduo em questão. Como chama a atenção Eni Orlandi:

O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso, é inútil do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x”.<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. p.76.

<sup>87</sup> Idem. Ibidem. p.75.

<sup>88</sup> Idem. Ibidem.

<sup>89</sup> Idem. Ibidem. p.32.

O autor/sujeito não é senhor absoluto, autônomo em relação ao que diz, pois ele é continuamente interpelado, não só pelo contexto imediato, de onde e a quem fala, o momento em que escreve, etc., como também pelo uso das palavras. Em todo dizer, falamos com palavras já ditas, ou como diria Eni Orlandi, “produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”.<sup>90</sup>

Estas considerações são relevantes para nosso trabalho, uma vez que trabalhamos com uma revista que tem como característica o autor e o uso de pseudônimos. Deste modo, entendemos que seria uma empreitada inviável e inútil procurar identificar QUEM pensou, escreveu os artigos/matérias ou tentar “resgatar” as intenções dos autores, o que ele “quiseram dizer”. Interessa-nos perceber como foi dito, como se deu tal construção, o que ela veicula em termo de idéias, valores, imagens, papéis. Enfim, as matrizes de sentido, como proposto pela análise de discurso.

Quanto à estrutura da publicação, a *Fon-Fon*, em seu primeiro ano, possuía uma média de 40 páginas. Como dito anteriormente, nesse momento, a revista priorizou o espaço das fotografias, ilustrações e comentários do cotidiano e costumes da alta sociedade carioca. Com o decorrer dos anos, o número de páginas aumentou, juntamente com o número de seções, e algumas se tornaram fixas na publicação, tais como “Esboços: o Rio Elegante”, “Bilhetes à Cora”, “Block-Notes Mundial”, entre outras.

Durante os anos de 1907 a 1914, a revista obedeceu, de modo geral, à seguinte organização: na primeira página aparecem, todas as semanas, um conto, escrito a cada edição por diferentes autores. *Fon-Fon* também destinava espaço para a publicação de contos e poemas daqueles que enviavam suas colaborações ao periódico, o que ressalta a abertura da revista ao público e participação popular. As páginas seguintes – por volta de cinco – eram destinadas às propagandas, que iam dos mais variados tipos de remédios às lojas de vestuário “elegante” para as senhoras, suas crianças e maridos, passando pelos cosméticos destinados ao público feminino. Algumas delas vinham intercaladas por pequenos textos, geralmente notas curtas com caráter mais humorístico.

Posteriormente, foi acrescentado à revista o que hoje chamamos de editorial da publicação. Era apresentado na margem superior desta página o logotipo da *Fon-Fon* e, em seguida, o texto, que a cada semana era escrito por um colaborador. Geralmente, o “editorial” era alternado a cada semana entre três autores: “Sete dias de um

---

<sup>90</sup> Idem. Ibidem. p.36. É o que chamamos, em *Ánalyse de Discurso*, de Memória Discursiva ou Interdiscurso.

neurasthênico”, assinado por M.P. (Mário Pederneiras); “Dias Passados”, com Flávio, “Pelos Sete Dias” por L.C. (Lima Campos) e “Chronica Insulsa”, assinada por G.D. (Gonzaga Duque), mas às vezes com variações.

Por último, vinham as demais seções permanentes do periódico: “Perfis Internacionais”, coluna com comentários sobre pessoas de destaque ou eventos curiosos a nível internacional; “Conto Semanal”, no qual textos literários enviados a revista eram publicados; “Trepções”, texto formado por diversas notas rápidas que tratavam da vida social no Rio de Janeiro, centrada na crítica aos comportamentos dos indivíduos, principalmente àqueles ligados a política; além das colunas “Raios X”, espécie de jogo de adivinhação do que estaria nos bolsos dos transeuntes das ruas e avenidas do Rio de Janeiro; “Caixa de Gasolina”, respostas as correspondências; entre outras.

Nos exemplares analisados – relativos aos anos de 1907 a 1914 – observamos as mudanças do conteúdo da revista e de sua organização. São significativos para a análise do público leitor, na medida em que clarifica a quem a mesma se destinava. Assim, enquanto nas primeiras edições da revista a coluna “Trepções”<sup>91</sup> tratava de assuntos referentes, principalmente, à esfera política (institucional), já nas posteriores ela envereda-se para os comentários da vida social do Rio de Janeiro, centrada, principalmente, na crítica aos comportamentos sociais das altas rodas cariocas, com enfoque, sobretudo, nos comportamentos considerados femininos.

Além disso, observamos também que nos dois primeiros anos, a *Fon-Fon* está direcionada principalmente ao público masculino, haja vista o arranjo das seções e seu conteúdo – propagandas de água mineral, fumo, seguros; seções de crítica política como “Moscas”, “Cabeça de Turco”, “Cova de cacoc (um pouco de política)”, além de seções sobre esportes. Nos anos seguintes, ela se dirige sobremaneira à ampliação de seu público leitor, com destaque para o público feminino, para as leitoras do “belo sexo”. Isto fica visível com o aumento de propagandas destinadas a esta parcela do público leitor, como as de roupas, artigos de beleza, etc., além de seções sobre moda, conselhos domésticos, comentários sobre os grandes bailes e salões, teatros. Deste modo, como dito anteriormente, a revista procurava não apenas estar em dia com o que acontecia no

---

<sup>91</sup> Na edição de 22 de janeiro de 1910 a *Fon-Fon* oferece indicações do que considera como “Trepções”: “No bom sentido da expressão, *trep*ar é hoje, (...) uma função social. Se não reparem: grupos inteiros conversam amistosamente; tudo allí é harmonia (...) e elogios. Mas se um coitado retira-se, já se sabe. As phisionomias mudam e as attitudes tornam-se logo agressivas contra o pobre diabo que se retira. E lá vae *trepção*. Entre as senhoras tambem, o vicio alastra-se e por maior que pareça a intimidade da palestra ha sempre disposição malevola da critica acerba”. TREPAÇÕES. *Fon-Fon*. Anno IV, n.04, 22 de janeiro de 1910.

país e no mundo mas, sobretudo, em estar à frente das mudanças, produzindo necessidades e prescrevendo regras, ditando moda; enfim, formando opinião pública sobre modernidade, literatura, civilização e comportamentos sociais generizados.

### 1.5 – FON-FON: UM PERIÓDICO “LEVE E ÁGIL”, COMO OS TEMPOS MODERNOS

Conforme Semiramis Nahes, os autores “Mário Pederneiras, Gonzaga Duque e Lima Campos fundaram a revista, cujo título proclama, como marca de progresso, um ruído novo para a cidade, o das buzinas dos automóveis da capital que se industrializava vertiginosamente”.<sup>92</sup> Ao comentar o logotipo da revista, Giovanna Ferreira Dealtry ressalta a ambigüidade que envolve a modernidade, a coexistência do novo e do antigo, pois “no banco da frente, um *chauffeur* pisa fundo e acelera o conversível, entrando no século XX a toda velocidade; no banco de trás, um senhor distinto tenta segurar a cartola, símbolo da elegância do século XIX (...)”.<sup>93</sup>



Figura 01 - Logotipo da revista.

O logotipo da revista é, de fato, emblemático, pois faz referência a uma série de idéias/imagens/significações que perpassam a publicação durante os anos aqui analisados. A figura do carro e o nome do periódico ligado a sua onomatopéia veiculam e reafirmam os sentidos da modernidade e masculinidade conferidos às imagens associadas ao novo tempo que a revista anuncia rápida e ruidosamente. Objeto cuja posse estava nas mãos de uns poucos “privilegiados”, o automóvel indica o progresso, a

<sup>92</sup> NAHES, Semiramis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937 – 1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007. p.100.

<sup>93</sup> DEALTRY, Giovanna Ferreira. Crônicas de uma cidade em mutação. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 12, outubro de 2004. p.82.

eficiência, o ritmo acelerado, a industrialização que chega ao país, tal como já chegara aos países “adiantados”. Um símbolo, portanto, de *status* e poder. Além disso e por conta disso, por ser um produto importado pelos “novos protagonistas sociais”, o carro foi rapidamente identificado como “o clímax da modernidade”.<sup>94</sup> Meio de transporte que substituía o *tilbury*, o carro estava afinado com as transformações da capital modernamente remodelada, ao percorrer, sem obstáculos, as modernas e largas avenidas que foram construídas no lugar das ruas estreitas de paralelepípedos, próprias das cidades arcaicas, provincianas, do passado, como a revista costuma se referir.

Podemos interpretar, ainda na imagem do logotipo, as novas relações de trabalho, próprias destes “novos tempos”: o trabalho livre, profissionalizado, do *chauffeur*, em contraposição ao trabalho escravo, característico da sociedade colonial e imperial. O patrão/passageiro, que também pertence ao mundo do trabalho, urbano, dos negócios e não da área rural, significado como o local do atraso, da inércia e do conservadorismo, naqueles momento e contexto. Aquele teima em segurar sua cartola, símbolo de elegância burguesa do século XIX, atitude que nos remete para a importância, também, da tradição, haja vista sua obstinação em não se desvincular totalmente de antigos hábitos e comportamentos ante a mudança vertiginosa provocada pela modernidade, simbolizada na máquina, no automóvel.

Outra imagem veiculada no logotipo é a de dois homens, um de negócios e um trabalhador, que circulam pelo espaço público, pelas ruas e avenidas da capital neste novo símbolo de modernidade. São estes protagonistas, do sexo masculino, aqueles identificados com o mundo do trabalho, o espaço público e o espaço moderno. Logo, dentro desta lógica, o progresso é coisa viril, de homens, conduzido por homens. A modernidade, nesse caso, tem gênero: é do sexo masculino.

Nesta representação sexista da modernidade, as mulheres não aparecem no logotipo da revista que representa os novos tempos como o do mundo dos negócios, das máquinas, da rapidez e da eficiência profissional. Um tempo do espaço público e de domínio masculino. Como atenta Susan Besse, se alguns acreditavam que o trabalho seria o caminho da independência e emancipação feminina, outros, porém, o defendiam apenas como um meio de atender contingencialmente as necessidades econômicas, “um mal necessário, imposto pelas contingências da vida moderna”. O trabalho feminino

---

<sup>94</sup> SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque a Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.558.



seria algo eventual e temporário, que não deveria ocupar posição central na vida das mulheres e dizia respeito principalmente às mulheres das camadas inferiores e médias dos setores urbanos.<sup>95</sup> Deste modo, tratava-se de uma atividade complementar, que não deveria colocar em risco a função primordial da reprodução de rebentos e cuidados com a prole. A presença das mulheres no mercado de trabalho poderia significar a decadência da família, uma instituição vista como base para o progresso moral da sociedade.

Significativamente, alguns espaços da revista são destinados a elas e também fazem uso delas, como ilustração das capas, em que suas formas aparecem para deleite dos leitores ou como exemplo de elegância a ser seguido por outras mulheres. Para agradar o público feminino e, principalmente, o masculino, a aparência, a exibição ficaria a cargo das mulheres, enquanto aos homens caberia o espaço público, o mundo do trabalho, reforçando uma idéia de desigualdade entre os sexos, escamoteada em uma suposta complementaridade. Gilda de Mello e Souza destaca que essa lógica se desdobra, inclusive, no vestuário, tão destacado nas capas e conteúdos da *Fon-Fon*. O modo de se trajar, diferenciado para homens e mulheres, sublinha essa distinção sexista dos papéis e comportamentos entre mulheres e homens. São duas concepções de vestimenta que reforçam a partilha de gênero, ao reiterar papéis e atributos para cada um dos sexos: a inteligência, a competência, o mundo dos negócios destinados ao masculino; a beleza, emoção e sensibilidade, que tornaram-se características próprias do feminino. Deste modo, aos homens caberia a sobriedade do trajar-se, enquanto às mulheres a liberdade para usar todo tipo de ornamentos para “encantar” os outros e também para ostentar a riqueza e poder masculinos.

A autora compartilha a idéia da complementaridade entre os sexos, sem questionar, porém, a posição inferior do feminino nessa relação. Para ela,

segregados por duas morais, duas concepções de vestimenta, duas mentalidades, os grupos masculino e feminino acabam se completando. O encanto feminino e a determinação masculina não se excluem mutuamente: na verdade, são parcelas que se somam na contabilidade astuciosa da ascensão. A graça de trazer o vestido, de exhibir no baile os braços e ombros, fazendo-os melhor “por meio de atitudes e gestos escolhidos”, é simétrica ao talento e ambição, exigidos pela carreira.

---

<sup>95</sup> BESSE, Susan K. 1999. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p.147.

Atravessada por essa concepção da complementaridade entre os sexos, a revista *Fon-Fon*, que se intitulava como um semanário “alegre, político, crítico e esfusiante”, encarregava-se de reproduzir a relação assimétrica entre os sexos, ao informar aos leitores brasileiros tudo que era “político e crítico” e às leitoras o que era “alegre e esfusiante”. Isso incluiria todo tipo de “superficialidade própria do gênero feminino”, como matérias sobre a última moda em Paris, notas e charges sobre a “vida mundana” da sociedade carioca,<sup>96</sup> receitas e dicas para o exercício das funções no ambiente doméstico. Nesse investimento generizado, buscava-se reafirmar, junto ao público feminino, sua face identitária tradicional, associada ao privado, ao lar, aos cuidados com a família. Quanto à face masculina, esta já é desenhada no nome da revista. Ligado à onomatopéia da buzina do automóvel, máquina conduzida por homens e transportando homens, imagens e significações viris que reafirmam os sentidos de masculinidade conferidos à modernidade, esse tempo novo, que a revista anuncia rápida e ruidosamente.

Segundo a *Fon-Fon*, imagens de progresso material e técnico, de força do trabalho de conquista e domínio da natureza, de zelo e controle da moral, dizem respeito ao mundo masculino. O elemento feminino é apenas o toque que embeleza, o encanto que quebra a sisudez, o bálsamo que alivia as tensões, o licor que atenua o desgaste físico e mental provocado pelas mudanças rápidas. Afinal, como avalia Elias Thomé Saliba, o esforço era grande e se concentrava em “colocar o país no ‘nível do século’, superar o seu atraso cultural e acelerar ‘a sua marcha evolutiva’, a fim de que pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade”.<sup>97</sup>

Cientes do papel da imprensa na construção desse novo tempo, os autores da *Fon-Fon* procuram destacar a revista enquanto um veículo ágil e moderno de comunicação, de difusão de idéias, de construção de novas formas de agir e de pensar. Assim, tornava-se indispensável ressaltar a *Fon-Fon* do conjunto de publicações anteriores, como destacado em matéria de julho de 1912:

Naquelle tempo a imprensa não era como è hoje... Quem ainda não ouviu de uma velha bocca tradicionalista esta saudosa phrase evocativa?

– Mas então como seria a imprensa naquelle tempo?

<sup>96</sup> ZANON, Maria Cecilia. *Op.cit.* p.03.

<sup>97</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do riso*. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p.34.

– O jornal era um doutrinador, o artigo de fundo uma fonte segura de orientação publica.

Não era preciso pensar, não era preciso ter opinião. Dava-se o facto, realizava-se o successo e o povo aguardava no dia seguinte, o jornal da sua predilecção para saber como era que elle pensava. Acontecia pensar quasi sempre como o leitor, e a opinião estava formada. (...)

Naquella época o leitor tinha tempo para se deixar ficar em casa, commodamente, em trajos familiares, refestellado numa cadeira de balanço e ler demoradamente as profundas considerações do artigo de fundo. Hoje o leitor, entre dois goles de café ou uma viagem rapida de automovel, precisa já estar sciente de todas as novidades e de todos os negócios do dia.

O artigo de fundo morreu... por falta de tempo para ser lido.

O automovel substituiu o bond e o carro, a eletricidade depoz o gaz e a vela, o que se procura hoje é attingir a velocidade maxima para applicação do maximo tempo. Se o jornal tivesse ficado no seu moroso e longo feitio antigo, morria por falta de leitores e a imprensa entraria para o rol das cousas inuteis.

Entretanto, hoje dá-se o contrario, todo o mundo quer ler, não ha quem possa passar um dia sem comprar um jornal. Antigamente o jornal era uma especie de privilegio das camadas superiores.

O tempo é outro e com a mudança do tempo, mudou a vida, mudaram os habitos do homem.

E o jornal não póde deixar de ser o reflexo exacto da época em que vive.<sup>98</sup>

É visível o investimento feito na construção de um novo papel da imprensa como “reflexo exacto da época em que vive”, dos novos tempos, tempos modernos de rápidas mudanças. À imprensa caberia responder às demandas por notícias de um modo cada vez mais rápido, em um ambiente no qual a informação já não é mais privilégio de leitores da camada superior da sociedade. Fica também evidente nessa construção a percepção da modernidade como tempo distinto, em que prevaleceriam as constantes mudanças e a rapidez dessas: “O tempo é outro e com a mudança do tempo, mudou a vida, mudaram os hábitos do homem”.

Propagadores desse novo tempo, os cronistas da *Fon-Fon* escrevem de modo a informar e formar opinião pública. Como bem atenta Mônica Pimenta Velloso,

Chama atenção o alto potencial informativo das revistas de humor. Verdadeiras formadoras da opinião pública, elas transmitem o seu recado de forma ágil, leve e sintética. Dirigem-se aos leitores apressados e cada vez mais carentes de informação. Trata-se de uma linguagem rápida, capaz de mover-se de acordo com o ritmo dos acontecimentos que se sucedem de forma cada vez mais rápida.<sup>99</sup>

<sup>98</sup> NAQUELLE tempo a imprensa não era como è hoje. *Fon-Fon*. Anno VI, n.27, 06 de julho de 1912.

<sup>99</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. Op.cit. p.368.

Com base na fórmula “ágil, leve e sintética”, a revista ressalta o humor, a ironia, a crítica, a ilustração. Como anunciado desde o primeiro número, tratava-se de um “semanário alegre, político, crítico e esfusante” uma folha “folgazã”, que brinca com tudo aquilo que é considerado sério. Como exposto pela revista:

Salve-se quem poder! Arreda! arreda!  
 Vim de automovel para chegar cedo!  
 E hei de tudo levar de queda em queda  
 Pois de tudo saber trago o segredo!

Ao espírito e á graça bato moeda  
 E levo a vida toda de brinquedo.  
 De tudo revelar ninguem me veda  
 E de tudo dizer não tenho medo!<sup>100</sup>

O periódico avisa: “salve-se quem puder!”, pois, como o automóvel, vinha a toda velocidade, e como este último, muitas vezes atropelava, não poupando nada nem ninguém. Assim, com charges, ilustrações, piadas e outros elementos, ou seja, por meio da ironia, do humor e da sátira, a publicação republicana procurava fazer rir e, ao mesmo tempo, também fazia a crítica social, questionava e denunciava, atribuindo sentidos a tudo que se anunciava como novo.

Segundo Elias T. Saliba, este momento do século XX, “século da luz e da velocidade, século da síntese e da rapidez”, apresentava-se como conturbado, pleno de novidades e incertezas. Diante do sentimento de atração pela novidade e também do receio e insegurança diante dela, o riso é visto como o melhor remédio, pois “o humor brota exatamente do contraste, da estranheza e da criação de novos significados”.<sup>101</sup> O humor, nessa publicação, pode ser pensado, portanto, como uma estratégia de criação de novos significados para o momento vivido, de modo a promover a ruptura com o passado imperial, pautado em sua desclassificação. Não por acaso, a construção discursiva da modernidade da *Belle Époque* carioca ancora-se na oposição entre Império/República, baseia-se no contraste e críticas com/ao regime político anterior. Como nos lembra aquele autor, ao analisar texto do humorista Benjamim Costallat, o humor

constituiu uma forma de representação privilegiada da história das sociedades, particularmente naquela época – de tantas novidades, de

<sup>100</sup> FON-Fon! *Fon-Fon*. Anno I, n.01, 13 de abril de 1907

<sup>101</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do riso*. Op.cit. p.17.

tantos contrastes e tantos estranhamentos, ocorridos num ritmo, até então, imprevisível. Época na qual este humorista tinha vivido a maior parte de sua vida, e da qual ele assistia o inglório encerramento: a Belle Époque.<sup>102</sup>

Rachel Soihet, ao tratar da participação dos grupos populares no carnaval do Rio de Janeiro da *Belle Époque* ao período Vargas, ressalta o caráter subversivo do riso, do humor, enfim, “o recurso ao riso como instrumento de crítica”,<sup>103</sup> como meio de resistência. A autora atenta para um aspecto do humor que Saliba define como “dimensão social do riso”, ou seja, espaço de transgressão, de questionamento, além da “percepção e sentimento da ruptura”.<sup>104</sup> Afinal, são construtos histórico e culturais instáveis e mutáveis, forjados “nos fluxos e refluxos da vida, no tecido histórico e social”.<sup>105</sup>

É preciso destacar que estas transformações, esse novo tempo que a revista anuncia como próprio da República, sem qualquer historicidade, é exagerado em suas novidades. As mudanças materiais ocorridas durante a reforma urbana do Rio de Janeiro não garantem, por si só, a modernidade da capital e muito menos são exclusivas desse período. Transformações materiais também foram recorrentes durante o império, no qual ocorreu a construção de redes de esgoto a partir de 1860, a instalação de iluminação a gás e a criação de Petrópolis, cidade planejada e pensada como “uma solução de sanitarismo urbanístico”, para citar algumas alterações.<sup>106</sup> Luiz Felipe de Alencastro destaca que, além dessas mudanças materiais, o período monárquico fora marcado, também, pelo discurso de inserção do país na ordem dos países civilizados. O aumento da entrada de artigos importados no país, além dos bailes de salão à moda européia, com música tocada ao piano, bem como a influência de teorias e idéias divulgadas pelos franceses (positivismo, kardecismo, homeopatia, etc.) procuravam introduzir o país na ordem civilizada e moderna, “no concerto das grandes nações contemporâneas”.<sup>107</sup>

Deste modo, é preciso ressaltar que a entrada do país no século XX não traz, por si só, a modernidade. Muito menos a mudança de regime político. Aquela vinha sendo

<sup>102</sup> Idem. Ibidem. p.18.

<sup>103</sup> SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p.12.

<sup>104</sup> SALIBA, Elias Tomé. Op.cit. p.29.

<sup>105</sup> Idem. Ibidem. p.28.

<sup>106</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.67.

<sup>107</sup> Idem. Ibidem. p.44.

engendrada no interior do tecido social desde o século anterior. A grande novidade reside nas inovações tecnológicas e materiais e também nos sentidos atribuídos ao novo momento. Desta participaram a revista *Fon-Fon*, assim como outros veículos da imprensa e saberes que investem discursivamente na produção de um novo tempo, um novo entendimento da modernidade, principalmente a carioca, ao ressaltar e ampliar as distinções do momento experimentado com o período imperial, significado como arcaico, antigo, retrogrado.

### 1.6 – “O RIO CIVILISA-SE”...

No contexto dos “tempos novos”, os colaboradores da *Fon-Fon* procuraram, com suas críticas e propostas de modernos comportamentos e papéis sociais, estabelecer as regras e desenhos da nova configuração da cidade e de suas redes de sociabilidade. Uma nova ordem e uma nova cidade, desvinculadas do peso do passado imperial, identificado com o atraso, a inércia, o imobilismo. Ou seja, divulgavam a nova materialidade da capital remodelada, significando-a como “moderna” e civilizada, bem como os novos comportamentos e relações sociais.

Tais distinções e significações ficam evidentes na apresentação do primeiro número do periódico:

Freguezia:

poucas palavras apenas a guiza de apresentação. Uma pequena... “corrida”, sem grandes dispendios de “gazolina”, nem excessos de velocidade. Para um jornal agil e leve como o FON-FON!, não póde haver programma determinado (deviamos dizer distancia marcada). Queremos fazer rir, alegrar a tua boa alma carinhosa, amado povo brasileiro, com a pilheria fina e a troça educada, com a gloza inoffensiva e a gaiata dos velhos habitos e dos velhos costumes, com o commentario leve ás cousas de actualidade. (...) E prompto. Não haverá assumpto mais sobrecasaca preta, mais cartola, mais Instituto Histórico, que ressista á ferina expressão desta “sirene” bohemia. (...) Os “chauffeurs” são os melhores que possuímos, experimentados e queridos. Conhecem a “machina” e as “avenidas” que vão percorrer. Não fazem ponto no Castellões; vão adiante... á Glória (...).

CHAUFFEUR<sup>108</sup>

<sup>108</sup> FREGUEZIA. *Fon-Fon*. Anno I, n.01, 13 de abril de 1907.

Como uma “carta-programa”, assinada por Chauffeur, um dos muitos pseudônimos do periódico, os intelectuais ligados a tal projeto mostram ao público leitor o que estes encontrariam nessa nova revista ilustrada, “jornal ágil e leve”, a que ele veio e o que propunham deixar para trás.

É interessante notar que a revista, tanto no título quanto em várias passagens de sua apresentação, faz uso da imagem da máquina, com um dos símbolos máximos da modernidade: no caso, o automóvel. Constantemente são utilizadas imagens e idéias que remetem ao veículo, tais como “Uma pequena... ‘corrida’, sem grandes dispendios de ‘gazolina’, nem excessos de velocidade” ou até mesmo o nome do periódico, onomatopéia que faz alusão ao barulho da buzina, bem como o próprio nome do autor do texto.

O automóvel representou, durante as primeiras décadas do século XX, a função de imagem/símbolo da modernidade, tal como o piano no século XIX, que, de acordo com muitos, proporcionaria a civilização e ocidentalização do país independente. Como afirma Luís Felipe de Alencastro, durante o Império o piano era “mercadoria-fetichê” de uma nova fase econômica, política e cultural. Tal instrumento representava o novo e

dava status, porque era moda, a moda, anunciando os 25 anos, a maioridade efetiva de D. Pedro II, o fim da africanização do país e da vexaminosa pirataria brasileira, o prenúncio de outros tempos e dos novos europeus que iriam imigrar para ocidentalizar de vez o país. Porque o Império iria dançar ao som de outras músicas.<sup>109</sup>

No caso do automóvel, também “mercadoria-fetichê”, indicava o advento de um novo tempo – o da modernização e de um novo regime político – a República. A transformação urbanística do Rio de Janeiro, capital que se pretendia civilizada, com suas ruas e avenidas largas e arborizadas é a imagem mais forte das mudanças desse novo tempo. “O Rio civiliza-se”, é o que repetem os cronistas a todo instante, fazendo tabula rasa da experiência monárquica, não obstante esta também ter sido embalada pelas idéias de progresso e civilização. A representação de modernidade, a imagem/símbolo do automóvel serve, entre outras coisas, para identificar a publicação com estes “novos tempos”, modernos, vertiginosos.

Contrapor-se ao antigo, aos costumes e modos de ser da experiência monárquica é um dos traços com os quais a revista quer ser reconhecida. Daí, temas “mais

---

<sup>109</sup> ALENCASTRO, Luís Felipe de. Op.cit. p.47.

sobrecasaca preta, mais cartola, mais Instituto Histórico” constituírem em um dos alvos das críticas e pilhéria dos colaboradores. Afinal de contas, a cartola e a sobrecasaca preta são peças do vestuário identificadas com os costumes da sociedade monárquica que a ordem republicana queria desclassificar, deixar para trás, num passado significado como “atrasado”. Na ordem republicana recém-instalada,

verifica-se a passagem da tradicional sobrecasaca e cartola, ambos pretos, símbolos da austeridade da sociedade patriarcal e aristocrática do Império, para a moda mais leve e democrática do paletó de casemira clara e chapéu de palha. O importante é ser *chic* ou *smart* conforme a procedência do tecido ou modelo.<sup>110</sup>

Um dos símbolos do Segundo Reinado e, principalmente, da atuação do Imperador D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é objeto da crítica da *Fon-Fon*, ao ser significado como espaço de produção de uma história identificada com o passado, com a continuidade da tradição lusa, com aquilo que precisava ser superado porque ultrapassado. Experiências e protagonistas de um momento da história do país que ficou para trás foram significados negativamente de modo a valorizar os “novos tempos” do regime republicano, a nova “origem” da história do país.<sup>111</sup>

A grande oposição e crítica da revista republicana *Fon-Fon* ao Instituto está centrada menos no “fazer historiográfico” e mais a memória que associa a instituição à imagem de D. Pedro II e ao regime monárquico. Memória que se pretendia silenciar e substituir pela republicana. Com efeito, como destaca Manoel L. S. Guimarães, o IHGB permaneceu por muito tempo sob a tutela do Imperador D. Pedro II e os critérios de ingresso eram os de uma sociedade de corte.<sup>112</sup>

<sup>110</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Op.cit. p.31.

<sup>111</sup> Criado em 1838, o IHGB foi o grande responsável, no século XIX, por uma produção historiográfica que procurou definir os contornos da nação brasileira. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, “A leitura de história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso (...)” GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.01. 1988. p.08.

<sup>112</sup> Como destaca Guimarães, o IHGB, espaço por excelência da produção historiográfica no Brasil fora organizado tal como uma “academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista”. Idem. *Ibidem*. p.05.



Nesse sentido, o IHGB era visto como instituição elitista, “um espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais”.<sup>113</sup> Além do que, como dito anteriormente, o grupo de autores simbolistas cariocas era antiacadêmico, combatia os rigores e cientificismos presentes na literatura e, porque não, na imprensa. Como argumenta Ângela de Castro Gomes, o simbolismo

foi boêmio, espiritualista, satírico e antiacadêmico, atraindo alguns grandes nomes da intelectualidade carioca de então. Foi praticado dentro de um circuito “sério,” com Afrânio Peixoto (*Rosa mística*), Coelho Neto (*Esfinge*) e Graça Aranha (*Canaã*). Mas também foi praticado dentro de um circuito de humor, como estratégia crítica à literatura e aos literatos, explicitando as múltiplas e inusitadas possibilidades de circulação e de usos das formas estéticas.<sup>114</sup>

Alvo de críticas, pilhéria e desclassificação pelos articulistas da *Fon-Fon*, o IHGB é visto como símbolo de um passado que se queria encerrado. À ele contrapõe-se a Academia Brasileira de Letras. Esta seria a instituição identificada por parte da intelectualidade brasileira e de articulistas da *Fon-Fon* como um novo local de sociabilidade e autoridade intelectual. Será esse espaço de escolhidos pelo mérito, por suas virtudes literárias e contribuição às letras nacionais que terá legitimidade durante esses primeiros anos do regime republicano.<sup>115</sup>

O perfil da revista e de seus leitores encontra-se anunciado no texto assinado pelo autor, cujo pseudônimo é *Chauffeur*. Este afirma que o periódico não faz “ponto no Castellões; vão adiante... á Glória”. Tal roteiro define o público a que a revista se destinava: o público republicano, progressista, adepto do novo. Não por acaso, são utilizadas duas regiões distintas do Rio de Janeiro: a do Castelo e a da Glória. A primeira, no início do século XX era considerada uma região já ultrapassada, fora de moda, com seus casarões antigos e cortiços, próprios do passado colonial e imperial. A segunda, por sua vez, era um dos bairros mais elegantes e valorizados do Rio de Janeiro remodelado, com suas praças e casas inspiradas nos modelos arquitetônicos franceses.

---

<sup>113</sup> Idem. Ibidem. p.05.

<sup>114</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op.cit. p.87.

<sup>115</sup> Sobre a criação da Academia Brasileira de Letras como novo espaço de sociabilidade e as tensões decorrentes de seu estabelecimento ver: BROCA, Brito. Op.cit. Elias Thomé Saliba ressalta a ambigüidade do relacionamento desses “intelectuais boêmios” com a Academia Brasileira de Letras. Considerado espaço de legitimidade pública para a intelectualidade brasileira, esses humoristas, muitas vezes rejeitados, “punham-se a ironizar com as armas que a vocação lhes dera as instituições que os rejeitavam, mas que, de alguma forma, como intelectuais, eles também secretamente ambicionavam”. SALIBA, Elias Thomé. Op.cit. p.144.

Assim, a revista se dirige ao presente e não ao passado, ou seja, a um grupo seletivo, moderno, rico e refinado, disposto a ficar em dia com a última moda européia.

Recorre-se, mais uma vez, à oposição pra construir o novo, no caso a oposição a um passado ainda recente que deveria ser menosprezado e apagado. De acordo com Jeffrey Needell, “a cidade, fundada em um morro (o do Castelo), cresceu ao redor do cais, que se estendia ao longo da costa leste, ao pé do morro”.<sup>116</sup> Entretanto, já no final do século XIX, ocorrera um deslocamento dos moradores mais abastados para outras regiões pela razão de

serem mais frescos nos verões e menos atingidos pelas febres, os ricos cada vez mais optavam por se mudar para locais antes usados apenas para descansos semanais esporádicos ou para uma semi-aposentadoria refinada, e esses bairros se tornaram práticos para as idas diárias para a Cidade Velha.<sup>117</sup>

Um destes novos locais refinados, localizado em região recentemente valorizada e alvo destes deslocamentos foi o bairro da Glória. Tal contraposição entre estas regiões – a cidade Velha e a Nova com novos bairros – tornou-se ainda mais evidente com as reformas urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX.

### 1.7 – A MODERNIDADE DA *FON-FON*

Esta tentativa de ajuste de contas com o passado, de dar inteligibilidade a uma série de sensações e impasses é característico de um fenômeno que vários autores denominam como modernidade. Como identifica Marshall Berman, a modernidade é um conjunto de novas sensações e experiências em relação ao tempo, ao espaço ou a si próprio, partilhados por homens e mulheres em “todo o mundo”.<sup>118</sup> Um movimento que tem sido alimentado há décadas por eventos como descobertas científicas e industrialização da produção, “que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida”.<sup>119</sup>

---

<sup>116</sup> NEEDELL, Jeffrey. Op.cit. p.43.

<sup>117</sup> Idem. Ibidem. p.48.

<sup>118</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.15.

<sup>119</sup> Idem. Ibidem. p.16.

Também são destacados a explosão demográfica,<sup>120</sup> os sistemas de comunicação de massa e movimentos artísticos como o Futurismo.<sup>121</sup> De acordo com aquele autor, ser moderno é

encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.<sup>122</sup>

Nesse sentido, a analogia que Berman faz entre a modernidade e um turbilhão é significativa: trata-se de um conjunto de experiências paradoxais, um misto de lutas, dilemas, contradições, ambiguidades e angústias ante as certezas do mundo antigo e as incertezas do novo, nesse movimento de ruptura com o passado e de aposta no futuro.

Para Nicolau Sevcenko, o fenômeno da modernidade foi amplo. No Brasil, o mesmo teve início no final do século XIX, quando o futuro passou a ser visto como um campo de inúmeras possibilidades.<sup>123</sup> Como destaca Jacques Le Goff, a modernidade nasce no sentimento de ruptura com o passado e indica novos costumes, comportamentos e mentalidades.<sup>124</sup> O autor chama, porém, a atenção para o fato de que, apesar da consciência de modernidade ser proveniente de um sentimento de ruptura com o passado, o historiador não deve reconhecer como moderno aquilo que as pessoas, no passado, não vivenciaram ou sentiram desta maneira.<sup>125</sup> Por isso, ao reconhecermos o investimento discursivo da *Fon-Fon* no moderno e na modernidade, o fazemos a partir dos discursos, imagens veiculados pela mesma. Nela, os colaboradores têm um

---

<sup>120</sup> No caso do Rio de Janeiro, José Murilo de Carvalho afirma que a população da cidade alterou-se significativamente em “número de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional”. Segundo o autor, a população quase dobrou entre 1872 e 1890, “passando de 266 mil a 522 mil”. Este aumento seria resultado, principalmente, do êxodo de libertos provenientes da região cafeeira do estado e do afluxo de imigrantes estrangeiros, principalmente portugueses. CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.16. Susan Besse também destaca que, com a reforma urbana do Rio de Janeiro, “as oportunidades comerciais e de emprego em expansão atraíam estrangeiros e migrantes rurais”, promovendo o aumento contínuo da população, que de 1890 a 1920 mais que duplicou, atingindo a cifra de 1.157.873 habitantes. BESSE, Susan. Op.cit. p.17.

<sup>121</sup> Berman afirma que o Futurismo foi um movimento de defensores apaixonados da modernidade, com um desejo de “fundir suas energias com a tecnologia moderna e criar um mundo novo.” Entretanto, para o autor os futuristas levaram a celebração da tecnologia ao extremo, distanciando-se do povo. BERMAN, Marshall. Op.cit. p.24-25.

<sup>122</sup> Idem. Ibidem. p.15.

<sup>123</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>124</sup> LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p.175.

<sup>125</sup> Idem. Ibidem. p.173.

sentimento de ruptura com o passado, pois se identificam como modernos e caracterizam o momento vivido como tal, apostando na possibilidade das mudanças, significando positivamente tal experiência.

Naquele contexto de mudanças, os colaboradores da *Fon-Fon* procuraram, através da crítica e da proposta de novos comportamentos e papéis sociais, desenhar uma moderna configuração da cidade e de suas redes de sociabilidade, rompendo com o passado, ou com o que segundo eles era necessário romper. É nesse sentido que aqui nos utilizamos do conceito. Pensá-lo enquanto um modo de dar inteligibilidade a uma série de sensações e impasses, de experiências históricas.

Uma primeira forma de se pensar a modernidade, tal como elaborada pela revista, foi a que identificou o moderno com os progressos materiais da cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, com as melhorias urbanas, com configuração material da capital federal. Significativamente, tal movimento modernizador da cidade é identificado também como civilização. Como destacado por André Azevedo, o conceito sofreu uma mudança significativa nos sentidos apresentados nos lexicógrafos dos séculos XIX e XX. O autor evidencia que, se durante o século XIX, civilização significava polidez, respeito e obediência às leis, já nos primeiros anos do século XX o mesmo termo é, porém, re-significado:

Este vocábulo passaria então a conotar um estado, estágio, uma situação onde se teria chegado, reveladora de um avanço em diversos campos da vida social. O termo aparece ainda com o significado de ação de civilizar, ou seja, segundo a semântica que Figueiredo atribui à palavra, ação que envida esforços no sentido de conduzir alguém ou alguma sociedade ao que o autor designaria como "estado de adiantamento e cultura social".<sup>126</sup>

Deste modo, como bem observa André Azevedo, a idéia de civilização está intimamente interligada com outros termos: progresso material e social, ao “avanço em diversos campos da vida social”. Nesse sentido, progresso era significado como “dimensão de desenvolvimento material”, imprescindível à civilização, ao adiantamento de uma determinada sociedade, ao “estado de adiantamento e cultura social”.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> AZEVEDO, André Nunes de. *Da monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. 2003. 327 p. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p.236.

<sup>127</sup> Idem. Ibidem. p.237.

É recorrente na revista *Fon-Fon* o investimento na idéia de que o Rio de Janeiro “civiliza-se”, naquele segundo sentido – o do século XX. E um dos condutores do progresso material e social, segundo esses colaboradores, é o ex-prefeito Pereira Passos. Seu nome torna-se sinônimo de mudanças, de melhoramentos, de progresso, de avanço material e social, mesmo anos após sua gestão como prefeito do Rio de Janeiro, como se pode observar em uma das crônicas da revista:

Novo Prefeito, programmas novos, planos de melhoramentos. Ainda bem; mas já estavamos com saudades do *fervet opus* do tempo do Passos. Passos foi um terremoto; terremoto bemfazejo que encheu a cidade de ruínas, para depois fazer dellas surgir as avenidas largas, os edificios de architectura moderna, os monumentos com que sonháramos em decênios de vida aphatica. (...). Vem agora o Seredello que é homem como trinta, de uma actividade que já se tornou clássica e que vae continuar as obras, sanear Matto Grosso, abrir avenidas, iniciar a segunda época da transformação do Rio; (...). O resultado final será termos em breve uma grande cidade, limpa, bem iluminada, bem calçada que nos honrará perante os europeus e moerá de inveja os nossos amigos do Prata.<sup>128</sup>

Para tristeza dos “amigos do Prata”, Passos remodelou a capital, inserindo-a na ordem das nações “avançadas”, “civilizadas”, e seus sucessores deveriam dar prosseguimento às suas ações, mesmo que a custo de endividamentos, de altas despesas. Como afirma este mesmo colaborador, “faça despesas, comtanto que vejamos que ellas foram bem feitas”. O importante era inserir o país nos quadros da civilização e da modernidade capitalista, promover sua arrancada em direção ao progresso material e social.

Segundo a revista, inserir o país na ordem dos países ditos modernos e civilizados era objetivo da reforma urbanística empreendida por Pereira Passos, que se mostrava necessária, porém não suficiente. Era necessário, ainda, manter esse impulso melhorador e transformador do Rio de Janeiro, tornando a cidade, de fato, uma capital civilizada e que caminhava rumo ao progresso. Entretanto, tais reformas não deveriam ficar a cargo de qualquer um. Era necessário que pessoas preparadas, de reconhecido saber se incumbissem das melhorias tanto das ruas e avenidas quanto das casas da capital. Assim, a revista defende que:

A nossa percepção eshetica ainda está nos seus primeiros passos; ensaia ainda a sua firmeza e o seu desenvolvimento. Quando nos

<sup>128</sup> PELOS sete dias. *Fon-Fon*. Anno III, n.30, 24 de julho de 1909.

mettemos nesses assados de exhibir bom gosto, vem-nos logo depois o desejo intenso de apresentarmos justamente varios attestados do nosso... máo gosto. E é assim oficialmente e é assim particularmente. Quando nos sobra o dinheiro, o nosso primeiro cuidado é mandar construir uma casa. Arranjamos architectos de nome, conhecedores da materia, encommendamos-lhes os planos, encarregamol-o da construcção. (...)

Vão passando os tempos; as necessidades da familia começam a augmentar. Começamos então a notar defeitos e insufficiencias na casa que nos parecia uma obra prima. (...)

Chamamos então o mestre de obras, elle faz o orçamento e ao attentado é comettido. Agora, sim, de accordo com o peso da nossa comprehensão a casa... lucrou extraordinariamente.

Em pouco tempo a linda casa architectada pelo cerebro competente do constructor, não é mais um amontô de remendos. É quando então ella começa a nos agradar.<sup>129</sup>

Segundo a revista, ser moderno e, conseqüentemente, civilizado, significava ter bom gosto, isso é, gosto urbano e carioca. Assim, tal elegância deveria ser desenvolvida dentro de certos códigos referenciadores. No caso de construções, ter bom gosto é, antes de tudo, seguir à risca as orientações de um especialista – o arquiteto. Alguém que detenha o conhecimento técnico, a racionalidade científica de um saber adquirido com anos de estudos.

Assim, inserir o Rio de Janeiro nos quadros das nações “civilizadas” exigia mais do que reformas urbanas. Era necessário, segundo os cronistas da revista *Fon-Fon*, modificar costumes, substituir velhos hábitos, reformular comportamentos. No caso das construções, significava não recorrer às reformas e aos remendos feitos pelos mestres de obras. Um hábito antigo que tinha como conseqüência, segundo o cronista, o extremo mau gosto das construções remendadas e reformuladas. Tal idéia de mudança de hábitos e comportamentos fica evidente se observamos a definição que um dos cronistas elabora para o termo “civilização”. Para ele, trata-se de

um conjunto de medidas de urgencia que concorrem suavemente para a commodidade e o bem estar de um povo. Um povo sem commodidades, nunca póde ser um povo civilizado. (...)

Ora, nós andamos a encher a bocca de umas terriveis exclamações de civilização. Julgamo-nos bobamente um povo que dispõe de todos os perfeitos aparelhos do Progresso.

Entretanto, em paiz nenhum se nota maior desorganisação nos serviços, menos desprezo pelo interesse publico do que aqui. (...).

Pois um paiz assim, de tão notoria desorganisação nesses pequenos serviços úteis e facceis, um paiz com tão graves defeitos constitucionaes, póde lá ser adiantado, civilizado, progresista.

<sup>129</sup> *Fon-Fon*. Anno VI, n.20, 18 de maio de 1912.

Ora, vão se catar.<sup>130</sup>

Note-se que as mudanças do espaço físico são fundamentais para que, também os indivíduos, se tornem civilizados. Por isso, as melhorias promovidas no espaço urbano são de suma importância, pois sem elas, o Rio de Janeiro e o país não seriam de maneira alguma “adiantado, civilizado, progressista”. Entretanto, os colaboradores ensinam que somente os melhoramentos não garantiriam a civilização de um povo. Pois a organização racional, imprescindível para o progresso, não depende apenas da reconfiguração urbana, mas, sobremaneira, da organização dos serviços e pelo apreço pela coisa pública. Logo, depende da sociedade como um todo. Desta forma, não se trata apenas de demolir antigos casarões, varrer antigas ruelas e erigir o novo. Também é necessário convencer as pessoas a se desvencilharem de tradições, valores e condutas vistas como arcaicas, desorganizadas, ineficientes.

Assim, modernizar não se restringia a modificar o espaço urbano. Também era preciso remodelar os comportamentos. Esta seria a segunda noção para modernidade que identificamos na *Fon-Fon*. Renegar e substituí-los por novos, isto é, urbanos, requintados, polidos, modernos. Romper com antigos hábitos e costumes significados como arcaicos, provincianos, atrasados. É isto que defende um dos cronistas ao afirmar que:

Não nos valeu, neste pequeno ponto defeituoso o ar civilizado que, ha quatro annos, anda a soprar sobre os destinos da nossa pacata vida carioca.

Ficaram-nos, como tradição, estes restos de atrazo, estas pequena nugas de velharias, que andam a entortar a nossa fama de supercivilizados.

De nada nos serviu a abertura de Avenidas largas e confortaveis; de nada nos serviu a corrente emigratoria de palavras estrangeiras para uso e rotulo da nossa vida mundana, introduzidas no desengonço selvagem da nosa língua pelo up-to-datismo do Capitão Luiz Edmundo, poeta e mundano, pelo smartismo do Figueiredo Pimentel e de todos esses esforçados propagandistas da alta vida de requintes de luxo.

Atrellados á vida nova, como agarrado á antiga vida, os nossos máos habitos resistem á acção benefica do Tempo e da Civilisação.<sup>131</sup>

Outro modo de se pensar a modernidade, segundo a publicação, diz respeito aos comportamentos, ao progresso social, ao avanço nos diversos campos da vida social.

<sup>130</sup> PEQUENAS cousas que merecem reparo. *Fon-Fon*. Anno VI, n.04, 27 de janeiro de 1912.

<sup>131</sup> MÁOS habitos. *Fon-Fon*. Anno II, n.42, 25 de janeiro de 1908.

Progresso material e social não estavam desarticulados na concepção de modernidade da *Fon-Fon*. Tal como ressaltado por André Azevedo, progresso material e “civilização”, pensados enquanto avanço de uma sociedade quanto aos seus modos, comportamentos, são duas faces de uma mesma moeda e estão presentes nas concepções de civilização do século XX. Naquele momento de grandes mudanças, os colaboradores da *Fon-Fon*, em sua crítica aos comportamentos e à configuração da cidade e às tradições, em seu ajuste de contas com o passado revelam-se modernos.

Como modernos que são, reforçam a crítica ao apego ao passado, investindo na possibilidade de romper com ele, pois “somos um povo que pôde, com facilidade, assimilar civilizados hábitos modernos, mas que, difficilmente, abandona máos hábitos antigos”.<sup>132</sup> Nesse investimento, ressalta-se, a todo instante, o quanto falta para que a população do Rio de Janeiro fosse, de fato, civilizada. As críticas se dirigem a todos: aos vendedores de balas das ruas da cidade, que trabalham descalços e sujos<sup>133</sup> até os “retardatários” que, segundo a revista,

ainda existem entre nós. Nem o cinema, o automovel, o *frisson* devorador de agóra conseguiram, por emquanto, cancellar o nosso antigo habito simplorio (...) de ligarmos a affabilidade cerimoniosa das relações mundanas a quanta agitação febril e agoniadoramente apressada a que estamos sujeitos na vida pratica, ao esforço quotidiano que fazemos para não nos deixarmos esmagar na lucta.<sup>134</sup>

No esforço em modernizar hábitos e costumes, o cronista critica o hábito de fazer visitas aos colegas em seu ambiente de trabalho, com conversas sem utilidade e que, segundo o colaborador, eram práticas “de 1900 para trás”. Esta “psychologia um tanto primitiva”, de acordo com o cronista, reforça a desorganização e a ineficiência e impede o progresso social. Combater essa cultura “atrasada” é o propósito do autor, ao defender que:

Ás vezes até e na maioria dos casos são sujeitos aproveitaveis, que, se quizessem ou pudessem adaptar-se ás condições da vida de hoje, poderiam ganhar destaque e até esmagar muita gente da primeira linha, mas que se encastellam na sua psychologia um tanto primitiva e fenecem, como um fruto mirrado, n’uma passividade quasi mórbida. E ha-os mesmo que querem obrigar os outros a retrogradar, fugindo ao emocionante entusiasmo da lucta, que é a grande, a gloriosa característica deste seculo de *dreadnoughts* e aeroplanos.

<sup>132</sup> MÁOS hábitos. *Fon-Fon*. Anno II, n. 08, 30 de maio de 1908.

<sup>133</sup> OS NOSSOS vigários up-to-date. *Fon-Fon*. Anno IV, n.03, 15 de janeiro de 1910.

<sup>134</sup> OS RETARDATARIOS. *Fon-Fon*. Anno VI, n. 20, 18 de maio de 1912.



Eu, por mim, tenho certo receio de dizer isto abertamente, mas com franqueza, porque todos nós não havemos de viver dentro da nossa epocha?<sup>135</sup>

O que podemos observar é que, além de anunciar um novo tempo, no qual impera a rapidez e a agilidade, o cronista também proclama, nessa defesa pelo progresso social, um novo sentido para o trabalho, sob a lógica do capitalismo moderno. Este é para àqueles que, assim como o novo momento, são modernos, dinâmicos, homens de sua época. E vale dizer que é aberto a todos, desde que resolvam “viver dentro de nossa época”. Este apelo estaria em consonância com um novo momento.

Contudo, não somente críticas aos hábitos ditos antigos são feitas nas páginas da *Fon-Fon*. A mesma também repreende, sempre de modo bem-humorado, os “excessos de civilização” empreendidos pela sociedade carioca. Um exemplo disso é o que a revista identificou como “up-to-datismo” dos padres que, no afã de serem modernos, suprimiam tradições centrais da religião católica, como comemorações como a do Natal. Nas palavras do cronista:

O ultimo Natal veio evidenciar a tendencia reformadora de velhos moldes e velhas usanças dos vigarios e outros seculares de alguns dos nossos templos.(...).

Em matrizes chefiadas agora por novos vigarios de novas doutrinas, vigarios civilizados, progressistas, decentes, de novas formulas mais consentaneas com os avanços dos ideais modernos e o espirito reformista da archi-cardinalicia-mitra, a suave poesia do Natal, caracterisada pelo casto e risonho encanto do Menino-Jesus, foi este anno estrangulada pela garra poderosa *fashionablement* enluvada do progresso e do smartismo clerical.

Que Menino-Jesus!... (...)

As idéas hoje são outras.

É preciso que vocês saibam que os vigarios modernos, além da corôa no couro cabelludo, já abriram, tambem, no espirito, uma Avenida Central com paus-Brasil e illuminada a luz electrica de cabo a rabo.<sup>136</sup>

Tal afã modernizador tinha, de acordo com os colaboradores, limites. Nem todas as tradições deveriam ser abolidas. Era necessário, em casos como o da religião, manter as tradições. O cronista defende a coexistência entre o antigo e novo, movimento e ambigüidade próprios da modernidade.

Modernizar não significava apenas demolir antigos casarões, varrer antigas ruelas e erigir o novo. Também era necessário ordenar a sociedade segundo a lógica

<sup>135</sup> Idem. Ibidem.

<sup>136</sup> OS NOSSOS vigários up-to-date. *Fon-Fon*. Anno IV, n. 03, 15 de janeiro de 1910.

moderna, isto é, produzir, “corpos dóceis”, corpos assujeitados à lógica da docilidade/utilidade do projeto modernizador e civilizador. Progresso material e social, ou seja, mudar a face material da cidade e também a humana, introduzindo mudanças e assegurando, ao mesmo tempo, a manutenção da ordem patriarcal, capitalista e católica. Mudar algumas coisas e manter outras nessa lógica da relação docilidade/utilidade. Assim, por exemplo, o apreço de alguns pelos antigos coretos é rechaçado por um dos cronistas da revista que defende sua remoção, pois:

Actualmente, mais do que em outra qualquer epoca, resalta aquella torpessa esthetica aos olhos de quem a veja, porquanto é sobre o asphalto polido de ruas, praças e avenidas modernas, lindamente arborisadas, profusamente illuminadas (...) e deante de fachadas de edifícios vistosos que ainda fazem perdurar esses verdadeiros escarros de uma pretensa decoração e que, ao em vez de embellezarem (...), antes os afeiam, como se sobre as espaldas de uma fresca e linda mulher elegante e custosamente vestida atirassem o contraste ultrajante de uma capa de chita velha e polycroma ou de serapilheira.<sup>137</sup>

A revista *Fon-Fon*, por meio de seus colaboradores, procurava, na crítica feita aos antigos valores e na defesa de uma nova configuração material e social da cidade homogeneizar a conduta social, segundo padrões generizados de comportamento. Significativamente, o uso retórico da comparação entre as representações da cidade e das mulheres para representar a modernidade. Ambas não devem se “afeiar”. Muito pelo contrário, devem permanecer belas, sempre elegantes, bem “trajadas”; enfim, devem cumprir certas exigências definidas como de bom gosto para serem consideradas modernas, devem se produzir para agradar aos outros, não a si próprias. Tal aproximação é reveladora, pois ambas – mulheres e cidade –, dentro da lógica da partilha binária, representam o feminino, e como tal, percebidas como desprovidas de vida própria, dependem da racionalidade masculina para terem sentido, para “existirem”.

Assim como as mulheres, as cidades devem permanecer sempre elegantes, bem “trajadas”, novas, vistosas, enfim, devem cumprir certas normas estéticas para serem consideradas modernas. Cláudia Oliveira ressalta que

Enquanto tais eram parte de uma mesma *míse-em-scène*, conjugavam uma idéia de feminilidade inerentemente teatral: o auto-adornamento feminino e o *décor*. Havia uma graça feminina que parecia ser construída para a admiração do público masculino. A imagem da

<sup>137</sup> O NOSSO bom gosto: A arte decorativa do Rio. *Fon-Fon*. Anno II, n.06, 16 de maio de 1908.

mulher desejável se justapunha à imagem da cidade maravilhosa, e ambas despertavam desejos.<sup>138</sup>

Tal aproximação é significativa, pois ambas – mulheres e cidade –, dentro desta significação, são disciplinadas. É preciso normatizar sobre elas, vigiá-las, controlá-las, normalizá-las.

Aqui destacamos outra questão que entendemos importante: a normatização e os mecanismos de controle exercidos sobre os comportamentos, principalmente os ditos “femininos”. A revista *Fon-Fon* constrói o feminino/masculino, participando discursivamente da construção do gênero na sociedade brasileira em processo de modernização. Sobre a construção do feminino é o tema que priorizamos na pesquisa e tratamos no capítulo a seguir.

---

<sup>138</sup> OLIVEIRA, Cláudia. Rio *Femme – mulher* Rio: a representação do amor e da sexualidade nas ilustradas cariocas *Fon-Fon!* e *Para Todos...* – 1900 - 1930. *ArtCultura*, Uberlândia, v.10, n.16, jan.-jun. 2008. p.205.

## CAPÍTULO II

### DA “NATUREZA FEMININA”: “VOLÚVEL” E “VAIDOSA”

*O flirt é a lição de esgrima que uma mulher toma com florêtes inofensivos, antes de ir para a lucta com espadas verdadeiras.*<sup>139</sup>

*A mulher casada não deve esquecer nunca que seu marido depositou a seu pés a honra do seu nome e o futuro de seus filhos.*<sup>140</sup>

São visíveis as imagens/sentidos de mulheres/feminino conferidas à representação de modernidade veiculadas na revista *Fon-Fon*. Tal articulação foi uma das técnicas usadas pela publicação para dar significação a esse novo conjunto de experiências. Assim, alguns dos sentidos daquele movimento, como o de transitoriedade e ambivalência, foram estabelecidos a partir daquela associação. Como observa Rosiane de Jesus Dourado,

Se construir imagens ou formas modernas passou, então, a ser a consciência de trabalhar elementos transitórios, que vivem se metamorfoseando, era preciso, portanto, partir para buscar maneiras, métodos e técnicas de tornar esteticamente visíveis os traços da nova realidade vivida, e, sobretudo, desenvolver um olhar apurado para perceber nessa realidade seus pequenos e fugidios detalhes ou aspectos da modernidade.<sup>141</sup>

A imagem “volúvel e vaidosa das mulheres” ancora<sup>142</sup> a de modernidade e o sentido de transitoriedade a ela conferido. Ambas seriam retratadas como de natureza momentânea, instável, contingente, fugidia.

<sup>139</sup> *Fon-Fon*. Anno VIII, n.20, 16 de maio de 1914.

<sup>140</sup> *Fon-Fon*. Anno V, n.02, 14 de janeiro de 1911.

<sup>141</sup> DOURADO, Rosiane de Jesus. *As formas modernas da mulher brasileira (1920-1939)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Artes e Design, 2005. p.10.

<sup>142</sup> De acordo com Denise Jodelet, a ancoragem é um processo que “intervém ao longo do processo de formação das representações, assegurando sua incorporação ao social”, ou seja, é responsável por “torná-la familiar e transformá-la para integrá-la no universo do pensamento preexistente”. Para a autora, além de desempenhar papel decisivo “para enquadrar a novidade a esquemas antigos, ao já conhecido”, a ancoragem também atua, por outro lado, na “naturalização das noções [e] lhe dá valor de realidades concretas, diretamente legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros”. JODELET, Denise. *Representações Sociais: um domínio em expansão*. Op.cit. p.35-39.

## 2.1 – SOBRE MULHERES, “FEMININO” E MODERNIDADE

Isso se torna perceptível, principalmente, quando o assunto é o vestuário feminino, como podemos notar em uma das seções da publicação:

A moda é volúvel, tem a constancia dum quarto de hora, e se não fosse caso para merecer uns petelecos, diria que é semelhante a rosa de Malherbe...

Já ouço o *de profundis* sobre os chapéus barracas, e me avisam que os *sans de sou* está sentenciado a lhe seguir o caminho.

Estremeço. Este augúrio me entristece.

Não, não é possível que a plástica feminina, que parecia reflorir sob a inspiração das modas do Directorio ou da Restauração, e d'ellas prometia partir para a incomparavel belleza do vestuário grego no tempo de Dyonisius, perca a directriz tomada e volte ao máo gosto dos cabides de engommadeira.

Não posso comprehender esse desvio abominavel.<sup>143</sup>

Na matéria veiculada, a crítica é dirigida à moda, ao seu aspecto passageiro, associado não ao mercado, mas à inconstância das mulheres, esses seres inconstantes e volúveis. Para o autor, tal como a rosa de Malherbe<sup>144</sup>, formosa quando surge, mas que precocemente perde sua graça, a moda também é fugaz, é extremamente passageira. Ela é transitória e efêmera porque destina-se às mulheres, seres inconstantes, que adotam e descartam, num “quarto de hora”, tais criações, muitas vezes para adotar um vestuário grotesco e inadequado, como a dos “chapéus barracas”. Percebe-se na crítica feita, a reafirmação do feminino como volúvel e irracional e não a moda, pois são as mulheres que cometem “o desvio abominável” ao adotá-la, como meras consumidoras irracionais, ávidas por novidade; são elas que criam a necessidade da moda e também o consumo e a ditadura daquela sobre elas.

A revista *Fon-Fon* constrói o feminino, participando discursivamente da construção do gênero na sociedade carioca da *belle époque*, ao veicular representações da modernidade atravessadas por imagens e significações do feminino. Similarmente à cidade que estava se modernizando, sofrendo “a devastação normal das correntes

<sup>143</sup> POR FAVOR... não se vistam! *Fon-Fon*. Anno III, n.07, 11 de fevereiro de 1909.

<sup>144</sup> De acordo com José Ramos Tinhorão, tal expressão faz referência ao verso do poema “Cosolation à Duperier”, do francês François de Malherbe (1555-1628): “Et rose, elle a véau ce qui vivent les roses”. TINHORÃO, José Ramos. *A imprensa carnavalesca no Brasil: um panorama da linguagem cômica*. São Paulo: Editora Hedra, 2000. p.127.

civilisadoras”, as mulheres também acompanharam, segundo a revista, esse “processo civilizador”, pois como aquela, também “cresceram, desenvolveram-se com a civilização, com as Avenidas, com os cinematographos (...)”.<sup>145</sup> trata-se de uma “nova” mulher, ancorada, porém, nas representações de uma suposta “essência”, uma “natureza” feminina. Cláudia Oliveira afirma que, ao associarem as mulheres cariocas com a cidade do Rio de Janeiro, os colaboradores da *Fon-Fon* atentam para

a cidade-capital modernizada como um espaço que possibilita a emergência de uma nova mulher, encarnação mesma da cidade: bela, jovem, moderna. Cidade e mulher são fruto de uma mesma natureza pródiga. Esta natureza pródiga unida a uma natureza controlada torna-se civilizada. Assim, as reflexões em torno de uma imagem sobre a ‘cidade capital elegante’, unida à idéia de mulher moderna e sedutora, apontavam para um conjunto de idéias em torno do feminino que promoviam uma imagem da cidade como uma ‘bela mulher’. Ambas eram fruto da beleza da civilização moderna.<sup>146</sup>

Parece-nos que, à autora, passou despercebida, nessa associação, a partilha binária e desigual do gênero que significa reafirmar o feminino como fundamentado na natureza e o masculino na cultura. Cidade e mulher [sic] cujas naturezas são “pródigas” tornam-se civilizadas e modernas graças à ação controladora da cultura, isto é, do poder masculino/racional empreendedor e dominante.

Assim, segundo a receita da *Fon-Fon*, as mulheres para serem civilizadas deveriam ser “belas, jovens e modernas”, sem abrir mão, porém, de pautar seus comportamentos a partir de padrões pré-estabelecidos de condutas, informados pela lógica da divisão sexista dos papéis sociais, que a modernidade não mudou, mas pelo contrário, reafirmou. A modernidade seria mudança bem vinda em vários aspectos, dentre eles, a modernização das cidades, o progresso material e moral e as inovações tecnológicas, como afirmamos anteriormente. Mas, quando vão de encontro aos comportamentos definidos como femininos, o que possuía valor era a tradição, a reafirmação dos papéis de gênero tradicionais.

Para a revista, os novos comportamentos femininos, se radicalizados, poderiam desestabilizar a ordem, a base familiar da sociedade, “a moral e os bons costumes”. Nessa lógica, as mulheres modernas deveriam ter seus limites de ação e de atuação bem delimitados, para não se tornarem perigosas. Era preciso “modernizar” os

<sup>145</sup> CABELLOS. *Fon-Fon*. Anno II, n.04, 02 de maio de 1908.

<sup>146</sup> OLIVEIRA, Cláudia. Op.cit. p.205.

comportamentos femininos sem perder o controle sobre eles. A conduta moderna é bem vinda, mas, ao mesmo tempo, temida, daí a necessidade do controle e vigilância sobre elas, principalmente no que tange aos papéis femininos. O desenvolvimento de uma sensibilidade moderna não poderia por em risco essa dimensão da ordem antiga, patriarcal.

“Ser mulher” e “moderna” demandava o exercício de verdadeira equilibrista, como observado no texto com o sugestivo título “O poder feminino”, pautado na arte da dissimulação:

Ellas podem dizer um *não* tão baixinho que na realidade é um *sim*. (...) Ellas passeiam pelo quarto a noite inteira com um filhinho doente, sem perder a paciência e as forças.  
Ellas podem adocicar toda uma conversa com uma inimiga ou rival enquanto dois homens, depois de curtíssima troca de palavras, engalfinham-se.  
Ellas podem fazer soffrer o inferno a um homem durante vinte e quatro horas e leval-o ao paraíso em poucos segundos, o que nenhum filho de Adão póde fazer.  
Ellas têm a virtude de um anjo para perdoar as vossas culpas e a malícia de um demonio para vos torturar por um desvio... sem importancia.<sup>147</sup>

O feminino, nesse texto, tal como a modernidade, é definido como “naturalmente” ambíguo, reafirmando sentidos cristalizados no imaginário social. As imagens e sentidos veiculados reafirmam o feminino atrelado à natureza, a uma natureza controlada, em construção que, como assinala Magali Engel, “implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce etc.” Ao lado disso, e por conta disso, qualidades negativas – como a sedução, perfídia e a dissimulação – também são considerados como atributos “naturais” das mulheres, construindo uma visão profundamente maniqueísta do ser “feminino”.<sup>148</sup> Significar o feminino como ambíguo, imprevisível, desviante e dissimulado é reafirmar a construção de uma suposta inferioridade em relação ao seu oposto, o masculino. Esquadrinhá-lo e classificá-lo como pertencente à natureza e não à cultura é técnica discursiva que legitima sua inferioridade, como “sexo frágil”, bem como sua dominação pelo “sexo forte”, o masculino. Tal como a natureza, que é bela, as mulheres, o “belo sexo”, o “sexo frágil” justamente porque são pródigas em sua natureza, precisam ser disciplinadas, dominadas

<sup>147</sup> O PODER feminino. *Fon-Fon*. Anno III, n.09, 27 de fevereiro de 1909.

<sup>148</sup> ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004. p.332

para serem civilizadas, modernizadas. Não nos parece ser outra a significação conferida ao feminino na matéria veiculada pela *Fon-Fon* de 25 de julho de 1908:

As mulheres são quase sempre frias, volúveis e más.(...).  
Mostrando-nos um riso sadio que contrae labios coralinos, pronunciam sentenças de morte, contemplando calmamente o corpo daquille que rola pelo despenhadeiro da primeira ou ultima ilusão. (...) Mentem, mentem sempre. Mentem aos homens e mentem a Deus. Mentem aos homens porque os atraçoam, e mentem a Deus porque, de joelhos, parecendo ciliciadas pela dor, tudo lhe pedem, a elle de quem são os homens a imagem e espreitando o momento que devem colher mais uma victima.<sup>149</sup>

Na reafirmação da ordem patriarcal e cristã – “a elle de quem são os homens a imagem” – o recurso a imagens consolidadas no imaginário social legitimam a inferiorização do feminino diante do masculino. As mulheres e o feminino são no referido artigo, representadas como “frias, volúveis e más”, construção que realimenta outra, a de “agente de Satã”, ser maligno e perverso que habita desde a Idade Média o imaginário social cristão Ocidental. Nessa economia, as imagens e sentidos veiculados na *Fon-Fon* operam, como atenta Michelle Perrot, “irrigando nosso imaginário”, povoado de representações similares e recorrentes, em que as mulheres, sempre dissimuladas, figuram como “origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida (...)”.<sup>150</sup> Tais imagens, circulantes desde a Idade Média e muito difundidas no século XIX, reforçam a antiga partilha binária e desigual de um mundo dividido entre um lado supostamente masculino, superior e outro feminino, inferior.

Imagens que, de acordo com Jean Delumeau, habitam o imaginário social cristão e ancoram as representações das mulheres, assim como de judeus, como agentes do mal; “cúmplice[s] preferida[s] de Satã”.<sup>151</sup> Significações reforçadas por padres, monges, pregadores da época que, pautados no mito cristão do pecado original, argumentavam ser a mulher “o chamariz de que Satã se serve para atrair o outro sexo ao inferno”.<sup>152</sup> Aqueles exploravam e divulgavam uma série de imagens presentes no imaginário social de diferentes sociedades, em diferentes momentos e contextos históricos. Assim,

<sup>149</sup> A CARTA de Candida. *Fon-Fon*. Anno II, n.16, 25 de julho de 1908.

<sup>150</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p.168.

<sup>151</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.318.

<sup>152</sup> Idem. *Ibidem*. p. 320.



segundo aquele autor, da “Índia à América, dos poemas homéricos aos severos tratados da Contra-Reforma reencontra-se esse tema do homem perdido porque se abandonou à mulher”.<sup>153</sup>

A “nova” mulher da modernidade da *Fon-Fon* é imagem cuja “essência” permanece aquela, fundada na suposta natureza maligna de tradição cristã. Uma “nova” mulher com uma nova roupagem, sem mudar, porém, sua “essência”, que seria perigosa/maligna, que ameaçava o poder masculino. Segundo Delumeau,

o medo da mulher não é uma invenção dos ascetas cristãos. Mas é verdade que o cristianismo muito cedo o integrou e em seguida agitou esse espantinho até o limiar do século XX.<sup>154</sup>

Como se vê, o saber religioso opera na produção e reafirmação do pátrio poder, ao criar e disseminar representações que legitimaram, ao longo de muitos anos, o feminino como espaço e origem de todo o mal presente no mundo. Pauline Schmitt-Pantel ressalta a importância dos relatos sobre a criação do mundo na construção da diferença do sexo/gênero. Ela salienta que, na tradição cristã, o relato do Gênesis fundamenta a representação sobre a diferença dos sexos e suas interpretações ressaltam a “dupla dependência da mulher – material, pois ela é criada a partir do homem, e existencial, já que criada para o homem”.<sup>155</sup> A partir dessa dependência, que justificaria a superioridade do masculino sobre o feminino, outras imagens e significações reafirmam a idéia de que “a mulher leva o homem a transgredir. É, portanto, a responsável pelo mal e pela infelicidade. Não é fidedigna; ela é pobre de espírito”.<sup>156</sup>

Percebe-se que tais significações de incapacidade e inferioridade femininas, construídas por um discurso que remonta a Antiguidade Clássica, ainda ecoavam na revista *Fon-Fon* no início do século XX. Esse recurso a um discurso anterior é o que chamamos, conforme Orlandi, interdiscurso ou memória discursiva, que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.<sup>157</sup> Nesse sentido, tudo o que já foi dito sobre as mulheres, todos os discursos que as significaram, estão, de algum modo, presentes no discurso midiático, como o da *Fon-*

<sup>153</sup> Idem. Ibidem. p.313.

<sup>154</sup> Idem. Ibidem. p. 314.

<sup>155</sup> SCHMITT-PANTEL, Pauline. “A criação da mulher”: um ardil para a história das mulheres? In: MATOS, Maria Izilda de & SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 137.

<sup>156</sup> Idem. Ibidem. p.136.

<sup>157</sup> ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. Op. cit. p.31.

*Fon*. Assim, somos continuamente interpelados, não só pelo contexto imediato, quem fala, o momento em que escreve, etc., como também por todo dizer. Falamos com palavras já ditas, ou, como destaca Eni Orlandi, por meio de “diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”.<sup>158</sup> Ao remeter a essa memória, “falando com outras palavras”, atribuindo novos sentidos, os colaboradores da *Fon-Fon* criam

formas/imagens/representações/sentidos/práticas veiculadoras de novas ordens do discurso; anunciadoras, por sua vez, da circulação de novas fronteiras de “verdade” e dos efeitos de poder que são por elas veiculados.<sup>159</sup>

Reforça-se, sob novos sentidos, a lógica binária segundo a qual caberia ao poder masculino definir, zelar e vigiar o feminino, suas práticas discursivas e não discursivas. Os sentidos atribuídos ao feminino, instauradores de sua passividade e fragilidade ante o masculino, esses sentidos de gênero, traduzem e veiculam, nos textos, a “marca” da incapacidade das mulheres, suporte material/corporal do feminino. Essa construção discursiva reafirma a justificativa da constante dominação masculina, subordinação à “autoridade masculina” e ao “pátrio poder”. Tal construção e sua operacionalização podem ser observadas no trecho abaixo:

Eu, se fosse eleitora, não daria o meu voto a qualquer candidato. Escolheria-o com muito cuidado. Não faria questão do seu saber nem da sua inteligência, porque, afinal de contas, não sei para que servem taes cousas na Camara; mas faria questão da sua figura, da sua plastica, do seu *aplomb*. Que querem? É uma predilecção esthética, que o meu sexo exige.<sup>160</sup>

Por meio de uma grosseira ironia, um dos muitos autores/pseudônimos da revista deslegitimava as lutas feministas pelo sufrágio feminino, lembrando as mulheres/leitoras o seu “verdadeiro lugar” na sociedade, definido a partir de sua “essência” biológica. Lugar, esse, afastado da política, pois o “belo sexo” não teria discernimento, agiria pelo impulso e pela aparência; portanto, não saberia votar. Como poderiam, então, participar da política, ser eleitoras, exercer esse direito, assumir tal responsabilidade se a “predilecção esthética” é exigência de sua biologia, de seu sexo?

<sup>158</sup> Idem. Ibidem. p.36.

<sup>159</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.p.51.

<sup>160</sup> O MEU candidato. *Fon-Fon*. Anno III, n.05, 30 de janeiro de 1909.

As “mulheres modernas” ameaçam a ordem patriarcal, o poder masculino, daí o uso da imprensa para desclassificá-las, ao denegrir e satirizar atitudes de autonomia feminina, de emancipação daquele poder. Com efeito, observa-se o uso recorrente de artigos que discorrem sobre o que denominam como feminismo, significado desde já de forma caricata, com sinônimo de movimento de mulheres feras e fanáticas. Na coluna “Perfis Internacionais”, ao falar sobre a “feminista” Renata Mortier, o autor afirma:

uma mulher destinada a vencer politicamente, se é que em política, as mulheres podem vencer algum dia. Renata Mortier – uma das muitas candidatas políticas de Paris – é bem moça e muito bonita, qualidade esta que constitui uma arma que não é para desprezar nas campanhas feministas.

Os homens sentem-se sempre dispostos a ficar de boca aberta diante de uma mulher bonita quando ella... falla e chegam mesmo a perdoar todas as tolices que se dispunham a dizer.

Quando, porém, esses lábios se abrem, não para dizer frivolidades, mas para pronunciarem phrases inteligentes, para discutirem com logica, com efficacia, é muito natural que esses lábios se tornem irresistiveis.

Por isto, as feministas devem ter o cuidado de entregar a propaganda da sua causa... á mais bonita dellas.

Não devem esquecer que, uma mulher bonita tem sempre razão... em qualquer terreno; o que não acontece, aliás com uma mulher feia.<sup>161</sup>

Tal construção vai ao encontro de outras que, informadas pela lógica sexista, procuram reforçar os papéis sociais de gênero, ou seja, para o feminino, as funções ligadas ao espaço doméstico, para o masculino o espaço público da política e do trabalho remunerado. Deste modo, os sentidos são conferidos e naturalizados por meio da imprensa, na crítica misógina à iniciativa de mulheres em trabalhar fora, à sua luta pela participação na política, esferas consideradas de domínio masculino por excelência. São ações identificadas pelos colaboradores como feministas, e por conta disso, perigosas e nefastas. São, por isso, combatidas no espaço da *Fon-Fon* por meio de seus artigos e cartas. Nessas, a contraposição do discurso tradicional, ao “ensinar” as leitoras que não haveria uma existência digna para elas fora do lar.

## 2.2 – NO LAR OU NA CALÇADA, NO PÚBLICO E NO PRIVADO

A publicação, sob diversas técnicas, constrói distinções sexistas demarcadoras das diferenças e instauradora das desigualdades de gênero. Primeiramente, por meio dos

<sup>161</sup> PERFIS Internacionais. *Fon-Fon*. Anno IV, n.25, 18 de junho de 1910.

concursos que organizava, em que as temáticas a serem desenvolvidas por seus leitores eram sexualmente distintas. No primeiro deles, organizado em setembro de 1910, e “exclusivamente para suas gentilíssimas leitoras”, pergunta-se: “Para V.Exa. qual é a melhor prova de amor?”.<sup>162</sup> Já, para os homens, a pergunta feita foi: “Quem inventou a política?”<sup>163</sup> Ao masculino, o espaço público, a política e o poder. Ao feminino, o investimento no amor, na sensibilidade e na emoção. Na partilha feita, a reafirmação da divisão de gênero, da domesticidade como própria do sexo feminino, ignorando a pluralidade constitutiva dos sujeitos históricos.

É preciso ressaltar que as mulheres não estiveram completamente ausentes do espaço público até aquele momento, primeiras décadas do século XX, embora tal presença tenha sido silenciada pelo discurso historiográfico e literário. Entretanto, é neste momento de ampliação dos espaços de sociabilidade que elas têm cada vez mais destaque e visibilidade em jornais e revistas. O aumento dos espaços concedidos pela *Fon-Fon* ao público e às colaboradoras femininas é concomitante aos constantes avanços das mulheres no que concerne a educação, convivência heterossexual e mundo do trabalho. Para o caso da imprensa, como destaca Fernanda Alina de Almeida Andrade, desde a segunda metade do século XIX cresce consideravelmente o número de mulheres que tem acesso à educação, que lêem e escrevem em jornais.<sup>164</sup> Além disso, como destaca a autora, desde 1827, tem-se uma imprensa destinada ao público feminino ou, ao menos, com seções destinadas a estas leitoras e, a partir de 1850, publicações produzidas por mulheres.<sup>165</sup>

<sup>162</sup> CONCURSO de Fon-Fon. *Fon-Fon*. Anno IV, n.39, 24 de setembro de 1910.

<sup>163</sup> CONCURSO de Fon-Fon. *Fon-Fon*. Anno IV, n.45, 05 de novembro de 1910.

<sup>164</sup> ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista no século XIX (1873-1890)*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. p.20-21. A autora chama a atenção para publicações, no decorrer do século XIX, destinadas ao público feminino, tais como *O espelho diamantino* (1827), *O correio das modas* (1839), ambas do Rio de Janeiro. Como publicações escritas por mulheres, a autora ressalta *A esmeralda* (1850), publicada no Recife, *O jornal das senhoras* (1852), *O Bello Sexo* (1862), e *O sexo feminino* (1873), todos do Rio de Janeiro, sendo este último propriedade de Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Para uma breve discussão sobre a participação de algumas mulheres tanto em jornais quanto na produção literária ver TELLES, Norna. *Escritoras, escritas, escrituras*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004. p.401-442.

<sup>165</sup> ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos*. Op.cit. p.10. Pode-se pensar essa preocupação com público feminino e o aumento da participação das mulheres em jornais e revistas, segundo a autora, a partir do aumento quantitativo da população feminina no século XIX. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde o primeiro recenseamento, realizado em 1872, o número de mulheres passa a equiparar-se ao número de homens, como pode ser observado pela tabela abaixo:

População presente, por sexo - 1872-1920			
Anos	Total	Homens	Mulheres
1872	9.930.478	5.123.869	4.806.609

Portanto, devemos assinalar que a novidade não era a presença das mulheres no espaço público, o que já ocorria desde o século XIX. A novidade não estava no fato de as mulheres transitarem por estes espaços, mas a maneira como as mesmas se comportavam e como estes novos comportamentos serão significados, como podemos observar pelos escritos dos vários colaboradores da *Fon-Fon*. Como salienta Susan Besse, as modificações ocorridas na configuração física do Rio de Janeiro desde o final do século XIX são consideradas de fundamental importância para que as mulheres passassem a transitar com maior liberdade e segurança pelas ruas da cidade. Com efeito, a modernização da infra-estrutura da cidade, com a iluminação, pavimentação e alargamento das ruas e avenidas, serviço regular de bondes, possibilitou mudanças significativas nos costumes sociais das famílias cariocas, principalmente daquelas das camadas mais privilegiadas.<sup>166</sup> A partir disso, novos hábitos foram instaurados, particularmente no que dizia respeito às mulheres, como o dos passeios e compras pelo centro da cidade sem a exigência de estarem acompanhadas. Assim:

Fazer compras tornou-se uma instituição social importante. (...). As capas das revistas mostravam mulheres trajadas com seus melhores vestidos dispostas a aventurar-se sozinhas até o centro da cidade. Sábado era o dia preferido para fazer compras, quando a oportunidade de exibir a própria riqueza concorria com a oportunidade de ver, ser vista e flertar.<sup>167</sup>

Rompia-se, assim, o paradigma de honra feminina, atrelada à reclusão e honra familiar que até então referenciavam o modelo de conduta feminina. Devido a esta nova configuração, as discussões sobre os novos hábitos e costumes femininos tornaram-se tema destacado entre os mais variados grupos sociais. Afinal, como nos ensina Foucault, dificilmente se proíbe aquilo que não se pratica. Diversos saberes – médico, jurídico, educacional e religioso – conjugam-se em torno do esforço comum de normatizar, controlar, vigiar e punir para normalizar. Como ressaltam Maluf e Mott,

---

1890	14.333.915	7.237.932	7.095.983
1900	17.438.434	8.900.526	8.537.908
1920	30.635.605	15.443.818	15.191.787

**Bibliografia:** "Anuário Estatístico do Brasil"/IBGE-Rio de Janeiro, volume 56, 1996

Nota: Com relação ao ano de 1872, os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872\\_1920.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm)

<sup>166</sup> BESSE, Susan K. Op.cit. p.19.

<sup>167</sup> Idem. Ibidem. p.21-22.

as mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas.<sup>168</sup>

Diva Muniz chama a atenção para a idéia generalizada, também percebida em nossa análise da revista *Fon-Fon*: do perigo representado pelos novos hábitos das mulheres modernas, traduzido por uma “crise moral e dos costumes”. A autora salienta que, na construção dessa “crise”, observa-se o investimento na permanência dos papéis femininos tradicionais, sob o argumento de uma suposta perda da reserva moral feminina. O lamento pela mudança dos comportamentos em decorrência dos novos padrões da “vida moderna” referia-se, particularmente, à conduta feminina, a sua livre circulação pelo espaço público, o ingresso das mulheres das camadas média e popular no mundo do trabalho. Lamentar a perda da “reserva feminina”, segundo aquela autora, “constitui recurso teórico, maneira de justificar um sistema moral, freqüentemente transgredido e que, sem alusão as tradições passadas, pareceria exagerada e sem base na realidade”.<sup>169</sup> Lamentar tal perda sinaliza para a permanência de representações sexistas e misóginas cristalizadas no imaginário social acerca das mulheres, seus corpos, sexo e sexualidade. Assim, uma das formas de evitar a crise moral e dos costumes era reiterar e reforçar o papel social considerado adequado às mulheres, ou seja, com as funções ligadas ao espaço doméstico. Mediante o recurso da crítica severa à iniciativa de algumas mulheres em trabalhar fora, de circular livremente pelo espaço público, de uma conduta equivocada, levada pela “onda” feminista e seu projeto insano de se “equiparar aos homens”, busca-se a manutenção de antigos costumes.

Como nos lembra Michelle Perrot, em diálogo com a obra de Michel Foucault, a distinção entre as esferas pública e privada é uma modalidade do exercício do poder. Poder pensado não somente como repressão, mas, sobretudo, em sua operacionalização, em seu funcionamento graças ao esquadramento, à regulamentação do ínfimo, à organização dos espaços, à mediação, à persuasão, à sedução, ao consentimento.<sup>170</sup> Ou seja, como dito anteriormente, o poder como complexa tecnologia política que comporta a dimensão produtora de saber. Sendo assim, para a referida autora, no século XIX, a

<sup>168</sup> MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.360.

<sup>169</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mulheres “modernas”, mulheres “perigosas”. *Revista Múltipla* (UPIS). v.14. 2006. p.125.

<sup>170</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p.263.

distinção entre o público e o privado é uma dessas modalidades de operacionalização do poder, em que espaços específicos são designados de acordo com o sexo/gênero. Segundo ela, neste período, na França, convinha:

limitar seus poderes [das mulheres], sua ascendência; conter sua influência; mas também usar o imenso potencial que elas representam, não somente no domínio doméstico; mas cada vez mais no social, pela filantropia, e depois, pelo trabalho social. Daí todo um arsenal, jurídico, educativo, e uma organização racional da sociedade do qual a teoria das esferas (pública/privada) é uma das formas mais elaboradas.<sup>171</sup>

Nesse sentido, Michelle Perrot questiona a naturalização de tais esferas e, conseqüentemente, dos papéis a elas vinculados, revelando-as como efeito de tecnologias políticas, como produtos do poder. A autora evidencia, assim, o caráter político, as relações de poder/saber que permeiam tal construção. Estas, em sua constante referência ao biológico, justificam, a partir de sua posição de discurso autorizado, uma suposta inferioridade física e mental das mulheres, o que justifica mantê-las afastadas da direção das cidades e, conseqüentemente, da política. Por exclusão e expulsão, tal espaço estabelece-se e naturaliza-se como de domínio masculino. Dentro dessa lógica dicotômica, caberia às mulheres a esfera privada, que passa a ser, no século XIX, valorizada e exaltada como espaço da “rainha do lar”, independentemente das escolhas das mulheres por tal trono.

Segundo a autora, apesar do discurso de inferioridade feminina, o “século 19 não nega o valor das mulheres, bem ao contrário; apela-se para suas qualidades específicas no interesse de todos”.<sup>172</sup> Naquele contexto em que se confere uma importância cada vez maior à sociedade civil, a valorização da “dimensão privada da vida” e, nessa, a do feminino, torna-se central para o movimento de privacidade configurador da moderna sociedade civil e burguesa.<sup>173</sup> Para Perrot, todavia,

A separação das esferas é muito mais sutil do que parece. Não somente exclusão, enclausuramento, fechamento; mas também distinção, utilização, limites. Por outro lado, não há adequação entre os sexos e as esferas. Nem todo o público é masculino, ou o privado é o feminino. A espacialização faz fortemente o seu papel, no entanto,

---

<sup>171</sup> Idem. Ibidem. p.268.

<sup>172</sup> Idem. Ibidem. p.269.

<sup>173</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Op.cit.p.169.

ela não comanda tudo. O exercício do poder não se reduz evidentemente a uma geografia.<sup>174</sup>

Parece-nos que o que Michelle Perrot evidencia para o caso francês também poderia ser pensado para o Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do século XX. No caso da revista *Fon-Fon*, fica evidente o investimento não apenas na “exclusão, enclausuramento, fechamento” entre os dois espaços, mas, sobretudo, “distinção, utilização, limites” no que concerne a cada sexo. Daí a crítica constante à ocupação do espaço público por aquelas que deveriam se deter nos limites do privado, explicitadas nas matérias que ironizam conquistas dos feminismos. Nestas, ressalta-se que

Já não são sómente as profissões; já não se limitam aos direitos civis e políticos; não param também nos vestuários as reivindicações das nossas ardentes feministas. Há agora uma tendência pronunciada para usar cousas até agora só permitidas ao sexo feio. É assim que brevemente aparecerá uma obra da ilustrada Sra. X ... reivindicando o direito das senhoras usarem barbas também.

Oh! a barba! Estes egoístas dos homens até agora tem tido o monopólio desse distintivo capillar. (...)

Felizmente vai aparecer a obra anunciada que esperamos ansiosos. Há de causar uma revolução, estamos certos. E breve teremos incluída entre as modas femininas o uso das barbas.

Vem bem a tempo não há que ver, pois a moda entre homens é fingir de mulheres, apresentando uma face inteiramente imberbe graças à navalha.

Depois servirá o uso ainda para demonstrar a falsidade da alegação de que toda mulher é tagarela, pois necessariamente terão de ficar caladas, ao menos enquanto fizerem a barba. (...).<sup>175</sup>

Na matéria veiculada desqualifica-se o feminismo, ao significar as reivindicações feministas como propostas vazias, fruto das “cabeças ocas” das mulheres e sua insana pretensão de igualdade com o sexo masculino. Assim, tal movimento, na visão do articulista, resultaria da ação de mulheres entediadas, sem ter o que fazer, ou daquelas mal amadas que “a existência não lhe oferece os atractivos de outros tempos”, ou seja, aquelas que em idade mais avançada, converteram-se ao feminismo “só para fazer brilhar com um certo entusiasmo, o seu pôr do sol”.<sup>176</sup>

Na distinção estabelecida quanto aos espaços de atuação, às mulheres não caberia, portanto, participação na política e na economia, enfim, com tudo aquilo que seria classificado como do domínio público. Sua atuação deveria restringir-se ao âmbito

<sup>174</sup> Idem. Ibidem.

<sup>175</sup> MAIS uma reivindicação feminina. *Fon-Fon*. Anno II, n.39, 04 de janeiro de 1908.

<sup>176</sup> PERFIS Internacionais. *Fon-Fon*. Anno IV, n. 31, 30 de julho de 1910.



do “belo sexo”, desprovido de discernimento e razão, “insignificante intellectualmente fallando!”<sup>177</sup> Na defesa da ordem patriarcal, não deveria haver, portanto, desvios de função e papéis. Assim, a revista ensina que sob a lógica binária burguesa de ordenamento do mundo, cada coisa deveria estar em seu lugar:

Pouca gente lê um jornal de fio a pavio.

Cada um tem a sua secção predilecta, que corresponde ás suas inclinações ou aos seus interesses.

O político só presta atenção ao artigo de fundo partidario e locais referentes ao Congresso; o negociante consulta o movimento da Bolsa e a entrada e saída de vapores; o ávido de escândalos esquadrinha os *a pedidos*; um ou outro despreocupado ou amante das letras devora a parte literaria; as senhoras, na sua maioria, só lêem as secções mundanas, o *Binoculo* e todas, todas sem excepção, morrem de amores pelos folhetins.

E quanto mais violento, mais cheios de tragicas peripecias, mais o folhetim as absorve.<sup>178</sup>

A revista, ao significar sexualmente os interesses de cada um dos segmentos da sociedade direciona a leitura dos mesmos a partir de sua lógica sexista. Ou seja, ela constrói o que seria próprio de cada um dos gêneros, com uma diferença reveladora. Enquanto o segmento masculino distingue-se entre si pela ocupação profissional, o feminino é um bloco homogêneo: “todas sem excepção, morrem de amores pelos folhetins”. Afinal, emotivas, frágeis e superficiais, às mulheres restava as frivolidades e superficialidades dos folhetins e das seções mundanas, ocupadas com modismos e futilidades.

É visível, nessa orientação, a intenção de formar o público feminino, ensinando-o e assujeitando-o aos temas/assuntos definidos como próprios de seu sexo, de sua natureza. Daí a criação e veiculação de colunas com tópicos mais leves e superficiais: moda, etiqueta, maternagem, fofocas, conselhos médicos; enfim, uma leitura “fácil e agradável”. Ao público masculino reservavam-se os temas sérios da política, os densos e profundos da literatura e crítica literária, os complexos e desafiantes das propostas de reformas educacionais, sanitárias, econômicas e fiscais.

Na revista, a liberdade de circulação, suposta na idéia de modernidade, encontra-se demarcada pela divisão binária, sexista. Assim, se as mulheres modernas circulam livres e desacompanhadas pelas ruas, pelo espaço público, não deveriam deixar de se auto-vigiarem e também de serem vigiadas pelos outros. A seção “Na calçada”, neste

<sup>177</sup> PEQUENAS notas. *Fon-Fon*. Anno IV, n. 30, 23 de julho de 1910.

<sup>178</sup> FOLHETINS. *Fon-Fon*. Anno II, n.39, 04 de janeiro de 1908.

aspecto, é reveladora do dispositivo disciplinar. Nela, o colaborador, ao fazer a crítica dos costumes, ensina como deveria ser o comportamento feminino moderno :

As secções mundanas estão medrando no nosso jornalismo como cogumelhos. Não ha periodico, por mais serio que seja, político ou commercial, que não tenha a sua columna de *eleganpcias*. (...).

A rapaziada de casa, tambem dada ao *smartismo* e conhecedora das descrições de *toilettes* finissimas, resolveu tambem inaugurar no *Fon-Fon* uma resenha semanal das *chiquezas* que lhe passarem pelos olhos avidos de... beleza e elegancia.

Desta vez fui destacado para... a calçada, defronte da nossa vistosa e arejada redacção e eis as notas colhidas no meu *calepin*:

Passaram na Avenida Central durante a semana finda 328 senhoras da nossa sociedade mais fina. Não dou os nomes por falta absoluta de espaço... e porque são sempre as mesmas.<sup>179</sup>

Estar “Na calçada” significa “ser moderna”, isto é, ocupar um local estratégico, onde o sujeito é visto e também vê, mas, também, é vigiado e controlado. O *Flauner*<sup>180</sup> da *Fon-Fon*, atento à passagem das “madames e *mademoiselles*” pela Avenida Central, destaca-as como exemplos de elegância, mas, sobretudo, denuncia sua presença no cenário público, que lhe parece um desvio de conduta, ou, no mínimo, uma falta de sentido, mero exibicionismo, próprio do “belo sexo”. Expor-se em local público é atitude que deve ser observada, esquadrinhadas para ser melhor conhecida e controlada pelo poder disciplinar. A rua, espaço panóptico, é onde se opera o poder disciplinar de que nos fala Foucault: local em que cada indivíduo analisa o outro e é por ele analisado; local de encontro, mas também de análise, esquadrinhamento, controle, um exercício permanente de vigilância e auto-vigilância, no qual repousa o poder disciplinar, onde o que importa é a normalização da conduta.<sup>181</sup>

Como dito anteriormente, a relativa presença de mulheres no espaço público não era raridade e nem novidade nos primeiros anos do século XX. Elas circulavam pelas ruas e avenidas, com desenvoltura, elegância e em grande número. Tal liberdade de movimentos parecia ameaçadora aos olhos masculinos, até mesmo os “modernos”. Assim, se a presença delas era entre aquelas estimulada e valorizada, não descartava,

<sup>179</sup> NA Calçada. *Fon-Fon*. Anno II, n.41, 18 de janeiro de 1908.

<sup>180</sup> Walter Benjamin salienta na obra de Charles Baudelaire a importância do *flâneur*, passante das ruas e avenidas, que perambula por elas como atento observador. Como nos lembra Sérgio Paulo Rouanet, ele “Percorre as ruas, morada do coletivo, está em casa nelas como se estivesse em sua residência. (...). Ele se interessa pela cidade em geral, e por cada um dos seus edifícios mais característicos (...). Em suma, a cidade é tudo para o flâneur, sua casa, sua paisagem”. ROUANET, Sérgio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: *Revista USP*, setembro/outubro de 1992. p. 49-82.

<sup>181</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Op.cit.

porém, o exercício da vigilância e auto-vigilância, como percebido nas matérias da *Fon-Fon*. Como atenta Margareth Rago:

A relativa emancipação da mulher, sua livre circulação nas ruas e praças, sua entrada mais agressiva no mercado de trabalho, a criação de um espaço público literário, segundo expressão de Habermas, a solicitação para que freqüentasse reuniões sociais, restaurantes da moda ou temporadas líricas foram percebidas de maneira extremamente ambígua. Se de um lado valorizava-se sua incorporação num amplo espaço social, por outro procurava-se instaurar linhas de demarcação sexual definidoras do papéis sociais bastante claras. (...) E que, acima de tudo, as mulheres se conscientizassem, na democratização da vida social, de que sua natureza primeira era a maternidade.<sup>182</sup>

Ao falar sobre vestuário, moda, etiqueta, conduta das “madames e *mademoiselles*”, a revista não apenas criticava o que considerava inadequado e ressaltava o “correto”, mas, sobretudo, prescrevia, ensinava, disciplinava e investia na normalização dos comportamentos sociais femininos, referenciados por um padrão normativo de mulher cuja “natureza primeira era a maternidade”. Ela cumpria sua função pedagógica de ensinar os comportamentos modernos, civilizados, generizados. Funcionava, portanto, como tecnologia social, ao reafirmar a divisão do gênero nas relações daquela sociedade e temporalidade.

Com efeito, percebemos que, ao prescrever e valorizar quais seriam os modernos e emancipados modos femininos de vestir-se e comportar-se, a revista procurava ensinar e “instaurar linhas de demarcação sexual definidoras dos papéis sociais”<sup>183</sup> bastante claras. As imagens veiculadas pelos cronistas cumprem a função pedagógica de ensinar aos leitores e leitoras as demarcações definidoras dos papéis sociais de cada um dos sexos. Não por acaso, as leitoras têm seus comportamentos questionados a todo o momento e são aconselhadas insistentemente a tomar atitudes pertinentes com sua “condição de mulher”. Tal atribuição foi assumida pela publicação, que desde o seu primeiro número, tratou de estabelecer quem seria e, sobretudo, como seria “a mulher moderna”.

### 2.3 – “MULHER MODERNA”?

<sup>182</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.26.

<sup>183</sup> Idem. *Ibidem*.

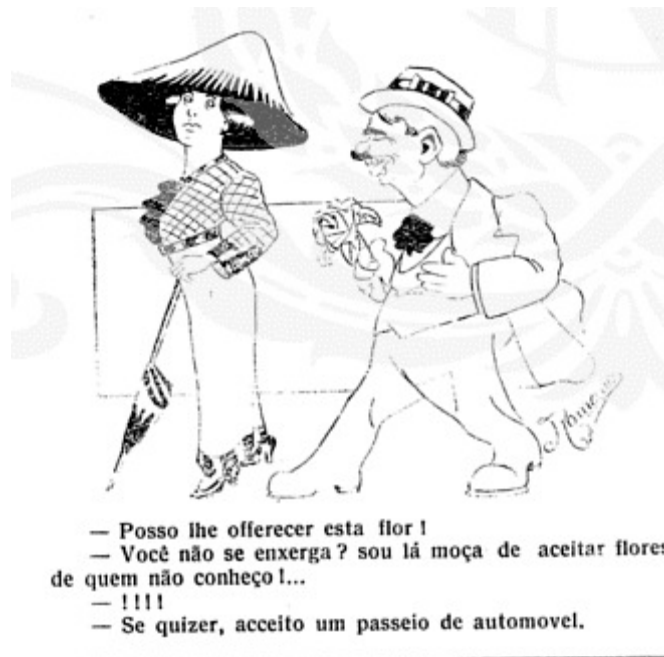


Figura 03 – 08 de março de 1913

As “mulheres modernas” que aparecem na *Fon-Fon* foram identificadas e significadas, como na charge acima, como preocupadas e ocupadas apenas com os *flirts*, com futilidades e ligadas apenas à aparência e sua ostentação, tal como preferirem um passeio de carro às flores. Entretanto, não eram apenas aquelas que transitavam pelas avenidas da cidade sozinhas, trajando a última moda, observando os outros, fazendo compras, passeando e sendo observadas pelos outros. Fotografadas “pela kodak” do periódico, eram objeto de esquadrinha em diversas situações e espaços de sociabilidade, seja nos clubes, praticando *sports* ou nos bailes elegantes das altas rodas mundanas, enfim, em suas participações na/da vida social.

As formas como elas foram representadas na publicação podem ser equiparadas às que Tani Barlow e outras autoras encontraram para outros países a partir da pesquisa feita com propagandas de cosméticos e artigos de higiene. Segundo elas, a “*modern girl*” era identificada, principalmente, com jovens, que transgrediam os modelos convencionais, diferenciando-se dos modelos de mãe, esposa e filha obedientes.<sup>184</sup> Deste modo, a “*modern girl*”, ou a “*mulher moderna*” tal como representada na *Fon-*

<sup>184</sup> BARLOW, Tani E. et.all. The Modern Girl around the World: a research agenda and preliminary findings. *Gender and History*, vol. 17, n° 2. August 2005, p.245.

*Fon*, estaria informada pelas representações que a identificavam com a ambigüidade da modernidade e a definiam a partir da ostentação das aparências, do corpo e da beleza.<sup>185</sup> De fato, como podemos observar no texto da *Fon-Fon* de 30 de setembro de 1911, aparência, ostentação, consumismo, frivolidade são os traços destacados:

Na segunda-feira Mme. L... comprou um vestido, na terça um chapéu, na quarta um par de botinas, na quinta uma camisa de renda, na sexta um collete, no sabbado uma capa, mas no domingo não quiz sahir com o marido porque não tinha o que vestir.<sup>186</sup>

A moderna preocupação com o corpo, a beleza, a moda e sua ostentação era reafirmada nas matérias, funcionando ao mesmo tempo, como crítica restritiva e como estímulo. Tal contradição operava em dois flancos: naquele que continha excessos e no que impelia a eles, produzindo os assujeitamentos ao modelo e às modas. Nessa direção, a produção da “mulher moderna”, da “modern girl”, a jovem “sem nenhuma densidade, preocupada apenas com frivolidades”. Engendrava-se, assim, “a consumidora fútil, mais precisamente: a ‘melindrosa’”,<sup>187</sup> objeto de investimento da *Fon-Fon*:

Não raro nas nossas ruas, encontramos a figurinha esguia de uma moçoila de 13 ou 14 anos, apertada num destes longos colletes modernos e com as faces excessivamente pintadas. Muitas até usam bistre para aprofundar olheiras e poeiram-se de pó de arroz, grudado á gordura dos cremes. E lá vão ellas, na inconsciencia do papel deploravel que fazem, só pelo terrivel amor á exhibição.<sup>188</sup>

Segundo a revista, esse “amor á exhibição” ameaçava a maternidade, a natureza primeira, pois não se restringia à ostentação pura e simples do corpo e da moda, mas ampliava-se para os “flirts”, com as possibilidades neles contidas de sedução e descaminho moral e sexual. Significativamente, a *Fon-Fon* veiculava sua posição quanto ao namoro dessas “moçoilas”, dessas “melindrosas” ainda tão jovens:

*Ella* já tem um namorado apesar dos seus desesete annos incompletos. Pudera! o namoro começa entre nós quando as meninas ainda brincam com as bonecas e os meninos enfiam a primeira calça comprida.(...) Mlle. ainda é muito ingenua, apesar de querer fingir sentimentos de gente grande!<sup>189</sup>

<sup>185</sup> Idem. Ibidem. p.249.

<sup>186</sup> A ETERNA historia. *Fon-Fon*. Anno V, n.39, 30 de setembro de 1911.

<sup>187</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op.cit. p.63.

<sup>188</sup> *Fon-Fon*. Anno IV, n. 03, 15 de janeiro de 1910.

<sup>189</sup> TREPAÇÕES. *Fon-Fon*. Anno VI, n.13, 30 de março de 1912.

O namoro era visto como problemático para o periódico porque era o namoro de jovens “modernas”. Sob o pretexto da pouca idade, a revista investe na auto-vigilância e vigilância da família e da sociedade quanto ao comportamento social das jovens modernas, ainda desprovidas de maturidade para o casamento. Ensina a esse público que a modernidade não deveria envolver essa dimensão das relações sociais. Aí, a tradição deveria ser mantida. No argumento de uma suposta ingenuidade do sexo feminino, que responde pela sua idealização quanto aos relacionamentos entre casais, a evidência da inferiorização do “belo sexo”, do “sexo frágil”. Tal como veiculado na coluna “Trepações”:

Mme. tem uma alma sonhadora demais. Esquece que esta vida não é só de sonhos e ilusões. Tanto que o destino, um capricho terrível, ligou-a para sempre, á existencia prática e trabalhosa daquelle excellent homem de negocios.

E Mme. queixa-se que elle á... pratico demais e não presta a minima attenção aos seus devaneios sentimentaes.<sup>190</sup>

Reforça-se, deste modo, a representação dicotômica do masculino/feminino, em que se define o homem como “apolíneo e racional por oposição à mulher dionisíaca e instintiva, mais invadida que ele pela obscuridade, pelo inconsciente e pelo sonho”.<sup>191</sup> É visível como determinado tipo de mulher – que usava roupas provocativas, que sonhava com amores românticos e que se preocupava com a aparência desde muito cedo, que idealizava relações, que se impressionava facilmente –, teve sua imagem e subjetividade construída inclusive pela indústria do consumo, pela literatura e pela mídia.<sup>192</sup> Não por acaso, a *Fon-Fon* investe também no estabelecimento de limites no que que concerne aos comportamentos sociais, particularmente os femininos. Investe nas mudanças, na “mulher moderna”, ao veicular modas, modos, produtos e espaços de circulação, e também nas tradições, ao disseminar padrões de conduta para homens e, sobretudo, mulheres. Como ressalta Margareth Rago:

O homem no espaço público foi sempre percebido positivamente, através da imagem do trabalhador e do político, segundo o ideário liberal. A mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser

<sup>190</sup> TREPAÇÕES. Fon-Fon. anno V, n.44, 04 de novembro de 1911.

<sup>191</sup> DELUMEAU, Jean. Op.cit. p.311.

<sup>192</sup> Idem. Ibidem. p.245-246.

confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, “mulher pública”.<sup>193</sup>

Uma economia de gestos considerados adequados e pertinentes às mulheres, de esquadramento de pequenos detalhes das ações e comportamentos sociais femininos é posta em funcionamento de modo a produzir a normatização da conduta feminina. Nesta, a maternidade, natureza primeira de toda mulher, não deveria ser sacrificada e esmaecida pela emancipação feminina, contaminada pelos “novos hábitos produzidos pelo progresso”.<sup>194</sup> Significativamente, a *Fon-Fon* estabelecia, por meio do sugestivo pseudônimo de Tia Lucrecia, quais os atributos indispensáveis a uma moça moderna:

Para uma senhorita estar de accordo com o Seculo que vivemos (...) e fazer figura na sociedade alanranjada (synonimo de selecta) é preciso que tenha os seguintes dotes physicos e intellectuaes:  
 Belleza, pelle fina, dentes claros, cabello abundante, olhos grandes, nariz aquilino, mãos e pés pequenos; conhecimento de linguas diversas, de piano, de desenho. de arranjos de casas, de receitas de petiscos e doces, de costura e outras coisitas mais.  
 Com taes predicados é certo arranjar um bom casamento.  
 Entretanto, a moça moderna pôde prescindir de todas essas prendas, ser feia, ter dentes estragados, pouquissimo cabello, calçar botinas n.53 e de conhecimentos só saber distinguir que francez é italiano, desde que possua pelo menos ..... quinhentos contos!<sup>195</sup>

Em tal desenho, além dos atributos físicos, outros predicados eram valorizados no mercado matrimonial: saber tocar piano, domínio de outros idiomas, conhecimento de literatura e ainda conhecimentos específicos para os cuidados de um lar, como os arranjos, as receitas de petiscos e doces, de costura e outras “coisitas mais”. Fora desse desenho, as possibilidades de casamento existiam para quem tivesse dote, tivesse posses, tivesse “quinhentos contos”. Ou seja, bela e prendada ou feia, sem prendas e rica, eram estas as duas únicas possibilidades para as jovens no mercado matrimonial da época. Estar fora delas era ficar solteirona, era fugir do destino de toda mulher. Um destino ligado ao ventre, à maternidade, aos cuidados com a casa e com os outros.

Como assinala Diva Muniz, ser prendada era atributo cotado “no mercado matrimonial, ao lado do dote e da honra”.<sup>196</sup> Além do aprendizado dos atributos que “as preparava para os cuidados com os filhos e a casa”, também era necessário o

<sup>193</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op.cit. p.39-40.

<sup>194</sup> Idem. Ibidem. p.36.

<sup>195</sup> A VIDA Doméstica: a moça moderna. *Fon-Fon*. Anno II, n.42, 25 de janeiro de 1908.

<sup>196</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O tom do “Bom-tom”: os manuais de civilidade e a construção das diferenças. *Caderno Espaço Feminino*. Vol.09, n.10/11, 2001/2002. p.68.

aprendizado das maneiras de “comportar-se em público, de conviver de maneira polida, educada, recatada e distinta”.<sup>197</sup> Práticas percebidas pela autora na sociedade mineira do século XIX, mas ainda muito presentes na sociedade brasileira no início do século XX e significadas como essenciais para um bom casamento.

O que parece-nos interessante ressaltar é a idéia que perpassa o artigo: a reafirmação do que seria o destino único e incontornável de todas as mulheres, ricas ou pobres, feias ou belas, prendadas ou não: o casamento. Todos os atributos considerados indispensáveis à “moça moderna” a encaminhariam para a realização de seu destino: “um bom casamento”. Um “destino social” determinado pelo seu “destino natural”, a maternidade. Como argumenta Cláudia Maia, as mulheres se encontravam aprisionadas pela família conjugal, que conseqüentemente levaria à maternidade biológica, “representação da ‘verdadeira mulher’, normal, completa e feliz”.<sup>198</sup>

Daí porque, ainda adolescentes, as jovens tornavam-se objeto da constante vigilância social e, sobretudo, familiar, nesse contexto da modernização tecnológica material e dos costumes. O jornal compartilha do poder disciplinar de vigilância e auto-vigilância, ao alertar para os “perigos” da vida moderna e engrossar a fileira dos defensores da tradição no que concernia aos comportamentos femininos. Um dos recursos retóricos é o de contrapor o namoro antigo e o novo, para ressaltar os perigos desse.

Assim, segundo a revista, o namorado de outros tempos era “um tímido, um encolhido, tanto que para adorar o objecto do seu encanto collocava-se á distancia, n’uma esquina providencial”.<sup>199</sup> O namoro, desse modo construído e identificado com certa tradição de um tempo pregresso, “no [sic] lindos tempos ingenuos, em que a cidade não tinha avenidas nem automoveis”,<sup>200</sup> seria inofensivo, visto como simples, pueril, inocente. Um tipo de namoro muito diferente do praticado na modernidade, longe do olhar da família, nas salas do cinema sob “a protecção moderna da escuridão benéfica da sala de operações”.<sup>201</sup>

Nesse benefício residia o perigo e a necessidade de controle, pois a escuridão da sala de operações permitia maior intimidade entre o casal, motivo de preocupação de

---

<sup>197</sup> Idem. Ibidem.

<sup>198</sup> MAIA, Cláudia. *Corpos que escapam: as celibatárias*. In: STEVENS, Cristina Maria & SWAIN, Tânia Navarro (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p.52.

<sup>199</sup> NAMORADOS. *Fon-Fon*. Anno IV, n.13, 26 de março de 1910.

<sup>200</sup> Idem. Ibidem.

<sup>201</sup> Idem. Ibidem.



pais e moralistas. Não por acaso, a seção “Guichet de Informações”, um espaço para sanar possíveis dúvidas e prestar informações valiosas aos seus leitores e leitoras acerca de temas diversos, no número de 11 de janeiro de 1912, responde a Mlle. Follete d’Amour sobre o tema namoro. A resposta é reveladora dos “cuidados com o namoro”:

Pergunta-me V.Ex., no seu lindo bilhete perfumado se “é contra as leis da sociedade, os namorados se beijarem. Manchará isto a castidade de uma moça?”

No meu tempo, Mlle., a moral rija dos paes d’antanho, consideravam o beijo entre namorados, um crime, um solemnisimo attentado ao pudor.

E convenhamos, Mlle., que aquelles paes tinham razão.

Affinal de contas, que é o namorado?

Uma figura provisória na estrada sentimental da vida. (Perdôe, Mlle. esta sentença temerária). Ou fica; consubstancia-se na formula agradável de um noivo, para dentro em pouco tornar-se um companheiro definitivo da vida; ou esgueira-se depois de saciada a sua triste satisfação de ter sido amado.

Neste caso (e são tantos) qual será o papel da namorada que, ingenua ou levianamente, se deixar beijar pelo estróina?

Que ficaria elle pensando della que, numa simples excitação de namoro, consentir logo em dar-lhe uma das provas mais serias das grandes dedicações? No beijo feminino, Mlle., vae grande e perigosa dóse de intimidade, creia. Vae mesmo uma provocação bem pronunciada.

Não, Mlle., *Fon-Fon* é gaiato, é pilhérico, chega a ser mesmo irreverente, mas conhece bem a vida e jamais concorreria com o humor de um conselho, ou a *blague* de um comentário para transformar uma verdade que elle sente e observa, num simples passatempo inoffensivo.

Não, Mlle., *Fon-Fon* não pode estar do lado das namoradas que beijam os namorados. (...).<sup>202</sup>

Embora invista na mudança, com seu tom “gaiato”, “pilérico” e “irreverente”, no que tange aos comportamentos sociais, particularmente o feminino, a *Fon-Fon* é conservadora, moralista e tradicionalista. Sua posição é clara: ao lado das “tradições”, do recato das donzelas, da interdição a qualquer manifestação da sexualidade, jamais “ao lado das namoradas que beijam os namorados”. No namoro, a responsabilidade de “conter os impulsos” caberia à namorada, segundo a velha tradição moralista e sexista, não obstante questionar e ironizar alguns comportamentos significados como antigos. Mesmo que o namoro tivesse transformado-se, era necessário, conforme ensinava o periódico, lembrar as suas leitoras que antigas fronteiras não deveriam ser ultrapassadas e muito menos estavam fora de moda. Particularmente as relativas aos

<sup>202</sup> GUICHET de Informações. *Fon-Fon*. Anno VII, n.02, 11 de janeiro de 1913.

comportamentos sexuais, para não incorrer no “crime”, no atentado “contra o pudor”. O matrimônio, “destino último e incontornável” de toda jovem, é posto em cena. Nesse caso, junto a outro elemento: o das “mulheres honestas” e casadoiras.

O casamento, objetivo, meta e finalidade de toda jovem, é reafirmado nas matérias da *Fon-Fon* como reforço ao comportamento tradicional e em oposição ao comportamento moderno das mulheres. Nesse investimento, ainda o reforço da ameaça de “perdição”, do fantasma da prostituição para aquelas que não se conduzissem junto aos padrões tradicionais sexistas e moralistas de conduta. Margareth Rago, ao evidenciar os códigos de sexualidade que imperavam na capital paulista na passagem do século XIX para o XX, destaca a importância da prostituição enquanto elemento de sociabilidade e, ao mesmo tempo, demarcadora de comportamentos, referencial para a definição da “condição feminina”.<sup>203</sup> Sendo assim,

A construção da prostituição como um fantasma atingia alguns alvos estratégicos precisos: instituía as fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis (...). O ideal da pureza da mãe, que se reforça na passagem do século, (...) tornava necessária a presença imaginária e empírica da meretriz em lugares destinados para liberação das fantasias sexuais, para o desfrute do prazer, para a “descarga” das energias libidinais masculinas, como se acreditava então.<sup>204</sup>

Com efeito, a *Fon-Fon*, embora “irreverente” e “moderna”, também reforça essas distinções, prescrevendo e ensinando suas leitoras a se comportarem de maneira “honesta”, isto é, de acordo com os princípios morais até então vigentes. Que fossem modernas, mas não menosprezassem as regras e interdições interpostas aos comportamentos sociais e sexuais femininos. Caso contrário, afetariam seu destino social: um bom casamento. Afinal, definidas como “sexo frágil”, as mulheres deveriam ser “modernas”, sem colocar, porém, em risco o exercício de sua função primordial – reprodução de rebentos – e de seus papéis tradicionais – cuidados com os filhos, marido e a casa. Aceitava-se a liberação das “mulheres modernas”, mas estabelecia-se novas regras, como a da controlada convivência heterossexual no espaço público, a vigiada livre circulação pelo espaço público e a do diferenciado acesso ao exercício do trabalho remunerado. Não abria-se mão, contudo, das atribuições fundamentais, que

---

<sup>203</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op. Cit. p.25.

<sup>204</sup> Idem. *Ibidem*. p.41.

permaneciam naturalizadas como “próprias” do “belo sexo”, bem como do padrão tradicional de conduta feminina.

As “mulheres modernas” da revista *Fon-Fon* tinham os limites de sua atuação e subjetivação demarcados no âmbito da domesticidade, demarcação que evitaria tornarem-se “mulheres perigosas”, verdadeira ameaça à moral, aos bons costumes, à reprodução da espécie, à organização familiar. A revista participava, assim, do investimento discursivo normalizador do movimento modernizador, com vistas a conter o movimento de emancipação das mulheres. Trata-se de contexto em que, como assinala Diva Muniz, a visibilidade pública das mulheres no mundo do trabalho era movimento perigoso que

precisava ser contido, controlado e mesmo retrocedido, de modo a manter e/ou conduzir as mulheres à domesticidade de seus lares e aos papéis tradicionais de esposa, mãe, educadora dos filhos e administradora da casa. Enfim, mantê-las “resguardadas” dos perigos do “ambiente social moderno, com suas amplas ciências e licenciosidades”.<sup>205</sup>

#### 2.4 – A COMPLEXA “ARTE DE PRENDER MARIDOS”

A análise da *Fon-Fon* revelou-nos a permanência de uma tradição colonial, que conferia significação ao casamento como destino natural e, portanto, incontornável de toda mulher. Fora dele, a única possibilidade legitimada era outro tipo de casamento: com a Igreja, tornar-se religiosa. Ficar solteira, outra possibilidade de fugir àquele destino, era visto como fracasso e não como escolha e “raramente dava, às mulheres que o desejassem, a oportunidade de livrar-se dos papéis domésticos e da vida de família”,<sup>206</sup> e muito menos da vigilância e julgamento por sua situação de “mulher solteira”.<sup>207</sup> Na *Fon-Fon* não foi diferente. Em matéria veiculada em 09 de janeiro de 1909, o final feliz de toda mulher é lembrado e reafirmado, de modo a desacreditar toda e qualquer pretensão feminina de manter-se solteira e fugir de seu destino “natural”:

Quem te viu e quem te vê. Altiva com umas deliciosas independencias sociaes e umas finas comprehensões de vida independente, Mlle. parecia um exemplo justo de rebeldia ás convenções da sociedade.

<sup>205</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mulheres “modernas”, mulheres “perigosas”... Op.cit. p.125.

<sup>206</sup> BESSE, Susan. Op.cit. p.52-53.

<sup>207</sup> Idem. Ibidem. p.53.

Não lhe conheciam namoros, nem “flirts”; em compensação, apontavam-se-lhes amizades solidas e queridas. Repelliu partidos considerados magníficos pelos paes e parentes. Não se casaria, pensavam todos, tanto mais quanto as largas posses paternas, permittam-lhe a desejada liberdade. Foi-se passando o tempo e dizem intimos que, embora em manifestação precoce, na sua linda cabeleira negra, apontaram os tristes luzimentos dos primeiros fios brancos. Mlle. que não é por ahí nenhum peixe pôdre, começou a sentir decidida vocação para... mãe de familia. E muito breve, na Matriz da Candelaria, receberá por seu legitimo esposo, áquelle que ha tanto tempo a requestava e que fizera da diplomacia, o pouso do seu isolamento sentimental. E ambos casam-se por amor e por... necessidade de não envelhecerem... solteiros.<sup>208</sup>

Como se vê, a revista investe na idéia de que seria inútil, desnecessária e desvantajosa qualquer ação de rebeldia ou recusa ao casamento, escapar ao destino assegurado pelas convenções sociais. O tempo se encarregaria de deixar isso evidente, já que seria um grande fracasso permanecer solteira. Até as mais independentes e rebeldes, que lutavam contra o casamento, visto como uma amarra à sua liberdade, cediam, finalmente, a este “destino”, como destacado pela *Fon-Fon*. Além de insistir em uma suposta complementaridade dos sexos, a publicação, em diálogo com o discurso médico-científico do período, constrói esses corpos celibatários como “negação da natureza feminina dentro dos parâmetros sociais da heterossexualidade e da maternidade que definem o ser mulher”.<sup>209</sup>

A *Fon-Fon*, ao significar o casamento como destino último das mulheres e benefício maior a ser conquistado, participa da matriz discursiva que reafirma e naturaliza a idéia de que o corpo é “para as mulheres, o eixo de sua existência social”,<sup>210</sup> legitimadora dos papéis e funções sociais a elas atribuídos, como a reprodução, a maternidade, os cuidados com a casa, filhos, marido. Tal construção remete-nos ao conceito do dispositivo da sexualidade de Foucault, em que o sexo e a sexualidade tornaram-se razão de tudo, centro e chave da vida social. Por meio desse dispositivo, como afirma o filósofo, “os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua

<sup>208</sup> TREPAÇÕES. *Fon-Fon*. Anno III, n.02, 09 de janeiro de 1909.

<sup>209</sup> MAIA, Cláudia. Op.cit. p.51.

<sup>210</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVENS, Cristina Maria & SWAIN, Tânia Navarro (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p.287.

aptidão para ser utilizada”.<sup>211</sup> Para ele, a sexualidade não deve ser concebida como um “dado da natureza”. Antes disso,

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.<sup>212</sup>

Nessa economia, a sexualidade é produzida por um “conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa”,<sup>213</sup> a partir daquelas técnicas, discursos e práticas que produzem a “verdade” do sexo, na tentativa de intensificar o corpo, valorizá-lo como objeto de saber e como “elemento nas relações de poder”.<sup>214</sup>

Segundo Tânia Swain, devido a ação desse dispositivo, somos aprisionados/as em corpos sexuados, além de termos moldado o sexo e o desejo sexual “em torno e além da heterossexualidade reprodutiva”.<sup>215</sup> Na construção desta identidade atrelada ao corpo, por meio do dispositivo da sexualidade, também opera o que a referida autora nomeia de “dispositivo amoroso”. De acordo com a autora:

Nas fendas do dispositivo da sexualidade, as mulheres são “diferentes”, isto é, sua construção em práticas e representações sociais sofre a interferência de um outro dispositivo: *o dispositivo amoroso*. Poder-se ia seguir sua genealogia nos discursos – filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da “verdadeira mulher” e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si.<sup>216</sup>

É o funcionamento destes dispositivos que podemos observar nas páginas da revista *Fon-Fon*. Se o sexo compreende o eixo da vida social e o molde dos corpos e da

<sup>211</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009. p.160-161.

<sup>212</sup> Idem. Ibidem. p. 116-117.

<sup>213</sup> Idem. Ibidem. p.139.

<sup>214</sup> Idem. Ibidem. p.118.

<sup>215</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. Op.cit. p.290.

<sup>216</sup> Idem. Ibidem. p.297.

identidade feminina, o amor é significado como a razão de ser e de viver das mulheres. Significativamente, a *Fon-Fon* investe na construção da imagem da “verdadeira mulher”, com suas qualidades e deveres. Dissemina mesmo uma “receita” da “arte de prender maridos”, qualidade da mulher perfeita, a mulher amorosa, que se despoja de si pelo amor do marido, filhos, família. Tudo em nome do amor.

Mas o que seria “a arte de prender maridos”? Segundo a revista não se trata de lição de moral, mas uma espécie de “cartilha cristã”, que ensinava suas leitoras a “prender maridos”, já que a preferência destes pelos “ares nocturnos do Passeio Público” era culpa delas:

Vós vos queixais, senhoras de vossos maridos, *sem causa provada*, preferem á vida repousada, honesta do lar, os ares nocturnos do Passeio Publico e perigosas adjacencias, incluindo o Concerto Avenida do estimavel Segreto. (...).  
Mas, respeitaveis e gentillissimas senhoras, a culpa é vossa, unicamente vossa.<sup>217</sup>

Responsáveis pelo casamento, às esposas caberia fazer todo o possível – e impossível também – para que seus maridos encontrassem em casa um ambiente de mais pura tranqüilidade. Desse modo, como seres voltados para o exercício da doação e do amor aos outros, a felicidade do lar dependeria única e exclusivamente de suas habilidades, de sua “arte de prender maridos”. A “receita” da felicidade dos lares, dos maridos, filhos e, decorrentemente delas também, era a seguinte:

Quereis ser feliz? quereis ser uma esposa exemplar, digna da gratidão do vosso marido e do alto conceito da sociedade? Attendei. Em um alguidar, que se chama boa vontade, deite-se a melhor somma de paciencia possivel, junte-se-lhe toda a perseverança de que se disponha, mexa-se tudo muito bem até ficar uma pasta harmonica; depois addcione-se-lhe muito bom humor, um pouco de argucia, e regular quantidade de fina condescendencia e leve-se ao fogo, escamando cuidadosamente a preguiça, o egoismo, a indiferença, e guarde-se tudo em lugar que se o tenha à mão a todo instante. Assim está preparada a felicidade domestica.<sup>218</sup>

Como se vê, a felicidade das mulheres, segundo a revista, dependeria, antes de mais nada, da felicidade dos outros. Para as casadas, seria uma decorrência da felicidade do marido, dos filhos, da família. O simples fato de o companheiro por ela ter gratidão a

<sup>217</sup> ARTE de prender maridos. *Fon-Fon*. Anno III, n.32, 07 de agosto de 1909.

<sup>218</sup> PARA a mulher ser feliz. *Fon-Fon*. Anno III, n.01, 01 de janeiro de 1909.

tornaria feliz. Assim, a *Fon-Fon* opera na construção da imagem da “verdadeira mulher”, a que vive em função dos outros, que pratica a renúncia de si em função do outro. Além dos atributos acima apresentados – paciência, perseverança, argúcia, condescendência, bom humor, atenção, disposição – , característicos de uma boa dona-de-casa, também seria necessário que as esposas se portassem como “rainha do lar”. Em outras palavras, era necessário que também se apresentassem sempre elegantes, como recompensa ao marido que chega a casa, após um longo e extenuante dia de trabalho, para que encontrasse em seu lar os mesmos atrativos buscados na rua. Caso contrário,

Que vêdes? Com franqueza dissei-m’o: que vêdes? Uma... uma... é de supôr que mulher, porque veste saias. Mas, será realmente uma mulher? Pelo sexo, afirma-se positivamente: é. Não ha duvida. Mas, esta palavra – mulher – resume tudo. Representa o ser do sexo opposto ao masculino, é a companheira integralisadora do homem, é a sua parte affectiva, a collaboradora da sua obra de reprodução da especie, é a sua aspiração natural, a sua poesia, o seu encanto, o seu consolo moral.

Sendo tudo isso, e mais alguma cousa, ella deve manter a sua proporção intrínseca, quero dizer, deve respeitar a sua razão íntima, a sua razão de ser. De acordo com os meios, habitos e classes, ella tem deveres imprescindíveis.<sup>219</sup>

O ser prendada incluía também a dimensão de “companheira integralisadora” que complementa o homem. Assim, além dos deveres mais domésticos, também os cuidados com a estética, com a aparência. Esse é aspecto ressaltado na *Fon-Fon* para que as leitoras, de fato, possam “prender” maridos, agradá-los sempre. Isto porque, como destaca o cronista,

A senhora que pretende prender o marido, deve comprehender que em casa é que elle tem de a encontrar moça, elegante, distincta, seductora. É imprescindivel que elle a encontre com os attractivos que percebeu em outras, na sua passagem pela rua

E como a variedade é um princípio do deleite, convem que as senhoras saibam ser sempre *novas*, sempre attrahentes, sempre fascinadoras.<sup>220</sup>

Portanto, a “arte” consistia em um verdadeiro exercício de contorcionista: boa dona de casa, boa cuidadora dos filhos, boa companheira e companhia e, além disso, “elegante, distincta, seductora”. A revista ensina que muito tempo deve ser despendido

<sup>219</sup> Idem. Ibidem.

<sup>220</sup> ARTE de prender maridos. *Fon-Fon*. Anno III, n.34, 21 de agosto de 1909.

por suas leitoras para esses cuidados com a aparência, mas, garante: “mantereis o amor dos vossos maridos. E, crede, isso é tudo”.<sup>221</sup> São cuidados necessários porque, como a revista chama a atenção, “esses caprichosos bichos domésticos que as senhoras chamam maridos são mais volúveis que os gatos”.<sup>222</sup>

Pensar, agir e viver em função do outro. Eis o que a *Fon-Fon* defende, ensinando às suas “gentilíssimas leitoras”, as artimanhas da sedução. Mas trata-se de seduzir os maridos sem, contudo, transgredir os padrões de moralidade. Ou seja, ser “voluptuosa sem ser indecente, como falla ao instinto sem desrespeitar a dignidade dos sentimentos”.<sup>223</sup> Nesse jogo de sedução, a importância do vestuário é ressaltada por Gilda de Mello e Souza. Como ela sugere, uma vez que no século XIX a única possibilidade de realização das mulheres estava presente no casamento e a elas não era permitida a iniciativa na escolha de seu parceiro, desenvolve-se, entre o “grupo feminino”

uma curiosa técnica de avanços e recuos, de entregas parciais, um se dar se negando, que é a essência da *coquetterie*. A necessidade de agradar levou-a a empregar “todos os recursos possíveis, desde os mais sutis estímulos espirituais até as mais insistentes exhibições”.<sup>224</sup>

Nesse jogo de “esconde-esconde”, a roupa tem um papel de destaque. Afinal, tratava-se de salientar, chamar a atenção “para cada parte do corpo, mantendo o instinto sexual sempre acessado (...)”,<sup>225</sup> mas dentro dos limites. A arte de se vestir e se adornar é realizada em favor do olhar do outro, daquele que se pretende conquistar. Como sublinha Tânia Swain, no nosso imaginário social, o “amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens”, corpos que se sacrificam “em razão do amor de outrem”.<sup>226</sup> Desse modo, o dispositivo amoroso de que nos fala a autora

cria mulheres e, além disto, dobra seus corpos às injunções da beleza e da sedução, guia seus pensamentos, seus comportamentos na busca de um amor ideal, feito de trocas e emoções, de partilha e cumplicidade. A sexualidade às vezes é até acessória.<sup>227</sup>

<sup>221</sup> ARTE de prender maridos. *Fon-Fon*. Anno III, n.33, 14 de agosto de 1909.

<sup>222</sup> Idem. Ibidem.

<sup>223</sup> Idem. Ibidem.

<sup>224</sup> SOUZA, Gilda de Mello e. op.cit. p.92.

<sup>225</sup> Idem. Ibidem. p.93.

<sup>226</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte o sexo. Op.cit. p.297.

<sup>227</sup> Idem. Ibidem. p.298.



Na “arte de prender maridos”, todo um ideal de vida que, no caso das mulheres, se resumia a viver pelos outros e para os outros, para a manutenção do casamento e da família. Observa-se como, na revista, a modernidade deveria estar intimamente ligada à defesa da família e da honra,<sup>228</sup> da maternidade e dos papéis sociais de gênero. Não por acaso, o “o triunfo da ‘civilização e do progresso’ na esfera pública dependia da ‘salvação’ da família”.<sup>229</sup> A conquista do espaço urbano, portanto, não pode ser traduzida como um relaxamento nas exigências morais. Pelo contrário,

quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho.<sup>230</sup>

Tal ênfase naqueles valores e instituições aponta-nos para seu extremo oposto. Naquele contexto, eram muitas as mulheres que criticavam o casamento, como apontado por Susan Besse. De acordo com a autora, de 1910 a 1940, foram vários os debates, não só entre os homens, mas também entre mulheres acerca da necessidade (ou não) de uma reforma da instituição do casamento. Por isso, “devido ao descontentamento das mulheres, as relações marido-esposa tinham que ser modernizadas, adquirindo pelo menos uma aparência superficial de igualdade e reciprocidade”. Com os questionamentos, substitui-se a lógica das uniões por interesses econômicos ou restrições sociais por um ideal baseado no companheirismo, no amor. Somente isso, para muitos intelectuais da época, seria garantia para casamentos estáveis.<sup>231</sup>

O que é importante salientar é que o grande problema relacionado ao casamento estava no fato de que, aos poucos, o mesmo já não podia mais ser considerado como única opção de vida para as mulheres. Susan Besse destaca que:

o que tornou os casamentos baseados no interesse ou na conveniência (e não no “verdadeiro amor”) inaceitáveis pela sociedade do pós-guerra foi sua instabilidade em face das opções sociais e econômicas em expansão ao dispor das mulheres. A irritação das mulheres quanto às relações conjugais assustava não porque fosse nova (sempre houve

---

<sup>228</sup> CAULFIELD, Sueann. Op.cit. p.109 - 110.

<sup>229</sup> BESSE, Susan. Op.cit. p.63.

<sup>230</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar*. Op.cit. p.63.

<sup>231</sup> BESSE, Susan. Op.cit. p.65.

descontentamento feminino), mas por parecer tão generalizada e tão difícil de conter (...).<sup>232</sup>

Se o casamento não se apresentava, sobretudo a muitas mulheres, como a única opção, apesar de muitos ainda o considerarem como tal, era preciso salientar suas vantagens, benefícios e ressaltar as estratégias que garantiriam o seu sucesso, assunto de que a *Fon-Fon* se incumbia.

Por outro lado, em sua modernidade, a *Fon-Fon* divulgava as novidades, uma delas, a separação conjugal:

(...) parece que a separação conjugal é hoje uma nota *smart* de grande aceitação.

É o que te digo.

Só se ouve fallar em casaes que se separam, em divorcios em andamento, em separações, o diabo.

Ora, tu sabes, que eu me tenho em conta de um civilisado, e no meu entender, todos esses divorcios são obra exclusiva na nossa retumbante Civilisação.(...).

E eu que sou da moda, que tenho mesmo certa cotação na roda chic, que frequento as *prémières*, que já vi a Viuva Alegre, tenho um phonographo, que pretendo ir á inauguração do Municipal e reencetar o curso das quartas-feiras, que frequento as soirées da moda dos cinemas, que chamo os cinemas de *cimas*, e os automoveis de auto, eu que tenho todas estas qualidades ornamentaes de modernismo, eu se fosse casado, separava, só para dar a nota (...).<sup>233</sup>

Se tentador para o sexo masculino, para as mulheres, a posição da revista era, porém, justamente o contrário. Assim, a revista investe discursivamente nos benefícios do casamento, pois as mulheres, consideradas mais sensíveis e frágeis às exigências da moda, seriam as prejudicadas, pois as primeiras a aderir a tal “nota smart”.

Além do perigo do divórcio, outra ameaça à estabilidade e harmonia das famílias, de acordo com a *Fon-Fon*, seria o adultério. Como destaca Margareth Rago, por meio do discurso médico, sugere-se que além da inferioridade biológica das mulheres, haveria em cada uma delas “a existência ameaçadora de uma prostituta”.<sup>234</sup> De acordo com a autora, é evidente nesses argumentos, a lógica da “vulnerabilidade da mulher, suscetível tanto de ser seduzida pelas táticas masculinas, quanto pela própria excitação resultante da agitada vida social da cidade grande”.<sup>235</sup> Assim, os hábitos e

<sup>232</sup> Idem. Ibidem. p.42.

<sup>233</sup> BILHETES á Cora. *Fon-Fon*. Anno III, n.21, 22 de maio de 1909.

<sup>234</sup> RAGO, Margareth. Os prazeres da noite. Op.cit. p.142.

<sup>235</sup> Idem. Ibidem. p.143.

comportamentos ditos como modernos, como os contatos frequentes possibilitados pelo convívio heterossexual nas rodas sociais, clubes, avenidas, enfim, no espaço público, seriam um perigo às mulheres solteiras e casadas, e sobretudo para as famílias, com a dissolução dos costumes.

Tal perigo precisava ser contido. Médicos e juristas, no final do século XIX e no decorrer do século XX, prescreviam que como “as mulheres em geral possuíam um físico débil e um temperamento frágil”, “deveriam estar mais sujeitas à vigilância do que os homens”.<sup>236</sup> Integrando tal matriz discursiva, a *Fon-Fon* procura evidenciar essa dependência e necessidade de vigilância, fundadores da teoria da fraqueza do “belo sexo”, como na coluna que se segue:

*Ella* é o que se chama de um *peixão*. E coincidência curiosa, é uma eximia nadadora. (...).

Mas vamos ao facto.

*Ella* é casada, ou antes, era. Separou-se do marido por causa de um diplomata que lhe cahiu no gosto. O idyllo começou no banho de mar e acabou num chaletsinho escondido sob florida trepadeira, em bairro affastado.

Quando digo acabou, digo bem, porque no fim de um mez e pouco ella achou o diplomata inferior ao marido (em que, não se sabe) e tratou de voltar para a companhia do esposo que alias, como profundo philosopho, passou uma esponja sobre o passado.

Ha dias *ella* tomava banho, de manhã cedo no lugar de costume e um banhista ao corrente do que se dera, disse-me ao ouvido:

- *Ella* gaba-se de ser de um aceio unico, tomando tres a quatro banhos por dia. Isto é quanto ao aceio physico. Mas, diz-me cá uma cousa, quantos banhos teria ella que tomar para lavar a nodoa moral?

Por acaso, notei então que *ella*, dentro d’agua (no seu elemento, como ela diz) flirtava com um sujeito extraordinariamente louro.

E convenci-me que na sua vida ha dois elementos que se contrabalançam, a agua e... o fogo.<sup>237</sup>

No artigo, assim como em vários outros da *Fon-Fon*, insiste-se na idéia de inconstância, volubilidade, instabilidades das mulheres, o que justificaria a exigência imposta a elas de maior vigilância de pais, irmãos e maridos. Aqueles significados são reforçados pelas imagens de “eternas degeneradas”, “pecadoras natas”, em razão de sua biologia, da tendência natural para o erro. Os malefícios dessa “tendência” são ressaltados nos artigos da *Fon-Fon*, de modo a construir a imagem “desviante” e “perigosa” da mulher moderna e, sobretudo, a punição a que faz jus:

<sup>236</sup> Idem. Ibidem. p.145.

<sup>237</sup> NOTA Indiscreta. *Fon-Fon*. Anno VI, n.09, 02 de março de 1912.

Isto foi á um anno.

Encontraram-se na elegancia de uma recepção mundana. Elle voltara das civilisações européas, com o conhecimento completo da sciencia do *flirt*. Ella na apothese dos seus trinta annos loiros e sadios deixara-se seduzir pelo encanto suave daquela palestra. E estabeleceu-se logo a delicia de um *flirt*, que foi aos poucos tomando as proporções inesperadas de uma paixão violenta... da parte della.

Isto foi á um anno. Sem escandalo, sem fallatorios, ella deixou a casa farta e chic do marido e azulou com elle. O marido aceitou o facto consumado e começou a fazer vida nocturna em clubs e theatros. Dos dois ninguem mais fallou...

Vimol-a hontem, por acaso, em uma rua de arrabalde, lá para os lados da Tijuca, onde ficava a sua residencia.

Santo Deus! Que ruina! Que descalbro! E era tão linda. Elle, mezes depois, farto e satisfeito pela realização do seu capricho, abandonara-a em uma pequena casa modesta dos subúrbios.

Que ruina.<sup>238</sup>

Deve-se destacar que, como nos lembra Margareth Rago, esses discursos que propunham um maior controle sobre as mulheres se tornam mais recorrentes em um momento em que elas passaram “a participar mais intensamente no âmbito da vida pública, batalhando para ingressar no mercado de trabalho, assim como para ter reconhecidos seus direitos de cidadania”.<sup>239</sup>

## 2.5 – A AMEAÇA DOS FEMINISMOS: A MODA DAS SAIAS-CALÇÃO

Michelle Perrot ressalta que, “em uma sociedade globalmente dominada pelo poder masculino, as mulheres exerceram, entretanto, todo o poder possível”.<sup>240</sup> Ocuparam as posições e os cargos que lhe eram possíveis, à custa de muitas lutas, disputas e combates. Segundo aquela autora, trata-se de luta que exigiu delas coragem e engenhosidade, pois ao utilizarem “os espaços e as tarefas que lhe eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes”.<sup>241</sup>

A moda foi uma das estratégias de luta encontradas por muitas mulheres para subverter representações/imagens que informavam comportamentos e papéis femininos. Não é a toa que, durante o ano de 1911 o uso das *jupe-culottes* (saia-calção) causou

<sup>238</sup> TREPAÇÕES. *Fon-Fon*. Anno III, n.19, 08 de maio de 1909.

<sup>239</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op.cit. p.146.

<sup>240</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Op.cit. p.273.

<sup>241</sup> Idem. *Ibidem*.

tanta polêmica, discussões e reações calorosas nas páginas da revista *Fon-Fon*. O uso das saias-calção, como eram chamadas, dividia a opinião pública e foi identificado com a modernidade e o feminismo. Daí seu uso ter sido combatido por muitos colaboradores da *Fon-Fon* e também defendido por alguns deles, um número bem reduzido, dividindo opiniões. Segundo matéria de 11 de março de 1911, tal moda possibilitou a entrada do feminismo no *toilette*:

Temol-a travada, a grande luta entre a Moda, sua Magestade a Moda que, absoluta, dictatorial, impõe e não admite replicas e as suas subditas fieis, cuja fidelidade, entretanto, agora, parece não querer ter a mesma mansidão de sempre, a mesma passividade com que então obedecia e cumpria.(...)

Como os senhores já devem ter desconfiado, nos referimos á questão que agora se agita em algumas das principaes cidades da Europa da moda *dernier-cri* dos calções, os amplos e elegantes calções, especie de bombachas, como as usam os gaúchos, que devem ou, pelo menos, que a Moda, a imperativa Moda quer que venha substituir os vestidos. O lindo sexo a que quase essa imposição é feita está indeciso em aceitar essa reforma, que será, talvez, o primeiro passo para a entrada do feminismo na *toilette*, assemelhando, assim, a mulher ao homem, tambem pelo aspectu.<sup>242</sup>

Mais do que uma indecisão estética, em que estas mulheres teriam que optar por aderir ou não a mais um “capricho” de “sua majestade” a Moda, o impasse estava centrado na adesão as idéias e lutas do feminismo. Portanto, tal traje não era destinado a todas as mulheres, mas caberia a poucas e corajosas integrantes do “belo sexo” usá-lo, como defende a *Fon-Fon*:

Modernamente, a pantalonas é um traje que se impõe á mulher; o feminismo assim o exige. Medicas, advogadas, pharmaceuticas, aviadoras, estafetas de saias, são antagonismos que offendem o bom-senso. A saia é para o padre e o frade, que abdicam do seu sexo; ou para as amas de leite, e as respeitáveis matronas que têm a sagrada missão de povoar o mundo. As feministas, essas, devem andar de pantalonas, mesmo porque precisam se metter, ás vezes, em calças pardas, que podem ser preferiveis ás camisas de onze varas.<sup>243</sup>

Se assemelhar, de algum modo, ao sexo oposto é, primeiramente, adotar seu vestuário. Por isso, àquelas mulheres que já haviam conquistado profissões até então masculinas era digno e de bom senso o uso das *jupe-cullotes*. Caso contrário, quanto

<sup>242</sup> INDECISÃO e calções. *Fon-Fon*. *Fon-Fon*. Anno V, n.10, 11 de março de 1911.

<sup>243</sup> JUPES culottes, jupes pantalonas... *Fon-Fon*. Anno V, n.10, 11 de março de 1911.

mais próximo dos atributos ditos como “naturais” do feminino, principalmente a maternidade, não era condizente tal vestimenta. Como atenta Gilda de Mello e Souza, a moda não se resume somente ao adorno do corpo, seus elementos estéticos, mas sobremaneira às distinções sociais. Além dessas distinções, uma de grande destaque é a sexual, que acentua um conjunto de diferenças percebidas e molda os corpos em masculino/feminino.<sup>244</sup> Esse antagonismo, segundo a autora, torna-se mais evidente no início do século XIX, como já afirmamos anteriormente.

A roupa, de acordo com a análise da referida autora, expressaria, inclusive, as funções sociais estabelecidas para cada sexo. Deste modo, aos homens, senhores do espaço público e do mundo do trabalho, a sobriedade das cores e as formas simples, tendo seu traje se tornado quase que um uniforme.<sup>245</sup> Às mulheres, pelo contrário, “passada a voga da simplicidade”, da primeira metade do século XIX, em que anáguas e espartilhos foram abolidas, lançam-se, novamente, “numa complicação de rendas, bordados e fitas (...)”.<sup>246</sup> Não devemos nos esquecer que, como salienta a autora, a roupa feminina tinha uma função ornamental e funcionava como uma arma de sedução. Em outras palavras, para “a mulher a beleza, para o homem o despojamento completo”.<sup>247</sup>

Contudo, na segunda metade do XIX, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, um problema se apresenta quanto ao vestuário destas. Se com o decorrer dos séculos, devido a sua carreira, os homens investiram na austeridade das roupas, como ficariam as mulheres? Seria possível que, com sua entrada na esfera pública a mesma lógica do vestuário prevalecesse? Gilda de Mello e Souza levanta uma questão interessante:

A carreira, privativa do homem e compreendida, como vimos, em termos de austeridade do traje, obrigava-a a desinteressar-se do adorno e renunciar ao comportamento narcísico, como as governantes já o tinham feito e como o vão fazer as “sufragettes”. Mas não se desiste impunemente de velhos hábitos que anos de vida bloqueada desenvolveram como uma segunda natureza. E lançando-se no áspero mundo dos homens, a mulher viu-se dilacerada entre dois pólos, vivendo simultaneamente em dois mundos, com duas ordens diversas de valores. Para viver dentro da profissão adaptou-se à mentalidade masculina da eficiência e do despojamento, copiando os hábitos do grupo dominante, a sua maneira de vestir, desgostando-se com tudo aquilo que, por ser característico de seu sexo, surgia como símbolo de

---

<sup>244</sup> SOUZA, Gilda de Mello e. Op.cit p.55.

<sup>245</sup> Idem. Ibidem.p.64.

<sup>246</sup> Idem. Ibidem. p.60.

<sup>247</sup> Idem. Ibidem. p.72.

inferioridade: o brilho dos vestidos, a graça dos movimentos, o ondulado do corpo. E se na profissão era sempre olhada um pouco como um amador, dentro de seu grupo, onde os valores ainda se relacionavam com a arte de seduzir, representava um verdadeiro fracasso.<sup>248</sup>

Deste modo, para a autora, uma das primeiras formas de subverter os papéis sociais e os atributos ditos “naturais” do “belo sexo” seria, portanto, por meio da exterioridade, da moda. Os trajes, como ela salienta, demarcam as diferenças percebidas e construídas entre os sexos, além de

todo um conjunto de diferenças acentua através da roupa as características sexuais, modula de modo diferente a voz da mulher, produz um vagar maior dos movimentos, um jeito de cabeça mais langue sobre os ombros.<sup>249</sup>

Enfim, molda corpos em feminino. A autora nos oferece uma possibilidade interessante de análise para o espaço concedido à discussão do uso das *jupe-culottes* pelas cariocas no ano de 1911 na revista *Fon-Fon*. Permite-nos pensar a relação tão temida que os cronistas estabeleceram entre a utilização de tal traje e o feminismo. Ao contrário dos vestidos, que salientavam as curvas femininas para o deleite dos observadores e funcionavam como um artifício de sedução, as *jupes-culottes* – as saias-calção – se aproximavam em demasia do vestuário masculino, logo, do domínio público, pois ligado à eficiência do mundo do trabalho. Enfim, o uso da *jupe-culottes* era um primeiro passo – por meio do traje, da exterioridade – para se assemelhar, de algum modo às funções consideradas eminentemente masculinas. Destaca o outro viés da moda dos calções. O feminismo e sua luta por direitos de educação e participação política é reduzido, na leitura dos articulistas da *Fon-Fon* à moda e aos modismos das *jupe-culottes*. As feministas até poderiam fazer uso dessa moda prática, mas sua atuação e objetivos ultrapassaram esse estreito limite.

O temor relativo ao feminismo fica evidente nas páginas da *Fon-Fon*, seja por meio dos textos ou das charges publicadas. Constrói-se discursivamente o perigo de uma verdadeira “revolução”, em que as “mulheres modernas” se empenhavam em inverter a ordem, procuravam se apoderar de papéis que não lhe pertenciam, que não eram “naturais” ao “belo sexo”, ameaçando a ordem patriarcal, burguesa e misógina.

---

<sup>248</sup> Idem. Ibidem. p.106-107.

<sup>249</sup> Idem. Ibidem. p.55.



Figura 04 – Charges publicadas em 1911 e 1913, respectivamente.

Nos quadros destacados, satiriza-se a inversão dos papéis, os novos trajés e comportamentos das “mulheres modernas”. Aqui, o uso de calças, tão debatido e criticado, aliado ao hábito de beber, considerado até então masculino, são colocados em evidência, em situações caricatas no recurso satírico dos quadrinhos de humor.

Assim, na leitura da revista, posicionar-se contra ou a favor de tal traje era ser solidário/a ou contrário/a ao feminismo, ao avanço das mulheres no espaço público, às conquistas de novas funções, enfim, era concordar/discordar da igualdade entre os sexos. Este temor pode ser percebido na fala de um dos colaboradores:

Medeiros e Albuquerque, que delicia os leitores da “Notícia” com a sua secção “De longe”, commentando tudo o que se passa na Europa, prophetisa que d’aqui a uns tres mezes, no maximo, as *jupes-culottes* estarão em plena voga.(...)

A unica cousa que me preocupa nesta questão da jupe-culotte, é se ella não é um ardil do infatigável feminismo!

O que se esconderá sob essa pretendida evolução da moda?

A mulher, desde tempos immemoriaes quer dominar o homem e é sabido que muitas senhoras em casa, são as que levam as calças.

Imaginem como ficarão essas senhoras com o uso da *jupe-culotte!*

Estou a ver os homens enfiados em verdadeiras calças... pardas!<sup>250</sup>

Nesse sentido, a moda de *jupe-culottes* era percebida como uma inversão da ordem, da tradição no que tange a alguns papéis e comportamentos femininos. Um estado de coisas que já parecia estar de ponta-cabeça, com as mudanças introduzidas pela modernização, uma delas, quanto aos papéis/comportamentos sociais. Afinal,

<sup>250</sup> PEQUENAS notas. *Fon-Fon*. Anno V, n.11, 18 de março de 1911.



muitas mulheres já tinham a última palavra em casa, trabalhavam fora, transitavam livremente pelo espaço público, freqüentavam bares, restaurantes, teatros, enfim, venciam, assim como também haviam se modernizado, tal como a cidade do Rio de Janeiro. Tais mudanças ameaçavam, daí as matérias na *Fon-Fon* fazendo a crítica e alertando quanto aos perigos dessa modernização.

Como nos chama a atenção Susan Besse, definir o que era ser “feminista” no Brasil, no final da década de 1910 até 1940 ainda era difícil. Para a autora,

As que se definiam como feministas iam desde “feministas católicas”, que pregavam que “sem Deus, Pátria, Honra e Família não há feminismo possível”, até as mulheres profissionais solteiras que buscavam modelos na Europa e nos Estados Unidos e consideravam que o emprego assalariado era o pré-requisito mais essencial para a emancipação feminina. Além dessas, muitas mulheres, que os outros rotulavam como “feministas anarquistas libertárias”, rejeitavam totalmente o rótulo de “feminismo”, que acusavam de ser “burguês”.<sup>251</sup>

Se existiam dificuldades para definir o “ser feminista”, mais difícil ainda era caracterizar os feminismos. Entretanto, Besse salienta que, para tal período pode-se pensar em duas vertentes desses movimentos, duas “tradições” distintas: a individualista, que defendia e priorizava os direitos iguais e autonomia; e a relacional, que enfatizava os direitos “das mulheres *como mulheres*”, priorizando a maternidade. No Brasil, a segunda obteve maior sucesso entre as feministas,<sup>252</sup> o que evidencia a força instauradora da representação da maternidade como função incontornável de toda mulher.

Na *Fon-Fon*, o ataque era destinado àquelas que defendiam direitos iguais e maior liberdade para as mulheres. Ou seja, a revista construiu discursivamente o que seria o feminismo no Brasil, denunciando-o como uma ameaça e combatendo-a. Como Susan Besse evidencia, a imprensa, de um modo geral, foi a grande responsável pela difusão e vulgarização do feminismo, restringindo sua compreensão e aceitação. Deste modo,

Ao popularizar a idéia do feminismo, a imprensa banalizava sua seriedade e distorcia seu significado. A mensagem transmitida era a de que ser feminista significava ser moderna e estar na moda; não era necessária nenhuma transformação fundamental da consciência. Além

<sup>251</sup> BESSE, Susan. Op.cit.p.182.

<sup>252</sup> Idem. Ibidem. p.274.

disso, o ridículo era usado largamente para intimidar as mulheres e, com isso, manter o feminismo dentro de limites aceitáveis. As mulheres que eram ousadas a ponto de usurpar o que se considerava serem papéis masculinos eram seguidamente humilhadas e ridicularizadas como aberrações sexuais – “canhões” feios desprovidos de encantos femininos.<sup>253</sup>

Assim, as representações e significados construídos sobre tal movimento na *Fon-Fon* encontram-se abrigados na análise de Besse. É identificado enquanto um conjunto de propostas vazias e sem cabimento, que ficariam restritos à exterioridade, como no caso da moda das *jupe-culottes*. Nesse sentido, associar tal vestimenta ao feminismo, além de evidenciar o temor de uma inversão da ordem e dos papéis sociais, implica, sobretudo, em menosprezar, minimizar e ridicularizar as ações feministas.

Significações que podem ser apreendidas nas imagens/textos da coluna “Perfis Internacionais”, em que qualquer situação – mulheres aviadoras, escafandristas, políticas, escritoras – , enfim, todas as questões que seriam “marginal para o problema da emancipação das mulheres” e sua discussão, são identificadas como “vitórias do feminismo”.<sup>254</sup> Afinal de contas, para o periódico, “a título de sport original, para as senhoras milionárias, o suffragismo também pode ser admitido”.<sup>255</sup>

A revista, em sua crítica e ridicularização do movimento, como visto anteriormente, propõe um outro tipo de feminismo; o da “eterna fragilidade”, significada por aquela como a “Força”:

Não o feminismo doutrina, não o feminismo demagogia, não o feminismo mulher-homem, arengadôra, masculinizada, apagando a graça, desfazendo o encanto e suprimindo essa eterna *fragilidade* que, afinal, é essa eterna, essa gloriosa, essa triumphadôra **Força** cujo jugo dominador nos é tão agradável, tão consolador, tão preciso. É esse feminismo que *Fon-Fon* proclama e que *Fon-Fon* saúda! (...) Isso sim! Isso é bem feminino, digna, delicada, encantadôramente feminino e esse é o unico, o verdadeiro *feminismo* vencedor, escravizando os homens e dominando o mundo. Ave! Femina!<sup>256</sup>

Dessa forma, a revista construía e reforçava a partilha desigual de gênero, desqualificando as lutas, as idéias e as ações feministas e seu movimento pela igualdade de direitos, pela supressão daquela desigualdade.

<sup>253</sup> Idem. Ibidem. p.214.

<sup>254</sup> Idem. Ibidem.p.214.

<sup>255</sup> PERFIS Internacionais. *Fon-Fon*. Anno IV, n. 31, 30 de julho de 1910.

<sup>256</sup> AVE! Femina! *Fon-Fon*. Anno II, n.15, 18 de julho de 1908.

Mas, e os pseudônimos femininos que escreveram na publicação? Como eles se posicionam? Estes escritos oferecem novas compreensões e questionamentos das hierarquias e papéis de gênero ou, contrariamente, reforçam estas e outras representações observadas na *Fon-Fon*? De outro modo, estes escritos assinados por pseudônimos femininos apresentam as mulheres como sujeitos do discurso? São estes questionamentos que procuramos responder no próximo capítulo.

### CAPÍTULO III

#### **“CADERNETA MUNDANA DE UMA PARISIENSE”: PARADOXOS DA SUBJETIVIDADE FEMININA**

Vimos até aqui a construção do feminino moderno segundo o modelo veiculado pela *Fon-Fon*. Nela, a criação e reafirmação de papéis e funções do feminino diante do masculino, reafirmando as hierarquias de gênero na sociedade carioca e brasileira das primeiras décadas do século XX. No modelo desenhado, algumas possibilidades de espaço e de fala para as mulheres, haja vista a criação de seções/colunas às colaborações de mulheres. Assim, por exemplo, aquelas destinadas às caricaturas de Nair de Teffé, que assinava com o pseudônimo de Rian, na seção “Galeria das Elegâncias”, aos concursos literários que organizava e nos quais muitas leitoras participavam e ainda às colunas fixas, como a “Carnet mondain d’une parisienne”, que priorizamos para análise nesse capítulo.

Interessa-nos investigar, nessa colaboração, as posições de sujeito reconhecidas às mulheres, autoras, ou pseudonimamente autoras das matérias. O fato de ter uma autora, ou um pseudônimo feminino, já demarca uma diferença, possibilita-nos pensar em mudanças quanto aos papéis e posições. O questionamento central é se a condição de colaboradora subverte as representações presentes no imaginário social ou se ela as reforça, como feito pelo periódico ao longo dos anos aqui analisados. Enfim, se o discurso é elaborado a partir de uma posição feminina, se evidencia as mulheres como sujeitos históricos, com direito a espaços e lugares de fala. Ou, ao contrário, se permanecem assujeitadas aos lugares de fala masculino, reafirmando a inferioridade do feminino diante daquele, ressaltando características consideradas como parte integrante do sexo feminino: inconstância, fragilidade, superficialidade, futilidade. Ou seja, como as autoras falam? Como sujeitos históricos, políticos ou como assujeitadas à ordem patriarcal? São essas questões que norteiam nossa análise da coluna “Carnet Mondain d’une Parisienne”.

#### 3.1 – “A FABRICAÇÃO DE SI”

A “Carnet Mondain d’une Parisienne” aparece nas páginas da *Fon-Fon* de 1910 a 1912, tendo sido encerrada em janeiro deste último, sob a justificativa de que sua autora estaria “em vespas de fazer uma viagem a Europa”, o que impedia a continuidade de sua colaboração.<sup>257</sup> Independente das motivações que levaram ao fim da coluna, é importante ressaltar que, em forma de crônicas, nossa parisiense escrevia sobre os mais diferentes assuntos, desde etiqueta, artes e eventos da alta sociedade carioca até impressões sobre o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro.

Como anteriormente afirmado, não nos interessa investigar a autoria, a veracidade ou não da identidade da “parisiense” que assina a coluna “Carnet Mondain d’une Parisienne”, se é autora ou autor, se é parisiense ou brasileira. Interessa-nos o “nós” coletivo que envolve a autoria, as condições de produção de tal discurso. Trata-se de uma revista ilustrada, dirigida ao público carioca e brasileiro da *belle époque*, público, esse, pensado e interpelado a partir da divisão binária de gênero. Ao segmento feminino desse público é direcionada a referida coluna, se bem que sua leitura possa ter sido feita também pelo público masculino, assim como várias outras. Nas crônicas dessa coluna, o investimento na construção de um feminino moderno, civilizado, à moda francesa. Concomitantemente a esse modelo de feminino e de mulher, também o de uma sociedade/cidade modernas.

A coluna surgiu pela primeira vez nas páginas da revista no dia 22 de outubro de 1910 e era anunciada com grande entusiasmo pelos colaboradores:

*Fon-Fon*, na sua qualidade de revista mundana, tem certeza de que a nova secção terá os suffragios dos seus leitores e principalmente das leitoras.

Escrepta n’uma lingua familiar a todos aquelles que folheiam esta revista e n’um estylo leve e gracioso, o *Carnet mondain* ha de ser forçosamente bem acolhido.

A nova collaboradora virá com a applaudida caricaturista Mlle. Nair de Teffé, tornar o *Fon-Fon* cada vez mais interessante.<sup>258</sup>

Trata-se de coluna que, como o cronista anuncia, era destinada, principalmente, às leitoras do periódico, tanto pelos assuntos ali tratados, quanto pelos textos em estilo “leve e gracioso”, considerados próprios do “sexo frágil”. Além da tentativa de criação, aproximação e ampliação do público leitor feminino, a contribuição das integrantes do “belo sexo” conferia à publicação o viés “interessante” e moderno. Moderna pela

<sup>257</sup> CARNET mondain d’une parisienne. *Fon-Fon*. Anno VI, n.02, 13 de janeiro de 1912.

<sup>258</sup> CARNET mondain d’une parisienne. *Fon-Fon*. Anno IV, n.43, 22 de outubro de 1910.

participação de uma mulher, de uma mulher escritora e, ainda, mas principalmente, pelo idioma em que tal coluna era escrita: o francês.

Desde o século XIX, o francês era considerado um idioma-símbolo de “civilidade”, de elegância. Como afirmamos anteriormente, Paris era referência tanto na moda como nos modos, desde o século XIX, não ocorrendo, portanto, mudança quanto a esse referente com a mudança do regime monárquico para o republicano. Como ressalta Diva Muniz, em análise sobre os comportamentos no século XIX, nos projetos familiares de ascensão social, era fundamental a exibição social das filhas quanto ao desembaraço no exercício das regras de etiqueta social, à proficiência em falar o francês e à destreza em tocar piano.<sup>259</sup> Como a autora chama a atenção, nos estratos médios e superiores da sociedade, tais atributos eram vistos como indispensáveis no “mercado matrimonial”.<sup>260</sup> Ser uma “jovem prendada” exigia das moças solteiras a aprendizagem não somente de cuidados com lar e com os filhos, como também “de comportar-se em público, de conviver de maneira polida, educada, recatada e distinta”.<sup>261</sup> Tais modos e habilidades eram aprendidos, primeiramente em casa, com a mãe, para que fossem refinados posteriormente, seja com preceptoras ou, principalmente, com as professoras nos colégios.<sup>262</sup>

Ser uma “jovem prendada” era condição importante para assumir o destino que lhe estava reservado pela sua condição de gênero: o casamento.<sup>263</sup> As jovens eram, assim, educadas para “assumirem, futuramente, o trono de um reino que lhes estava assim predestinado”.<sup>264</sup> A *Fon-Fon* reforçava, assim, a importância destes na “modernidade” do século XX. Para tal, contava, inclusive com uma legítima francesa, representante máxima da “civilização”, para ensinar suas leitoras as regras de como comportar-se em sociedade.

Nesse sentido, diferentemente de outros espaços da revista, em que apareciam seções assinadas por pseudônimos femininos, em que a autoria quase nunca era revelada, a “Carnet”, para ter maior legitimidade, logo teve sua distinta autora apresentada ao público. O nome da autora que escrevia a coluna tão apreciada pelos leitores e leitoras foi exibido com destaque, juntamente com uma fotografia: tratava-se da francesa Mme. Laurence Elie Bloch. Expor sua identidade tornava seu discurso

---

<sup>259</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O tom do “Bom-tom”. Op. cit. p.67.

<sup>260</sup> Idem. Ibidem.

<sup>261</sup> Idem. Ibidem.

<sup>262</sup> Idem. Ibidem.

<sup>263</sup> Idem. Ibidem.

<sup>264</sup> Idem. Ibidem.

autorizado, isto é, conferia poder, autoridade sobre tudo o que era escrito por esta senhora para as “mulheres modernas”. Afinal, tratava-se de legítima francesa, representante de tudo que havia de mais moderno e civilizado em termos de conduta social, já que exímia conhecedora das altas rodas mundanas, da etiqueta e dos “bons costumes”, enfim, de tudo o que fosse mais adiantado em matéria de modas e modos.



Figura 05 – A *Fon-Fon* apresenta aos seus leitores a “parisiense”, Mme. Laurence Bloch, autora do “*Carnet Mondain d'une Parisienne*”. 20 de maio de 1911

Como nos lembra Eni Orlandi, “o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”.<sup>265</sup> Ou seja, a autora francesa tem seu lugar de fala assegurado, pois tratava-se de uma autêntica representante da mais alta “civilização” a escrever às *madames* e *mademoiselles* do Brasil. O recurso de um lugar de escrita para uma mulher francesa, parisiense, conferia autoridade ao periódico para falar de moda e modos, isto é, de comportamentos femininos modernos, assegura-lhe legitimidade, poder para falar sobre

<sup>265</sup> ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Op. cit. p.39.

algo. Tal recurso é, no discurso, aquilo que Orlandi denomina como “relações de força”, ou seja,

Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.<sup>266</sup>

Autoridade construída no e pelo discurso, que confere saber e concede poder ao sujeito que fala. Como argumenta Orlandi, trata-se de processo de subjetivação<sup>267</sup> em que o indivíduo se constrói sujeito e é, ao mesmo tempo, discursivamente assujeitado:

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.<sup>268</sup>

Segundo a autora, o indivíduo se constitui, é produzido em sujeito de e sujeito à na e pela linguagem, ao contrário da idéia de que somos sempre “já sujeitos”.<sup>269</sup> Nessa mesma direção reflete Marilda Ionta, ao argumentar que a noção de subjetividade pode ser compreendida como “morada”, sempre provisória. Nesse sentido, “não está associada à interioridade/essência do ser, mas a uma noção processual”, uma permanente construção, uma “fabricação de si” no e pelo discurso.<sup>270</sup> A produção de sujeitos ocorre tanto pelas “instituições sociais que (con)formam os indivíduos”<sup>271</sup>, por meio de dispositivos de saber e poder, como pela “autonomia e liberdade na fabricação de si”.<sup>272</sup> Ou seja, reportando-nos as palavras de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, os processos de objetivação ocorrem tanto na “sujeição, da tecnologia da produção de sujeitos, de corpos dóceis” bem naqueles “da subjetivação, da construção de espaços de

<sup>266</sup> Idem. Ibidem. p.39-40.

<sup>267</sup> Idem. Ibidem. p.21.

<sup>268</sup> Idem. Ibidem. p.48-49.

<sup>269</sup> Idem. Ibidem. p.46.

<sup>270</sup> IONTA, Marilda. *As cores da amizade: cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. p.135.

<sup>271</sup> Idem. Ibidem. p.137.

<sup>272</sup> Idem. Ibidem. p.136.



liberdade, em que os sujeitos constituem a si mesmos, de práticas que resistem os códigos, que os deformam”.<sup>273</sup>

Nessa perspectiva é que pensamos a revista *Fon-Fon* e suas autoras/colaboradoras e até mesmo seu público leitor formado por mulheres. Elas são interpeladas e constituídas também por força desse discurso de imprensa que as constitui, ao lado de outras múltiplas experiências e relações sociais, como sujeitos de e também assujeitados à. São, como indivíduos, conformadas a modelos de mulher e do feminino pela ação de diferentes práticas discursivas e não discursivas, sendo a *Fon-Fon*, com sua coluna e seções femininas, uma delas. Mas, em seu processo de subjetivação, cada uma delas também responde pela “fabricação de si”, com relativa autonomia e liberdade, como sujeitos políticos, históricos, com espaços e lugares de fala. Resistindo, deformando, modificando, ressemantizando, ressignificando códigos/idéias/valores/papéis/prescrições, cada autora/leitora/indivíduo se constitui na linguagem e na história.

A subjetividade pode ser assim compreendida como uma “morada”, em que “estamos frequentemente em algum lugar”,<sup>274</sup> pois este lugar construído e habitado pelo indivíduo/sujeito é sempre móvel, fluido, instável. Daí, a necessidade de apontar “não para ‘o que somos’, mas para ‘quem somos’”,<sup>275</sup> em determinado momento e espaço. Como atenta Rosa Fischer,

a cada fala minha posiciono-me distintamente, porque estou falando ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, modos de existir, dentro dos quais me situo, deixando-me ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade.<sup>276</sup>

Na revista analisada, os autores ocupam essa morada, sempre provisória. O caso da autora francesa não é diferente. Ela se posiciona como mulher, francesa, conhecedora dos “bons costumes” e da “civilização” e, por isso, autorizada a fazer críticas e oferecer conselhos às leitoras da publicação, ou seja, sem interditos. São recorrentes expressões que incluem seu lugar de fala, seu saber e seu poder, tais como “Tous les ages et toutes les civilisations ont eu leurs chants. Mais seule, la France, a eu *la Chanson*”.<sup>277</sup>

<sup>273</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Op.cit. p.128.

<sup>274</sup> IONTA, Marilda. Op. cit. p.135.

<sup>275</sup> Idem. Ibidem. p.133.

<sup>276</sup> FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.114, nov. 2001. p.208.

<sup>277</sup> “Todas as épocas e todas as civilizações tiveram seus cantos. Mas, somente a França teve a *Canção*.”

Também, na mesma posição, sua referência à inauguração de uma loja no Rio de Janeiro, a *Parc Royal*, quando os leitores observarão que “elle va vous paraitre décrire un établissement parisien et cependant elle ne vous mène qu’à deux pas de chez vous...”.<sup>278</sup> Não por acaso, a autora assina seus escritos com a expressão *une parisienne*, construindo e realimentando uma memória, a que lembra aos leitores e leitoras sua procedência e, portanto, sua autoridade e legitimidade em falar sobre moda e modos modernos e civilizados.

### 3.2 – EM BUSCA DA AUTORIA FEMININA

Ao mesmo tempo em que constrói uma imagem sobre si, a colaboradora também constrói sua coluna como um espaço aberto, um local de confidências. Confidências de alguém que se apresenta como uma exilada em terra estrangeira, que se propõe a escrever “notas mundanas”, espaço criado para a revista ensinar o que defende como o correto comportamento feminino moderno. Nessa tarefa, a identificação como estrangeira que olha de cima e por cima a sociedade e a cidade carioca e, por isso mesmo, reconhece-se como a pessoa abalizada, autorizada para falar/receitar regras de comportamentos femininos, pois, afinal, adotou a cidade e foi por ela adotada:

Depuis un an que je te connais Rio, que d’heures semblables je te dois!  
 Oui, il y a un na à peine, je prononçais le mot Rio avec, dans la voix, les intonations monotones d’une écolière qui recite. Aujourd’hui les deux petites syllables qui emplissent ce nom me sont devenues si expressives que j’aime à lês employer comme un cri d’extase.  
 (...) Je le sais, des voix plus autorisées que la mienne l’ont chanté (...).  
 Mais, le plus privilégié est l’exilé: il a dit à l’indigène “que ton pays est beau, laisse mes pas errants sy reposer”.  
 E l’indigène a répondu:  
 “Pourquoi seulement te reposer? demeure, Frère”.  
 Et pour vous raconter, mots sacrés qui font bénir une nation.<sup>279</sup>

---

CARNET mondain d’une parisienne: La chanson française. *Fon-Fon*. Anno V, n.28, 15 de julho de 1911. Tradução livre.

<sup>278</sup> “(...) ela vai vos descrever uma loja parisiense, e, no entanto, ela só vos levará a dois passos das vossas casas.” CARNET mondain d’une parisienne: Un bel effort. *Fon-Fon*. Anno V, n.12, 25 de março de 1911.

<sup>279</sup> “Há um ano conheço o Rio, que horas semelhantes te devo! / Sim, há um ano apenas, pronunciei a palavra Rio, na voz, as entonações monótonas de uma escolar que recita. Hoje, as duas pequenas sílabas que enchem este nome tornaram-se tão expressivas que amo empregá-las como um grito de arrebatamento. / (...) Sei-o, vozes mais autorizadas que a minha a tem cantado (...). / Mas, o mais privilegiado é o exilado: ele fala ao indígena ‘Como teu país é bonito, deixe meus passos errantes lá descansar’. / E o indígena o responde: / ‘Porque somente descansar-te? Permaneça, irmão’. / E para contá-

Ao ressaltar as belezas da terra que a acolheu e que lhe proporciona bons momentos, a autora recorre ao recurso retórico da modéstia para se afirmar, já que “vozes mais autorizadas” já falaram, seja sobre as maravilhas do Rio de Janeiro ou sobre outros assuntos por ela discorridos. Assim, tão ou até mesmo mais autorizada quanto aquelas “vozes”, já que apesar e por conta de sua condição de exilada, foi acolhida e convidada a permanecer na cidade e no país. Assim, Mme. Laurence Bloch recorre à autoridade de outros para assegurar legitimidade às suas “notas mundanas”, a esse seu saber que lhe concede poder para ensinar regras de comportamento, para dar conselhos:

Le salons se ferment, la *season* est finie. Mais comme tout finit ici-bas pour recommencer et que la terre subsista toujours, il ne paraîtra pas prématuré de parler ici de la manière de lancer les invitations à l'ouverture de la saison. Que l'on n'accuse pas ma plume de parler de chose vaines, il faut être de la société ou n'em pas être et je suis de l'avis de Balzac, em reconnaissant “qu'il n'y a rien de plus terrible que l'étiquette et qu'elle est une des lois les plus formidables de celles qui régissent la société”. J'énoncé dene ici des lois (riem de moins vain) er leur énoncé ne peut que satisfaire les pratiquants fervents en flattant l'objet de leur culte, er permettre aussi, à ceux qui naissent à la vie sociable par un changement de situation, d'em devenir des adepts. Ceci posé, je retourne á mon sujet.<sup>280</sup>

A referência à Balzac, um dos ícones da literatura francesa, legitima o assunto em questão – a maneira de lançar os convites à abertura da estação – até então considerado na sociedade carioca como assunto menor e supérfluo e identificado como pertinente às mulheres. O recurso retórico insere o que é considerado menor, mundano, frívolo e de preocupação exclusivamente feminina no domínio masculino da política, das leis, da seriedade. Portanto, tema de interesse e de utilidade pública, pois é uma das leis mais formidáveis que organiza a sociedade. Se tais leis satisfazem as praticantes entusiastas, se é dever de uma dona-de-casa enviar seu cartão de visita pessoal a todos

---

los, palavras sagradas que fazem abençoar uma nação.” CARNET mondain d'une parisienne. *Fon-Fon*. Anno IV, n. 45, 05 de novembro de 1910.

<sup>280</sup> “Os salões se fecham, a *estação* está completa. Mas como tudo por aqui acaba para recomeçar e para que a terra subsista sempre, não parecerá prematuro falar da maneira de lançar os convites à abertura da estação. Que não acusem minha pluma de falar de coisas vãs, é preciso ser da sociedade ou não ser e sou da opinião de Balzac, reconhecendo ‘que não há nada de mais terrível que a etiqueta e que é uma das leis mais formidáveis que governam a sociedade’. Sendo assim, anuncio aqui as leis (nada de menos vão) e o seu enunciado pode satisfazer as praticantes entusiastas adulando o objeto do seu culto, e permitir também, aqueles que nasceram na vida social, uma mudança de situação, a de tornarem-se adeptos. / Posto isto, volto ao meu assunto.” CARNET mondain d'une parisienne. *Fon-Fon*. Anno IV, n. 46, 12 de novembro de 1910.

aqueles, que na estação passada, freqüentaram sua casa,<sup>281</sup> tal atribuição é valorizada com sua ampliação para aquele domínio, com o destaque dado a Balzac.

Como autora de uma mera “caderneta mundana”, Mme. Laurence Bloch não se atém, porém, aos estreitos limites que o termo sugere. Ela cumpre seu papel pedagógico de ensinar as regras da boa convivência em sociedade, isto é, as regras francesas, de sujeitar e assujeitar mulheres (e homens) dos trópicos ao modelo moderno, burguês e francês de comportamento mundano. Sendo assim, escreve a respeito de tudo aquilo que era considerado pertinente às leitoras. Nessa tarefa, procura valorizar os assuntos mundanos, aqueles considerados como “naturais” e preocupação única e exclusiva do “belo sexo”. Nesse propósito, recorre à fala masculina, posição autorizada de sujeito falante, para legitimar o que escreve “sua pluma”, destinada às leitoras/assujeitados.

Recorrer à fala masculina para autorizar seu discurso é recurso recorrente na coluna da “parisiense” e que corrobora a análise de Sandra Gilbert e Susan Gubar. Ao estudar a literatura produzida por mulheres na Inglaterra do século XIX. As autoras salientam a força das representações elaboradas por outros sobre as mulheres e a influência que estas exercem sobre a escrita feminina, já que a maioria esmagadora dessas imagens são elaboradas e construídas por homens.<sup>282</sup>

Por essas e outras questões, Margareth Rago evidencia outros elementos de suma importância para a constituição de uma cultura literária feminina. A autora argumenta que no Brasil, no início do século XX, a produção cultural de mulheres pode ser pensada enquanto um espaço de “expressão de seu modo de pensar e um meio de participar das discussões que animavam a vida social e cultural de seu tempo”.<sup>283</sup> Ao analisar os escritos de três escritoras brasileiras – Elisa Teixeira de Abreu, Carmen Dolores e Lola de Oliveira – a autora salienta que a escrita dessas mulheres privilegia certos temas que diferem daqueles discutidos pelos homens. A razão dessa especificidade, segundo Rago, estaria ligada às tradicionais divisões de papéis e a separação entre as esferas pública e privada, práticas sociais que impediriam que

determinados assuntos fossem abordados pelas mulheres, considerando-se rigidamente que eram problemas a serem discutidos e

<sup>281</sup> Idem. Ibidem.

<sup>282</sup> GILBERT, Sandra M. & GUBAR, Susan. Infection in the sentence. In: WARHOL, Robyn R. & HERNDL, Diane P. (ed.). *Feminisms: an anthology of literacy theory and criticism*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

<sup>283</sup> RAGO, Margareth. Entre o desejo e a norma: as escritoras do Brasil. In: *Labrys – Estudos Feministas*, n. 11, jan./jun. 2007. Disponível em <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys11/crivaines/marga.htm>. Acesso em 06 de março de 2010.

resolvidos pelos homens, enquanto outros, menos importantes, eram vistos como *coisas de mulher*.<sup>284</sup>

Para aquela historiadora, tais divisões e hierarquizações tiveram ressonâncias nos escritos das três autoras analisadas. Entretanto, não as impediu de discutir e debater temas de interesse social e nacional “muito mais referidos ao campo da moral, do cotidiano e dos costumes”, interferindo, à sua maneira, nos rumos da construção do país.<sup>285</sup> Assim, para Margareth Rago, é preciso identificar os temas eleitos por essas autoras, como foram discutidos, quais foram as representações por elas produzidas e como, em seus escritos, foi constituída uma subjetividade feminina moderna. Trata-se de atentar para como essas mulheres encontraram espaço para

a manifestação de seus pontos de vista diferenciados, assim como para a construção de outros modos de subjetivação, para além daqueles veiculados pelo discurso médico e por outros setores da sociedade culta do período, contrapondo suas próprias interpretações acerca da subjetividade feminina e de questões correlatas.<sup>286</sup>

As indicações da autora nos possibilitam pensar a “Carnet” como um espaço possível de criação de si, evidenciando o que a parisiense significou como feminino, que representações construiu a respeito não só de si, mas também do outro, o que ela contrapôs acerca da subjetividade feminina. Enquanto diferentes saberes – médico, jurídico, religioso, educacional – funcionaram como dispositivos de saber e poder, produzindo “corpos dóceis” de homens e mulheres, Mme. Laurence Bloch atua na imprensa integrando tais saberes, mas, também, contrapondo-os, ao fazer uso de alguns temas/assuntos específicos. Como nos lembra Rago,

À medida que avançava no sentido de definir um campo de subjetividade feminina, a mulher podia fazer-se enquanto tal, recusando a irrealidade em que era transformada pelo saber masculino, “científico” e “objetivo”. Tratava-se, então, da possibilidade de constituir-se como sujeito, provocando uma versão/subversão dos olhares que a constituíam enquanto “simulacro”, pois inexistente.<sup>287</sup>

---

<sup>284</sup> Idem. Ibidem.

<sup>285</sup> Idem, Ibidem.

<sup>286</sup> Idem. Ibidem.

<sup>287</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op.cit. p.73.

Ao fazer uso de um espaço para falar de “coisas de mulher”, a autora da coluna, independentemente de ser homem ou mulher, francesa ou brasileira, criou um espaço de expressão do modo de pensar das mulheres e de um meio de participação nas discussões que animavam a vida social e cultural do Rio de Janeiro do contexto da *belle époque*. Criava-se, assim, a possibilidade de constituição de espaços e lugares de fala das mulheres na imprensa.

### 3.2 – SENHORAS DO ESPAÇO DOMÉSTICO

Uma das formas encontradas por Mme. Laurence Elie Bloch para salientar a importância das mulheres na sociedade carioca no início do século XX foi exaltar suas atividades cotidianas, evidenciando-as e significando-as como centrais na vida social.

Ao falar sobre a maneira de lançar os convites à abertura da estação e recorrer a Balzac para conferir legitimidade ao assunto, a “parisiense” ensina como o convite deve ser feito. O destaque é para o nome da anfitriã, com o horário em que ela receberia seus convidados e o que seria feito durante a festa. O conteúdo do cartão deve ser sucinto, uma vez que

Ce laconisme est dû à ce que le programme d'une fete de salon ne peut ni s'exposer, ni se détailler comme celui d'un théâtre, on ne se rend à l'invitation de Mme. Jean Bonton que pour le plaisir de la voir, lês attraits de la fête sont secondaires.<sup>288</sup>

A autora chama a atenção para a centralidade das mulheres na elaboração do convite, na organização e no transcurso das recepções. Mais do que a própria festa, são elas os grandes atrativos da festa. Margareth Rago ressalta a importância dessas reuniões sociais, que possuíam música, danças, representação de peças dramáticas, etc. Para ela, são mudanças de comportamento significativas, pois são “espaços de interação entre os sexos”, já que as mulheres, além de não se retirarem do ambiente devido à

---

<sup>288</sup> “Este laconismo é como aquele do programa de uma festa de salão, não pode nem se expor, nem entrar em detalhes como os de um teatro, rende-se ao convite de Mme. Jean Bonton porque, para o prazer de vê-la, os atrativos da festa são secundários.” CARNET mondain d'une parisienne. *Fon-Fon*. Anno IV, n. 46, 12 de novembro de 1910.

presença masculina, também exibiam suas qualidades artísticas.<sup>289</sup> Nessas *seasons*, as mulheres ocupam posição de destaque, evidenciando, por um lado,

todo o aspecto de ostentação do status social a ser considerado. Nessas reuniões sociais, a mulher se deixava admirar como símbolo do não-trabalho, atestando o nível econômico da família. O desenvolvimento de diversas artes consideradas femininas demonstrava que a família podia investir na educação da filha, que deveria conhecer várias línguas, saber tocar piano, pintar, conversar. Por outro lado, não há como negar a possibilidade de projeção que a mulher das classes mais privilegiadas conseguia nesses momentos que, aliás, acabavam extrapolando o ambiente privado, ao se tornar objeto de comentário das revistas culturais, literárias e das colunas sociais.<sup>290</sup>

Como visto, Rago ressalta a dimensão nova que envolvia essas reuniões, com novas possibilidades abertas para as mulheres. Eram oportunidades de se destacar e de projetar socialmente a família por meio de tais atividades, consideradas especificamente do domínio feminino. Deste modo, ao comentar sobre tais recepções, colunas como a “Carnet Mondain” extrapolavam o ambiente privado e também enfocavam estas atribuições femininas. Nesse sentido, operavam na constituição das mulheres como sujeitos políticos, ao buscar “definir e produzir sua subjetividade: especificar suas preocupações, desejos e interesses, marcando sua diferença em relação ao homem”.<sup>291</sup> Destacando a centralidade das mulheres em reuniões sociais ou em atividades corriqueiras, como os cuidados com a casa e a cozinha, a coluna da “parisiense” teve esse papel e essa significação:

Après avoir lu cet aphorisme, je suis allée à la cuisine et là j’ai regardé longuement ma cuisinière, comme un chien regarde un évêque, comme un néophyte regarde le pontil de sa nouvelle religion. Et en vérité cette brave femme semblait remplir un sacerdoce. Dans sa cuisinière, elle entretenait un feu sacré destiné à brûler les poulets sacrifiés par ses mains à l’appétit de nos estomacs. Le fumet des plats, s’élevait en spirales bleues, semblables à celles des temples de toutes les croyances et ses doigts habiles dosaient toutes les casseroles au contenu en ébullition, de la dime du sel, qui est la dot de la paix. Je sortis de la cuisine, respectueusement et à reculons, prête même à dire “Amem” à l’oraison d’invectives que ma cuisinière murmurait entre ses dents, contre ma visite intempestive et prolongée. Rentrée dans mes appartements, je tombai dans l’état méditatif qui suit toujours les émotions de l’esprit.

<sup>289</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op.cit. p.62.

<sup>290</sup> Idem. Ibidem.

<sup>291</sup> Idem. Ibidem. p.73.

Voilà pourquoi, songeait mon coeur, les amants de cette terre, ne peuvent être fidèles à leurs amours! Ici, n'est pas la planète ou l'on aime, mais la planète ou l'on mange.<sup>292</sup>

O ato de cozinhar enfoca a centralidade das mulheres e é valorizado, ao ser apresentado como algo sublime, um verdadeiro sacerdócio exercido por aquelas para o bem da humanidade. A cozinha é o espaço sagrado em que tal função divina e elevada é exercida. O desempenho de tal atividade merece respeito e reconhecimento dos demais, isto é, dos homens, pois, pelas mãos da cozinheira, o apetite de todos é saciado nessa terra onde não se ama, se come. Assim, as mulheres, como detentoras desse saber, detêm o poder de saciar a fome, de guardar os segredos desse grande mistério que é a preparação dos alimentos, dosam o sal que é “la dot de la paix”.

Lembrando o que nos diz Michelle Perrot, é recorrente, no século XIX, a representação de que o poder feminino “é oculto, escondido, secreto, encoberto pelas sombras, na noite, doce ou maléfico, é da ordem da astúcia que envolve e surpreende”.<sup>293</sup> Nas representações veiculadas pela *Fon-Fon* no início do século XX tais sentidos permanecem. E Mme. Laurence Elie Bloch utiliza-os para ressaltar a importância desse domínio identificado como das mulheres, de suas atribuições, fonte de seu poder, se bem que na esfera do doméstico, esvaziado de importância política, menos importante, portanto.

Destacar o valor dessa dimensão para a vida social foi um dos temas e estratégias amplamente utilizados por várias mulheres nesse momento, inclusive pelas que se auto-proclamavam como feministas. Nesse discurso, o argumento dessas mulheres se concentrava na defesa e valorização daquelas atividades identificadas como femininas, em busca de legitimidade e espaço para as mulheres. Como salienta Margareth Rago, trata-se de posição ambígua, pois, ao mesmo tempo em que “se

---

<sup>292</sup> “Após ter lido esse pensamento, fui à cozinha e lá olhei longamente minha cozinheira, como um cachorro olha um bispo, como um neófito olha o pontífice da sua nova religião. / E, em verdade, essa corajosa mulher parecia exercer um sacerdócio. Em sua cozinha, ela provocava um fogo sagrado destinado a *queimar* as galinhas, sacrificadas por suas mãos, ao apetite de nossos estômagos. A fumaça dos pratos se eleva em espirais azuis, semelhantes aquelas dos templos de todas as crenças; e seus hábeis dedos dosam todas as panelas ao conteúdo em ebulição, da pitada do sal, que é o dote da paz. / Sai da cozinha respeitosamente; recolhendo-me prestes mesmo a falar “Amém” às orações invectivas que minha cozinheira murmurava entre seus dentes, contra a minha visita inesperada e prolongada. / Entrando no meu cômodo, caí em um estado de meditação que resulta sempre em emoções do espírito. / Eis porque, pensava meu coração, os amantes desta terra, não podem ser fiéis aos seus amores! Aqui, não é o planeta onde se ama, mas o planeta onde se come.” CARNET mondain d'une parisienne: Un peu de philosophie. *Fon-Fon*. Anno V, n. 18, 06 de maio de 1911.

<sup>293</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Op.cit. p.264.



buscava uma ampliação do espaço da participação feminina no jogo social, contentava-se em aceitar as limitações que essa entrada exigia”.<sup>294</sup>

No posicionamento a favor de tal valorização, uma estratégia utilizada era demarcar o espaço de atuação das mulheres e suas diferenças em relação aos homens. Se as representações recorrentes sobre elas eram as de futilidade e de exímias conquistadoras, nossa “parisiense”, apresentando a figura do *Flirteur*, o namorador perfeito, que não deixa de desestabilizar aquela construção, com a subversão dos olhares que constituíam a “imagem da mulher”, igualmente um “simulacro” com a do *flirteur*:

*Intelligence* – Consiste à savoir bien choisir se gants et sés cravates  
*Espirit* – Est dans ses jambes; car “que de choses dans un avant-deux”  
disait le grand maitre de danse Marcel..  
*Coeur* – Le coeur gâte l’espirit, done il s’abstient d’em avoir.  
*Sagesse* – Il aime en calculant.  
*Occupation* – Changer de vêtement à 8 heures, à midi, à 4 heures et le  
soir.  
*Souci* – Àvoir une coiffe neuve tous le jours à son chapeau. (...)  
*Résumé* – Un objet de luxe.<sup>295</sup>

O retrato que Mme. Laurence Bloch faz do *flirteur* se assemelha ao da melindrosa, ambas inexistentes, meros simulacros. Como sublinha Rago, a imagem da melindrosa foi elaborada como a de jovem “sem nenhuma densidade, preocupada apenas com frivolidades” e interessada no consumo.<sup>296</sup> Também o namorador perfeito da “parisiense” é vazio, frívolo, centrado na aparência: boa postura, mudança de vestuário de acordo com a quantidade de eventos que precisa comparecer, andar alinhado. A contraposição de imagens, com efeito, possibilita produzir esse efeito desestabilizador, subversivo do olhar, de recusa à irrealidade de que fala Rago.<sup>297</sup>

### 3.3 – “A OPRESSIVA NEURASTENIA”

<sup>294</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op.cit. p.76.

<sup>295</sup> “*Inteligência* – Consiste em saber escolher bem suas luvas e suas gravatas. /*Espírito* – Está nas suas pernas; pois ‘que de coisas num *avant-deux*’ dizia o grande mestre de dança Marcel... /*Coração* – O coração estraga o espírito, por conseguinte, abstém-se de ter. /*Sabedoria* – ama calculando. /*Ocupação* – Mudar de vestuário às 8 horas, ao meio-dia, às 4 horas e a noite. /*Cuidado* – Ter um forro novo todos os dias no seu chapéu. /*Resumo* – Um objeto de luxo.” CARNET mondain d’une parisienne: L’instantané moral du parfait Flirteu. *Fon-Fon*. Anno V, n.02, 14 de janeiro de 1911.

<sup>296</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op.cit. p.63.

<sup>297</sup> Idem. Ibidem. p.73.

Integrando a formação discursiva da época, a de que um dos males presentes na modernidade e que afetaria principalmente a saúde das mulheres no início do século XX seria a neurastenia, ou seja, a exaustão nervosa, o excesso de nervosismo, a *Fon-Fon*, na coluna de Mme. Laurence Bloch não se silencia sobre o tema. Na leitura da autora, a explicação e solução para o grande mal que afligia e acometia tantas mulheres deveriam ser buscadas na dimensão moral da enfermidade e não na difundida discussão física do discurso médico. Para a autora, antes de qualquer coisa, a neurastenia era uma doença moral. Sendo assim, compara sua atuação com ação dos *djinns*, espécie de diabinhos das lendas orientais que, por meio de pequenas causas, pequenas brincadeiras inconscientes, causariam grandes efeitos e prejuízos.<sup>298</sup> Por isso, para a autora, “La Neurasthénie est le torrent qui déborde ayant son cours encombré de tous les petits symptômes diaboliques que l’on caresse sans chercher á les combattre”.<sup>299</sup> O primeiro dos sintomas diabólicos seria o desejo, que faz ninho no coração, toma conta dos pensamentos, tornando-se um diabo. Torna-se tão forte que se transforma em inveja, um verdadeiro monstro. Assim,

Autour de l’nouvelle dignité de son rang gravite la médisance, la colimnie, ses courtisans infames. Et de la lutte que l’ouveut opposer aux tortures qu’il inflige, mait um triste heros, l’accablante Neurasthénie.<sup>300</sup>

Após identificar a origem, a causa do surgimento de tal enfermidade, a “parisiense” sugere a solução para o problema apresentado. Para ela, a doença tem razão moral, é um desvio do caráter e seu tratamento deve atingir esse ponto específico. Nesse sentido,

Si, au lieu de faire de la neurasthénie une maladie de genre, les docteurs l’avaient traitée comme un tar morale, il est certain que pas une femme ne se serait laisser abattre par ce fléau. Mais aujourd’hui la science n’admet pas l’influence du moral, tout dépend de la construction physique.(...)  
Le bon sens public est moins savant et plus efficace.

---

<sup>298</sup> CARNET mondain d’une parisienne: De la Neurasthénie. *Fon-Fon*. Anno V, n. 03, 21 de janeiro de 1911.

<sup>299</sup> “A neurastenia é uma torrente que transborda, sendo o seu curso obstruído de todos os pequenos sintomas diabólicos que se acaricia se os procurar combater”. Ibidem.

<sup>300</sup> “Ao redor da nova dignidade de sua posição, gravita a maledicência, a calúnia, seus bajuladores infames. E da luta que se quer opor às torturas que o inflige, nasce um triste herói, a opressiva neurastenia’.” Ibidem.

A une jeune lille qui dit: Je m'ennuie. Il respond: vous désirez done un mari, Mademoiselle. Et l'ennui de l'jeune lille ainsi bafoué deviant du dépit et se transform en effort.<sup>301</sup>

Segundo Michel Foucault, foi a mulher ociosa quem primeiro sofreu as investidas do dispositivo da sexualidade, quem se tornou objeto privilegiado de esquadrinhamento do saber médico, “uma das primeiras a ser ‘sexualizada’”.<sup>302</sup> Para o filósofo, com a “histerização do corpo da mulher”, seu corpo foi

analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização.<sup>303</sup>

No funcionamento desse dispositivo de sexualidade, tal como descrita por Foucault, fica evidente a produção do sexo e da sexualidade como centro e eixo da vida social e da sexualidade feminina “sadia” por um saber/poder médico. Essa sexualidade “sadia”, integrada ao corpo social, tem na reprodução o seu cerne, autorizada apenas no casamento heterossexual. Os corpos das mulheres são reduzidos àquela que seria sua função natural e primeira: a maternidade, entendida como reprodução, cuidados e educação dos filhos. No desvio a essa norma produz-se o corpo “histérico”, da “mulher nervosa”, imagem negativa da “Mãe”.

Como salienta Magali Engel, ao analisar o discurso médico dos psiquiatras dos séculos XIX e início do XX, “no organismo da mulher, na sua fisiologia específica estariam inscritas as predisposições à doença mental”.<sup>304</sup> Sob essa lógica de predisposições de constituição física das mulheres à histeria, restava àquelas acometidas pelo distúrbio ou àquelas que desejassem fugir dele, a saída única possível no

---

<sup>301</sup> “Se, ao invés de fazer da neurastenia uma doença do gênero, os doutores a tratassem como uma tara moral, é certo que uma mulher não se deixaria abater por essa calamidade. Mas, hoje, a ciência não admite a influência da moral, tudo depende da constituição física. (...) / O bom senso público é menos sábio e mais eficaz. / A uma jovem rapariga que diz: Me enervo. Ele responde: deseja então um marido, *Mademoiselle*. E o enfado da jovem rapariga assim ridicularizado desvia do despeito e se transforma em esforço.” Ibidem.

<sup>302</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Op.cit. p. 132.

<sup>303</sup> Idem. Ibidem. p.115.

<sup>304</sup> ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. Op.cit. p. 333.

casamento. Nele, a possibilidade de cura e/ou de prevenção da doença, com “a satisfação dos instintos sexuais e a realização da maternidade”. Somente esses elementos poderiam salvar essas mulheres da loucura e, até mesmo, da morte.<sup>305</sup>

Contrapondo-se ao discurso médico, Mme. Laurence Bloch identifica a neurastenia como doença moral. Mas, por outro lado, alinha-se com ele, ao definir que atinge principalmente as mulheres solteiras. Conforme ressalta Cláudia Maia, as mulheres celibatárias, aquelas que optaram por não se casar, eram identificadas como desviantes e seus corpos percebidos como doentes/neurastênicos, devido à “ausência de uma prática sexual, única forma do sujeito afirmar sua existência e lugar no mundo”.<sup>306</sup> Dentro dessa lógica,

A sexualidade, portanto, para as mulheres, era diretamente ligada a seu destino biológico de procriar, corpos e desejos moldados pela natureza. Para realizá-los, as únicas alternativas seriam a condição de esposa/mãe (sexualidade sadia) ou de prostitutas (sexualidade doente). Nestas condições dadas, a celibatária não poderia realizar seus “instintos sexuais”, tendo como consequência o nervosismo, a irritabilidade, a raiva e o ódio lançado sobre os outros.<sup>307</sup>

O diagnóstico e a receita prescrita por Mme. Laurence Bloch para a neurastenia reforça a tese muito difundida pelo saber médico da época, como chama a atenção Cláudia Maia. O discurso médico do início do século XX percebia a abstinência sexual como origem de uma série de malefícios ao corpo humano, principalmente ao das mulheres, segundo aquele discurso médico, “privadas de satisfazer as exigências de sua vida sexual (autorizadas somente no casamento), uma série de perturbações e sintomas doentios se manifestavam nelas durante a maturidade”.<sup>308</sup>

Apesar da crítica feita à ciência e seus doutores, acusados de se aterem à razões físicas, à constituição física das mulheres como determinantes da neurastenia, a autora reforça, porém, a construção sexista de que seriam principalmente as mulheres solteiras, pela sua condição de, supostamente, desprovidas de vida sexual e providas de desejo, as principais vítimas desse mal. Sofrem pelo desejo que se transforma em inveja e as expõe a tal doença, fundada em uma base moral, da falta de força de vontade, da disciplina moral e não em razões fisiológicas

---

<sup>305</sup> Idem. Ibidem. p.356.

<sup>306</sup> MAIA, Cláudia. Op.cit. p.62.

<sup>307</sup> Idem. Ibidem. p.60.

<sup>308</sup> Idem. Ibidem. p.71.

Segundo a explicação médica, a causa estaria na sexualidade, pela sua negação, a não-sexualidade, pois esta deveria ser exercida somente no casamento, como na fisiologia das mulheres, propícia ao desenvolvimento dessa enfermidade. Apesar de refutar os argumentos que defendiam a constituição física feminina como causa do desenvolvimento da neurastenia, Mme. Laurence Bloch, no fundo, usa o mesmo argumento do saber médico: uma defesa do casamento, da heterossexualidade compulsória e seu fim último, a maternidade, o que evidencia a força da construção do dispositivo da sexualidade e do estabelecimento da representação da maternidade como função incontornável de toda mulher e de sua fragilidade, biológica e moral em relação ao masculino.

### 3.4 – “A MULHER É RASTRO DA MODA”

Sob tais perspectivas, além do desequilíbrio mental, outros tipos de desequilíbrio feminino são ressaltados por Mme. Laurence Bloch. Um deles, os excessos de muitas mulheres com o vestuário e com o culto a beleza que, para ela, era um crime contra a humanidade. Por isso, chama suas leitoras a realizar um exame de consciência, pois este “prouve la normalité d’une vie, ou en démontre le déséquilibre dangereux”.<sup>309</sup> Segundo a autora, a ameaça do desequilíbrio estaria em toda a parte, particularmente entre o frágil sexo feminino, facilmente dominado pelo desejo de comprar, de seguir a moda:

au confessionnel de ma théorie, les femmes du monde.  
Mes dames: Vous voir suivre la mode avec le plus d’élégance possible, est pour le commerce et pour vos admirateurs une fête journalière; mais vous voir sacrifier vos santés au succès d’une mode, est un crime envers l’humanité.<sup>310</sup>

Moralista, a parisiense nomeia tal prática como um crime que, antes de mais nada, atentava não somente contra os corpos das mulheres, mas contra a humanidade. Se ia contra aquilo que, segundo a autora, havia de mais importante, a saúde, impossibilitava tanto uma boa aparência quanto o desempenho das funções que eram

<sup>309</sup> “prova a normalidade de uma vida, onde é demonstrado o perigoso desequilíbrio”. CARNET mondain d’une parisienne: Un examen de conscience. *Fon-Fon*. Anno V, n. 20, 20 de maio de 1911.

<sup>310</sup> “ao confessional de minha teoria, as mulheres do mundo. / Senhoras: Vós quereis seguir a moda com a maior elegância possível, é para o comércio e para os vossos admiradores uma festa diária; todavia é um crime para com a humanidade.” Idem. *Ibidem*.

delas esperadas. Afinal, seus corpos não lhe pertencem, mas à sociedade, investidos da função que desempenham, a reprodução, cujo significado social extrapola os interesses e sonhos individuais, é uma necessidade da humanidade. Atentar contra esse corpo seria, assim, é atentar contra toda a humanidade.

Ao dividir a “vida mundana” em duas partes, o inverno e o verão, assim como em Paris, e a ela dedicar todos os seus esforços, as mulheres cometiam um atentado contra a humanidade, pois esqueciam de sua saúde e a sacrificam em nome da vaidade e do mundanismo. Para ela, seria inútil se atentar para a beleza em detrimento da saúde física, isto é, de corpos saudáveis para a reprodução de saudáveis rebentos. Assim, prescreve e ensina que, como em Paris, as brasileiras se dedicassem no inverno à dança e no verão ao tratamento com as águas, atividades que ajudariam na regeneração de um corpo cansado. Como a parisiense defende,

Il est donc de bonne guerre de soigner l'arme qui nous assure une victoire. Et cette arme qui est la Beauté ne s'aiguise qu'au contact de la Santé.

De nos jours, la Beauté n'est plus un don, mais une qualité qui s'acquiert. Il faut vouloir être belle, il faut donc rechercher tout ce qui peut nous rendre saine.

Prôner la Beauté, comme je viens de me le permettre est une audace que jusqu'ici aucune plume de femme ne s'est permise. Vous récompenserez ma sincérité, en faisant avec vous-même le petit examen de conscience que je demande à vos santés surmenées.<sup>311</sup>

Assim, segundo o receituário da “parisiense”, antes de ser bela seria preciso ter saúde. Atributos conquistados com esforços e cuidados que vão além do cultivo puro e simples de uma boa aparência. Ao insistir em tal “receita”, Mme. Laurence Bloch, contrapondo-se à representação recorrente de que as mulheres preocupavam-se apenas com futilidades e frivolidades, reforça aquele do corpo saudável e exercitado, em consonância com o discurso médico da época. Discurso, esse, que em certos momentos é por ela criticado, como no caso da neurastenia. Porém, nesse caso, o investimento em tal argumentação, ao mesmo tempo, reforça a crítica médica aos excessos femininos no que concernia à moda, apelando para a saúde dos corpos, de modo a prepará-los para a reprodução de bebês sadios. Nessa imagem da “verdadeira mulher”, os sentidos de

<sup>311</sup> “É, pois, uma boa guerra de cura armada que nos assegura uma vitória. E essa arma, que é a Beleza, não se aguça que ao contato da Saúde. /De nossos dias, a Beleza não é mais um dom, mais uma qualidade que se adquire. É preciso querer ser bela, é preciso, assim, procurar tudo o que pode nos dar saúde. /Preconizar a Beleza, como eu venho de me permitir é uma audácia que, até aqui, nenhuma pena de mulher não se permitiu. Vós recompensares minha sinceridade, fazendo com vós mesmas um exame de consciência que eu peço a vossa saúde esgotada.” Idem. Ibidem.

beleza e saúde foram conferidos pelo discurso científico e, por isso, autorizados. Como defende a autora, o slogan de uma mulher deveria ser “J’ai apparue et j’ai vaincu”,<sup>312</sup> ou seja, quanto mais as mulheres investissem na ostentação de sua beleza, atendendo aos apelos da moda, mais elas perdiam em saúde e, conseqüentemente, de sua importância social.

O vestuário e as exigências da moda seriam, assim, um perigo não apenas por motivos de saúde, por atentarem contra o corpo feminino e, logo, contra suas função maior, a reprodução, mas porque, com eles, surgiam outras mudanças de comportamento. Vem, então, à baila o debate recorrente sobre a moda da *jupe-culotte* (saia-calção). Devido à importância do assunto e da proximidade estabelecida entre a moda da saia-calção e os feminismos, Mme. Laurence Bloch dá sua abalizada opinião de “mulher, escritora e francesa” sobre tão grave questão:

je considere ce port de la culotte, le point final et triomphant d’une évolution raisonnée et nullement inconsciente. Vous avez, Madame, drapée vos doux contours de robes entravées, vous imaginant que vous ne faisiez que copier une mode, sans vous rendre compte que vous arboriez les insignes d’une révolution.

Vous avez cru que ces modeles sortaient, ainsi fantasques, de la cervelle des couturieres désirant faire d’inédit et de la réclame. Et vous avez oublié que cette coupe leur avait été inspirée à l’essayage par les plus grandes mondaines elle mêmes, celles qui semblent être les plus désoccupées.

“Plus pratique, maitre! moins étoffé, moins embarrassant, quelque chose qui nous habille sans nousparer; qui nous permette de faire de l’auto, de voler, de nous faufiler parmi eux, les grands manitous, les hommes, nos adversaire.

Voilà les recommandations donnés à l’essayage.<sup>313</sup>

Primeiramente, de modo professoral, Mme. Laurence Bloch ensina que a moda, o vestuário das mulheres não se estabelece por imposições, pela ditadura de costureiros, mas é fruto dos desejos e vontades femininas. No caso da *jupe-culotte*, trata-se de roupa que permitia às mulheres maior desenvoltura no desempenho das mais diferentes

<sup>312</sup> “Eu apareci e eu perdi”. Idem. Ibidem.

<sup>313</sup> “considero esta postura do calção, o ponto final e triunfante de uma evolução lógica e nulamente inconsciente. Tens, Madame, drapeado vossos doces contornos de vestidos embaraçados, imaginando que fazia apenas copiar uma moda, sem dar-se conta que arvorava as insígnias de uma revolução. / Acreditou que estes modelos saíam, extraordinários assim, do juízo dos costureiros que desejam fazer do inédito e da propaganda. Esqueceu que este corte lhes tinha sido inspirado pelo ensaio das maiores mundanas, elas mesmas, as que parecem ser as mais desoccupadas. / ‘Mais prática, mestre! Menos estofado, embaraçando menos, qualquer coisa que nos vista sem nos adornar; que nos permita conduzir o carro, voar, de nos alinhar entre eles, os grandes personagens, os homens, nossos adversários’. / Aí estão as recomendação dadas ao ensaio.” CARNET mondain d’une parisienne: La jupe culotte. *Fon-Fon*. Anno V, n.09, 04 de março de 1911.

funções, tais como dirigir, voar, etc., bem como nas batalhas travadas no cotidiano contra os homens, seus adversários. Assim, a adoção de tal moda se dá não por imposição de costureiros aos quais as mulheres se submetem como meras consumidoras, passivas. As mulheres escolhem, reagem, acolhem ou não as modas lançadas. A moda pode ou não provocar uma revolução nos costumes, tem um significado político.

Entretanto, para a autora, por mais que as *jupe-culottes* sejam obras de engenhosidade feminina, colocam-se à serviço da mudança, elas possuem um problema: ofuscam e afetam a qualidade máxima das mulheres, sua feminilidade, característica que as faz diferentes. Na leitura sexista da autora, “Le Charm, la Beauté, la Grace, et la si douce, si prenante, si captivante faiblesse féminine”,<sup>314</sup> foram atributos perdidos com a modernidade, que trouxe consigo a possibilidade de emancipação e a competição entre homens e mulheres. Por isso, a autora, pesaroza, denuncia os efeitos da modernidade na mudança da moda e dos modos de ser “da Mulher”:

Plus rien n'est mystère, plus rien n'est inviolable, la Femme leur est devenue le jouet de la toute petite enfance qui a écouté tous les rêves d'avenir, mais qui n'a pu les réaliser.

Et la Femme a compris que as voix gazouillante d'oiseau, ne pourrait se faire entendre dans le concert orageux que chantaient les maitresses rivales. Elle dépouille son plumage brillant et inutile et rentre orgueilleuse, mais résignée, dans la lice.

Il n'y a plus de femmes du monde, il n'y a plus de salons ou l'on fait des visites et ou l'on caquette de modes. Il n'y a plus que Science, Littérature, Invention, Création.

Ou est le Faubourg Saint-Germain à la noble ignorance?

La Duchesse d'Uzès est conférencière, la Duchesse d'Aoste s'enfonça dans l'Afrique noire qu'elle pointe géographiquement; la Baronne Zuylerne ouvre une banque qu'elle dirige, la Comtesse de Noailles demande l'habit d'Académicien; la baronne de Martel fait du journalisme...

Et la Bourgeoise, á la sage et prude retenue?<sup>315</sup>

<sup>314</sup> “O Encanto, a Beleza, a Graça e a tão suave, tão comovida, tão cativante fraqueza feminina.” Idem. Ibidem.

<sup>315</sup> “Mais nada é mistério, mais nada é inviolável, a Mulher se tornou o joguete da meninice, que escutou todos os reveses do futuro, mas que não tem podido realizá-los. / E a Mulher compreendeu que sua voz chilreadora de pássaro, não poderia se fazer entender no concerto tempestuoso que cantavam as senhoras rivais. Conta sua plumagem brilhante e inútil e recolhe orgulhosa, mas resignada, na liça. / Não existe mais as mulheres do mundo, não há mais salões ou faz-se visitas e onde fofocar de modas. Não há mais que Ciência, Literatura, Invenção, Criação. / Onde está o Faubourg Saint-Germain com a nobre ignorância? / A Duquesa d'Uzès é conferencista, a Duquesa d'Aoste se enterra na África negra que aponta geograficamente; a Baronesa Zuylerne trabalha num banco que ela dirige, a Condessa de Noailles solicita a vestimenta de uma acadêmica; a Baronesa de Martel fez jornalismo... / E a burguesa [ou a esposa], a sábia e austera retenção?” Idem. Ibidem.



Assim, segundo a “parisiense”, a “Mulher”, com letra maiúscula e no singular, seria aquela que preservasse atributos como beleza, suavidade, feminilidade, recolhimento, com “voz chilreadora de pássaro”. Tais qualidades, defendidas por Mme. Laurence Bloch, evidenciam que a mesma não compartilhava e nem defendia a emancipação feminina, a igualdade entre homens e mulheres. Pelo contrário, ela estava a favor das atribuições historicamente conferidas às mulheres e naturalizadas como próprias do “frágil e belo sexo”. Nessa posição, a suspeita de que a modernidade da revista *Fon-Fon* e de sua autora francesa não ultrapassava os limites de uma ampliação da convivência entre os sexos, cada um nos respectivos papéis tradicionais de gênero. No que concerne ao feminino, a reafirmação de um destino ligado ao ventre, à maternidade, daí as críticas a qualquer possibilidade de emancipação feminina, a recusa a esta função “natural”, ao direito de escolha das mulheres quanto ao seu próprio corpo.

Seu discurso divide-se entre uma modernização, com defesa de maior “racionalidade” das mulheres, em detrimento do excesso de sentimentalismo, sem prejuízo, porém, das funções femininas que são por ela reafirmadas como inerentes e naturais ao sexo feminino. Mme. Laurence Bloch transita, assim, em meio a ambigüidades e contradições na definição da “mulher moderna” e “civilizada”. Não há como não pensá-las em termos de paradoxos, como define Joan Scott. Para a autora, o paradoxo significa

uma opinião que desafia o que é predominantemente ortodoxo, que é contrária a tradição (literalmente: transgride a doxa). O paradoxo marca sua posição de enfrentamento a tradição, acentuando as diferenças entre ambos.<sup>316</sup>

O que a referida autora argumenta é que, não se trata apenas, no caso da história do feminismo, de uma história de mulheres “diferentes emitindo opiniões discordantes”, que reivindicam sempre os “direitos do Homem”. Mais do que estratégias de uma constante oposição, o paradoxo é um elemento do próprio feminismo.<sup>317</sup>

No caso por nós analisado, não se trata de pensar o discurso de Mme. Laurence Bloch como um paradoxo por emitir opiniões discordantes. Trata-se de um paradoxo porque, ao mesmo tempo em que questionava representações, como as do eterno sentimentalismo e futilidade femininas e ressalta a importância das funções femininas,

<sup>316</sup> SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002. p. 28.

<sup>317</sup> Idem. *Ibidem*. p. 28-29.

valorizando-as, a “parisiense” reforça os papéis e funções tradicionais de gênero, em uma partilha assimétrica que mantém a inferioridade feminina em relação ao masculino. Como ressaltam Rachel Soihet e Flávia Esteves, o paradoxo pode ser pensado não com o choque de posições diferentes entre Mme. Laurence Bloch e o discurso sexista hegemônico, “mas com as incoerências e incompatibilidades internas” da autora, “das quais esses choques são ao mesmo tempo sintoma e causa”,<sup>318</sup> matriz e efeito de práticas discursivas e não discursivas. São paradoxais, pois apontam tanto para o assujeitamento como, também, e ao mesmo tempo, para a constituição do sujeito, para a liberdade na construção de si enquanto autora de uma coluna, uma mulher com espaço e lugar de fala.

---

<sup>318</sup> SOIHET, Rachel e ESTEVES, Flávia Cópio. Carmen Dolores: as contradições de uma literata da virada do século. In: LÔBO, Yolanda e FÁRIA, Lia. (orgs.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade do projeto republicano, com sua ênfase na remodelação das estruturas urbanas, com os “melhoramentos” das cidades, como foi o caso exemplar do Rio de Janeiro, e também com o progresso moral, particularmente no que se refere aos comportamentos das mulheres, envolveu mudança e também permanências caras à ordem patriarcal e androcêntrica. Se, em um primeiro momento, o projeto da *belle époque* centrou-se na remodelação do Rio de Janeiro com “fins progressistas”, de emprestar ao Rio uma fisionomia moderna, com o traçado e embelezamento de seu espaço urbano, ele não excluiu, porém, seus propósitos de mudança dos comportamentos, sem comprometer, porém, os fundamentos da ordem patriarcal, sexista, cristã e burguesa.

Como mostrado no presente estudo, há um investimento na homogeneização das condutas sociais, ancorada na divisão sexual dos papéis sociais, na partilha desigual do gênero. O projeto de instauração da modernidade, compartilhado pela revista *Fon-Fon*, não está desatrelado da lógica do gênero, que preside o ordenamento da sociedade carioca e brasileira do período. Por meio de suas estratégias discursivas, a revista operou como tecnologia social do gênero, produzindo um determinado entendimento, uma orientação, um esquema de interpretação e significação do que seriam os comportamentos sociais na modernidade, particularmente o feminino.

Compreender as formas como a modernidade e o feminino foram construídos e significados nos primeiros anos do século XX pela revista *Fon-Fon* significa compreender o caráter político destas construções. Em um momento em que se pensava a situação do país e sua inserção nos quadros das ditas nações “civilizadas”, pensar o espaço dos sujeitos e a posição dos papéis sociais significava, também, compreender as possibilidades e limites da vida moderna para ambos os sexos. As representações do gênero e da modernidade, em especial a construção do que seria feminino indicam as tensões, prescrições e ambigüidades que marcaram a sociedade deste período em que era debatida a necessidade de inserir o país na ordem mundial civilizada e moderna e, ao mesmo tempo, preservar algumas das tradições vistas como alicerces da sociedade, dentre elas, a maternidade e a domesticidade femininas.

Com efeito, percebemos que, mais do que prescrever e valorizar quais seriam os modernos e emancipados modos femininos de vestir-se e comportar-se, a revista “procurava também instaurar linhas de demarcação sexual definidoras dos papéis

sociais”, ao enfatizar o perigo representado pelas mudanças erigidas pela modernidade e a necessidade de controlar os comportamentos sociais. As imagens veiculadas pelos cronistas cumprem a função pedagógica de ensinar aos leitores e leitoras as demarcações de cada um dos sexos. Não por acaso, as leitoras têm seus comportamentos questionados a todo o momento e são aconselhadas insistentemente a tomar atitudes pertinentes com sua “condição de mulher”.

Nesse sentido, o movimento feminista e suas reivindicações, assim como novos hábitos que se refletiam no modo de vestir, nos gestos e nos gostos femininos foram ridicularizados pela publicação. Ao falar sobre vestuário, moda, etiqueta, conduta das “madames e *mademoiselles*”, a revista não apenas criticava o que considerava inadequado e ressaltava o “correto”, mas, sobretudo, prescrevia, ensinava, disciplinava e investia na normalização dos comportamentos sociais femininos. Ela cumpria sua função pedagógica de ensinar os comportamentos sexuais modernos, civilizados. Funcionava, portanto, como tecnologia social, ao reafirmar a divisão do gênero nas relações daquela sociedade, ao produzir os efeitos de gênero em corpos, comportamentos e relações sociais.

Dada à força desses saberes/poderes em diferentes práticas discursivas e não discursivas, as leitoras da *Fon-Fon* são assujeitadas a modelos de mulher e do feminino pelas mais diferentes colunas da revista, inclusive as que são assinadas por pseudônimos femininos, tal como o caso da “Carnet Mondain d’une Parisienne” . O que parece-nos relevante é menos averiguar a autenticidade da autoria e mais a existência de espaços de falas para as mulheres na revista, sendo essa seção uma delas. São espaços que nos apontam para os processos de subjetivação e de identificação operadas a partir da relação texto/autoras/leitoras. São espaços para onde cada uma das leitoras e a “parisiense” também respondem pela “fabricação de si”, com relativa autonomia e liberdade, como sujeitos políticos, históricos, com espaços e lugares de fala. Resistindo, deformando, modificando, ressemantizando, ressignificando códigos/idéias/valores/papéis/prescrições, cada autora/leitora se constitui na linguagem e na história. Assim, a “parisiense” pode ser pensada, ao mesmo tempo, como sujeito e assujeitada, evidenciando os paradoxos da subjetividade feminina e da subjetividade de cada indivíduo.

## FONTE E BIBLIOGRAFIA

*Fon-Fon*. 1907-1914. Disponível em: [www.bn.br](http://www.bn.br)

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.11-93.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n.17, p.177-147. novembro de 2002.

AZEVEDO, André Nunes de. *Da monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. 327 p. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago. 2003. p.39-79.

BACZCKO, Bronislaw. A imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p.296-332.

BARLOW, Tani E. et.all. The Modern Girl around the World: a research agenda and preliminary findings. *Gender and History*, vol. 17, n° 2. August 2005.

BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRANDÃO, Helena Hatsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DEALTRY, Giovanna Ferreira. Crônicas de uma cidade em mutação. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 12, outubro de 2004.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DOURADO, Rosiane de Jesus. *As formas modernas da mulher brasileira (1920-1939)*. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Artes e Design, 2005.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p.197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 36ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 24ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GILBERT, Sandra M. & GUBAR, Susan. Infection in the sentence. In: WARHOL, Robyn R. & HERNDL, Diane P. (ed.). *Feminisms: an anthology of literacy theory and criticism*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997. p.21-32.

GOMES, Ângela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de *Festa*. *Luso-Brazilian Review*. Madison/EUA: University of Wisconsin Press, 41:1, p.80-106, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.01. 1988. p.05-27.

\_\_\_\_\_. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v.6, dezembro de 2000.

IONTA, Marilda. *As cores da amizade: cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. Trad. de Mario Vilela, 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.17-44.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloísa B. De (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p.173-206.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2004.

MACENA, Fabiana Francisca. Representações sobre o feminino e os movimentos transitórios da modernidade: o caso da revista *Fon-Fon* (1907-1914). *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – Por uma est(ética) da beleza na História*. Fortaleza, ANPUH, 2009. Cd-Rom.

\_\_\_\_\_. "O Rio Civiliza-se!": espaço urbano, modernidade e "feminino" na revista *Fon-Fon* (1907-1914). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/XVII Simpósio de História da UFES*. Vitória: GM Editora, 2009. Cd-Rom.

MAIA, Cláudia. Corpos que escapam: as celibatárias. In: STEVENS, Cristina Maria & SWAIN, Tânia Navarro (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p.51-83.

MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. São Paulo: Editora Rocco, 1984.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.45-66.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O tom do “Bom-tom”: os manuais de civilidade e a construção das diferenças. *Caderno Espaço Feminino*. Vol.09, n.10/11. 2001/2002.

\_\_\_\_\_. Mulheres “modernas”, mulheres “perigosas”. *Revista Múltipla* (UPIS). v.14. 2006. p.125-133.

\_\_\_\_\_. Sobre gênero, sexualidade e *O segredo de Brokeback Mountain*: uma história de aprisionamentos. In: STEVENS, Cristina Maria & SWAIN, Tânia Navarro (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p.117-140.

\_\_\_\_\_ e MACENA, Fabiana F. “Semanário alegre, político, crítico e efusante”: a construção do gênero na *Fon-Fon*. *Temas de Mujeres*, San Miguel de Tucumán, Ano 6, n.06, 2010. p.43-56.

NAHES, Semiramis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937 – 1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Cláudia. Rio *Femme – mulher* Rio: a representação do amor e da sexualidade nas ilustradas cariocas *Fon-Fon! e Para Todos... – 1900 - 1930*. *ArtCultura*, Uberlândia, v.10, n.16, jan.-jun. 2008. p.201-213.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso e linguagem. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

\_\_\_\_\_. Entre o desejo e a norma: as escritoras do Brasil. In: *Labrys – Estudos*



*Feministas*, n. 11, janeiro/junho 2007. Disponível em <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys11/ecrivaines/marga.htm>. Acesso em 06 de março de 2010.

ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina. Cultura, política e identidade*. Brasília: Editora UnB, 2005.

SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. “A criação da mulher”: um ardil para a história das mulheres? In: MATOS, Maria Izilda Santos de & SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1), janeiro-abril/2005. p.11-30.

\_\_\_\_\_. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol.3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ªed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

\_\_\_\_\_ e ESTEVES, Flávia Cópio. Carmen Dolores: as contradições de uma literata da virada do século. In: LÔBO, Yolanda e FARIA, Lia. (orgs.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008. p.145-169.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. A invenção do corpo feminino ou “A hora e a vez do nomadismo identitário”? *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação da UnB. Dossiê Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Brasília: UnB, vol. 8, n.1 e 2, 2000.

\_\_\_\_\_. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. *História: Questões e Debates*, Curitiba: Editora da UFPR. n.34, 2001. p.11-44.

TINHORÃO, José Ramos. *A imprensa carnavalesca no Brasil: um panorama da linguagem cômica*. São Paulo: Editora Hedra, 2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. As modernas sensibilidades brasileiras. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Em línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index1500.html>

ZANON, Maria Cecilia. *Fon-Fon!* - Um registro da vida mundana do Rio de Janeiro na *belle époque*. *Patrimônio e Memória*. UNESP-FCLAs-CEDAP, v.1, n.2. 2005.